



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Ciências Sociais e Humanas

# Gays e Lésbicas: Percursos, Interações Conjugais e Projetos de Parentalidade

Ana Rita Matos Dias

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais**  
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof<sup>a</sup> Doutora Filomena Matias Santos

Covilhã, fevereiro de 2018



# Dedicatória

Ao meu avô, que não sabia ler.

# Agradecimentos

Apenas eu sei quantas vezes me ecoou no cérebro o imperativo: “desiste!” E apenas eu sei o quê e quem não me permitiu obedecer.

Agradeço então por não ter desistido.

Em primeiro lugar, aos obstáculos e pessoas que me contrariam e que eu acabo por transformar em motivação extra.

Depois, aos meus pais.

Ao meu pai, pelo seu exemplo de trabalho e sacrifício.

À minha mãe, porque para ela podemos sempre fazer melhor. Porque sem ela nada seria possível.

Aos entrevistados que dispensaram horas do seu tempo para que a realização deste projeto fosse possível.

À professora Filomena Matias Santos, porque também ela não me deixou desistir. Por me lembrar sempre que não existe inteligência sem humildade e, porque, se tornou numa grande amiga ao longo de todo o processo.

Às pessoas que viveram comigo e experimentaram o stress, as frustrações e o tempo que lhes sacrifiquei.

O meu profundo e reconhecido Bem-Haja!

# Resumo

## **Título: Gays e Lésbicas: Percursos, Interações Conjugais e Projetos de Parentalidade**

A presente investigação estuda os percursos biográficos e dinâmicas conjugais de casais homoafetivos jovens, bem como os seus ideias de família e projetos de parentalidade. Para o efeito socorremo-nos da metodologia de base qualitativa e usamos como técnica de recolha de dados a entrevista compreensiva proposta por Kaufmann (1996).

Foram entrevistados 3 jovens do sexo feminino e um jovem do sexo masculino, todos em relação de conjugalidade homoafetiva, sem filhos, mas com um projeto de parentalidade.

Tendo em conta que a não heterossexualidade é transversal a todas as culturas (Marshall, 1998; Almeida, 2010) e que a vida familiar se caracteriza pela sua diversidade quanto à forma e ao conteúdo, importa referir que as relações homoafectivas como forma de organização familiar e a homoparentalidade são fenómenos de visibilidade recente e, essencialmente, ocidentais (Marshall, 1998). Para além disso, o ideal de família continua indelevelmente ligado ao modelo heteronormativo biparental.

Os questionamentos orientadores da presente investigação prendem-se com as variáveis que estruturam a(s) (des)igualdade (s) e as dinâmicas de negociação de papéis conjugais. Será que os casais de gays e lésbicas são mais igualitários? Estão capacitados para desafiar a ordem de género? Apresentam práticas e representações ideias mais igualitárias e menos rígidas no que concerne às fronteiras convencionais entre masculinidade e feminilidade?

A família homoafetiva faz tentativas de aproximação/afastamento em relação ao ideal familiar heterossexista biparental? Como e porquê?

Estas são as questões que são debatidas ao longo do trabalho, quer do ponto de vista teórico quer metodológico, bem como ao nível da discussão dos resultados.

## Palavras-Chave

Casais de gays e lésbicas; percurso biográfico; género, igualdade, conjugalidade, dinâmicas conjugais; parentalidade, projeto parental, representações e práticas.

# Abstract

**Title: Gays and lesbians: pathways, conjugal interactions and parenthood projects.**

This is a research which provides an overview of the biographical and conjugal pathways of young homoaffective couples, as well as their “ideal type” of family and parenting. To fulfill that purpose, we used qualitative-based methodology and, as a data collection technique the comprehensive interview proposed by Kaufmann (1996).

We interviewed three young women and one young male, all of them in an ongoing non heterosexual relation; without children, but with a project of parenthood.

Given that non-heterosexuality is transversal to all cultures (Marshall, 1998; Almeida, 2010) and that family life is characterized by its diversity in form and content, it should be noted that homoaffective relationships as a form of family organization and homoparentality are phenomena of recent and, essentially, Western visibility (Marshall, 1998).

In addition, the family ideal remains indelibly linked to the biparietal heteronormative model.

The guiding questions of the present investigation are related to the variables that structure the inequality and the conjugal dynamics. Are gay and lesbian couples more egalitarian? Are they capable of challenging the gender order? Do they present ideal representations that are more egalitarian and fuzzy about the inequalities between men and women? Does the homoaffective family attempt to approach / distance itself from the biparietal heterosexist family ideal? How and why?

These are the issues that are debated throughout the work, both theoretically and methodologically.

## Keywords

Gay and lesbian couples; biographical route; gender equality; conjugality; conjugal dynamics; parenting; representations and practices.

# Índice

Introdução .....	1
Capítulo 1 - Corpo Teórico .....	4
Família e Mudança social .....	4
Perspetiva Histórica .....	4
Tendências de Modernização da Vida Familiar .....	5
O Lugar da Criança .....	6
A Diversidade da Vida Familiar .....	7
Modelos de Funcionamento Familiar .....	7
Perfis de Coabitação Conjugal .....	9
A Construção da Maternidade e da Paternidade: O Lugar dos Homens, das Mulheres e das Crianças na Família .....	10
Perfis de Paternidade e Emergência de Novos Perfis .....	11
A Maternidade: do Modelo Intensivo ao Duplo Papel de Profissional e Mãe	12
Género, Sexualidade e Família no Contexto LGBTQI .....	12
Transformações da Intimidade e Democracia Familiar: Serão as Pessoas LGBTQI as Protagonistas da Mudança? .....	14
Direitos LGBTQI em Portugal .....	15
Cronograma da Conquista de Direitos LGBTQI .....	17
Parentesco Biológico e Parentesco Social .....	19
Homoparentalidade .....	20
Capítulo 2 - Metodologia .....	22
Opções Teóricas e Metodológicas .....	22
A “Entrevista Compreensiva” (Kauffman, 1996) .....	23
A Técnica de Recolha de Informação .....	24
A Entrada no Terreno e População .....	25
Capítulo 3 - Análise das Entrevistas .....	26
Apresentação dos Casos .....	26
Discussão dos Resultados .....	51
Comentários Finais .....	58
Bibliografia .....	60
Anexos .....	66
Anexo 1 - O Guião de Entrevista .....	68



# Introdução

De “ato contranatura” a crime, patologia ou distúrbio sexual, a não heterossexualidade sendo sempre minoria social é comprovada pela sociologia, antropologia, história e historiografia como um fenómeno transversal a todos os tempos e culturas (Marshall, 1998; Almeida, 2010; Foucault, 1978 in Giddens, 2010). No entanto, a forma de viver e manifestar as variantes da sexualidade humana não heterossexuais são social e culturalmente desenhadas, sendo que a noção de família homoparental constitui uma realidade bastante recente. *“Having this behaviour as a basis for a social - and especially an organizing or life-long identity is a recent and western phenomenon”* (Marshall, 1988: 282).

Apesar de, no contexto ocidental, os direitos LGBTQI<sup>1</sup> estarem a ganhar terreno, com especial destaque para o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a abertura legislativa que permite o acesso à parentalidade por parte de pessoas homossexuais e casais homoafetivos, o heterossexismo e a homofobia continuam a fazer parte do imaginário colectivo e, por vezes, das práticas sociais.

O corpo teórico em sociologia da família, assinala progressivas tendências de modernização, privatização, individualização e sentimentalização familiar com impacto na multiplicidade de arranjos e rearranjos familiares que vão desde as famílias heteroparentais, homoparentais, monoparentais, pluriparentais, recompostas e de pessoas sós, até à organização associada ao poliamor. Não obstante, a palavra “família” continua simbolicamente ligada ao ideal heteronormativo (Almeida, 2010; Aboim, 2010; 2012).

De facto, se é verdade que a evidência empírica no âmbito das ciências sociais mostra que as famílias homoparentais não se distinguem significativamente das famílias heterossexuais em áreas como as competências parentais, o imaginário social continua a ser marcado pela preferência dada aos laços biológicos em detrimento dos laços afetivos, e a fazer corresponder um desenvolvimento «normal», saudável e feliz das crianças a um contexto familiar heterossexual bi-parental.

A estas questões, que nos relembram a atualidade do tema em estudo, bem como a sua pertinência social, política e sociológica, vem juntar-se o fato da discussão sobre os direitos LGBTQI não ser consensual, sendo a mesma travada pela própria sociedade civil, pelo estado e/ou pela Igreja (Einarsdottir, 2011). Para além disso e, como nos alerta Costa (2012), estes direitos quando existem constituem, essencialmente, direitos negativos, como por exemplo, o “direito de não ser discriminado”.

Autores como Miguel Vale de Almeida (2009) ou Sofia Aboim et al. (2015), chamam a atenção para o facto da investigação realizada nesta área se pautar também pela linha de pensamento heterossexista e heteronormativa. Neste sentido, Sasha Roseinel sugere que “para compreender o estado atual, e futuro provável, das relações pessoais, os sociólogos devem descentrar a família e o casal heterossexual dos seus imaginários intelectuais” (Roseinel, 2005 *cit. in* Nico e Rodrigues, 2011:6).

Em diversos países, incluindo Portugal, os casais homossexuais têm sido formalmente excluídos do projeto de parentalidade sendo esse projeto realizado por vias informais e “menos ortodoxas”, como por exemplo a adoção através do contorno da lei, ou seja, não revelando a identidade homossexual (Santos, Dias e Mendes, 2017; Zambrano, 2006; Rodrigues e Paiva, 2009; Costa, 2012). Dessas vias, os autores destacam a parentalidade por via de relações heterossexuais anteriores, a inseminação artificial, a «barriga de aluguer», a coparentalidade, em que a criança é “partilhada” por dois pais e duas mães, e a adoção.

---

<sup>1</sup> Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Questioning and Intersex (Amnistia Internacional).

Em Portugal, com a aprovação da *Lei n.º 2/2016 de 29 de fevereiro*<sup>2</sup> já é possível aos casais homossexuais realizar o projeto parental através da adoção e da co-adoção, obtendo o reconhecimento legal e formal da parentalidade de ambos os membros do casal. Não obstante, sabemos que poderá existir uma descoincidência entre a lei e a prática que desagua em entraves burocráticos, sociais e familiares, entre outros.

Com este reconhecimento legal e social das pessoas homossexuais e suas famílias (re) surgem então vários questionamentos que vão desde o superior interesse da criança até à própria dinâmica familiar homoparental, formuladas, quer pelas pessoas comuns, quer por diversos atores com responsabilidade na esfera pública, incluindo os cientistas sociais. Serão os casais homossexuais bons pais? A sexualidade influencia as competências parentais? Como funcionam estas famílias? A diferenciação sexual é anulada? As crianças são vítimas de discriminação? Ora, já existem diversos estudos que tentam responder a estas questões, não apenas na área da sociologia e da Antropologia, como também na área da psicologia, psicanálise e psiquiatria.

Apesar da homoparentalidade ser frequentemente criticada por destruir a diferenciação sexual do casal, a literatura analisada por diversos autores aponta para o facto da orientação sexual não produzir efeitos nas competências parentais e no desenvolvimento das crianças (Zambrano, 2006 in Rodrigues e Paiva, 2009; Gato e Fontaine, 2011; Gato, 2013). Estas últimas têm vários contextos de socialização e encontram os seus referenciais “masculinos” e “femininos” na família alargada, na escola ou nos amigos (as) dos pais (Vieira, 2011).

Também ao nível das dinâmicas conjugais, foco principal da presente investigação, podem surgir alguns questionamentos. Giddens (1995) defende que são as pessoas LGBTQI as protagonistas das transformações da intimidade e do desenvolvimento da “relação pura”, uma vez que as relações homossexuais estiveram, desde sempre, mais dependentes das dinâmicas sentimentais e relacionais do que de condicionamentos institucionais. Nesse sentido, será que os *gays* e as *lésbicas* a viver em conjugalidade apresentam uma maior tendência para a igualdade? Como funcionam as famílias homoafetivas? Terão estas famílias especificidades que as distinguem das restantes? Interessa-nos olhar para dentro da família e perceber as suas dinâmicas internas, a questão da (des) igualdade na conjugalidade, os ideais e as práticas dos seus protagonistas, homens e mulheres, bem como os seus projetos de parentalidade.

As pessoas não heterossexuais, *gays*, *lésbicas* e outras minorias sexuais, nos seus percursos e dinâmicas familiares fazem parte de um movimento, cada vez mais visível, de diversidade familiar nas sociedades contemporâneas. Em simultâneo, constituem também “um verdadeiro laboratório social (...) onde se pode observar o carácter dinâmico e socialmente construído do género” (Gato e Fontaine, 2011).

De facto, se a variável género se encontra “como que congelada” num casal do mesmo sexo (Nico e Rodrigues, 2011) e se, de acordo com Rodrigues e Paiva (2009), neste tipo de relação a desigualdade não está dependente do género, como se negocea a conjugalidade e a parentalidade?

Vários estudos mostram que os casais homossexuais se afastam das dimensões estereotipadas dos papéis de género associados ao modelo tradicional de conjugalidade e de parentalidade (Rodrigues e Paiva, 2009). Assim sendo, as famílias de *gays* e *lésbicas* apresentam algumas especificidades que se pautam pela flexibilidade e igualdade de papéis, pela circulação de lideranças e maior democracia interna, tanto na relação entre os membros do casal como na educação dos filhos (Rodrigues e Paiva, 2009; Gato e Fontaine, 2011).

Ora, tendo em conta estes pressupostos teóricos iniciais, desenhamos como vetores orientadores da dissertação de mestrado os seguintes questionamentos:

---

<sup>2</sup> Procuradoria Geral Distrital de Lisboa,

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=903&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=903&tabela=leis)

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=903&tabela=leis&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=903&tabela=leis&so_miolo)

- a) Estará a família homoafetiva associada a modos de funcionamento familiares mais igualitários no interior de contextos normativos mais flexíveis quanto aos papéis femininos e masculinos, nomeadamente no que toca à conjugalidade?
- b) O que pesa mais na construção e negociação dos papéis conjugais, as estruturas de pertença e de construção da identidade pessoal ou os fatores individuais associados aos percursos biográficos?
- c) A família homoafetiva faz tentativas de aproximação/afastamento do ideal familiar heterossexista? Como e porquê?
- d) Estarão os casais homoafetivos imunes aos constrangimentos associados à ordem social de género?
- e) Quanto às representações sobre a parentalidade, estarão os estereótipos do papel “masculino/paternal” e “feminino/maternal” mais esbatidos no caso dos casais do mesmo sexo?

Nesta linha, traçámos também objetivos de investigação decorrentes da teoria e dos questionamentos supracitados:

- a) Compreender a forma como os papéis conjugais são negociados e construídos no seio de um casal homoafetivo;
- b) Perceber a influência das variáveis sociais *versus* fatores individuais no modo de funcionamento interno da conjugalidade homoafetiva;
- c) Estudar a relação existente entre a dinâmica familiar interna e contexto social mais amplo;
- d) Analisar as representações ideais de família dos casais homoafetivos;
- e) Identificar as dificuldades sentidas em relação ao desejo de concretizar o projeto parental;
- f) Estudar o grau de coincidência entre representações e práticas familiares.

Com o intuito de concretizar os objetivos a que nos propusemos, dividimos a presente dissertação em três grandes capítulos: o corpo teórico, as opções teóricas e metodológicas e a análise das entrevistas.

O corpo teórico do presente trabalho consiste num enquadramento que nos permite perceber, aprofundar o tema e, posteriormente, ter ferramentas de interpretação dos dados recolhidos. Esta primeira parte do trabalho versa, num primeiro momento, sobre os principais temas da sociologia da família no sentido de dar conta das tendências de modernização da vida familiar e da polissemia do conceito “família”. Num segundo momento, analisamos as questões do género, da sexualidade e dos direitos LGBTQI. Seguidamente, tecemos algumas considerações importantes sobre o parentesco social (adoção) e o parentesco biológico, para depois, entrar no conceito de homoparentalidade e enquadrar as dinâmicas familiares homoafetivas.

No capítulo sobre as opções teóricas e metodológicas justificamos o fato da metodologia qualitativa ser a mais adequada aos propósitos da presente dissertação, bem como a adequação da técnica de recolha de dados. Para o efeito, foi-nos necessário realizar um sintético enquadramento teórico-metodológico. De acordo com as abordagens teóricas, a entrevista compreensiva por nos permitir analisar percursos biográficos, acontecimentos marcantes e dados da personalidade individual e, ao mesmo tempo, permitir cruzar esses dados com as variáveis macrossociais, afigura-se a técnica mais pertinente. A metodologia empregue permite-nos analisar, a título de exemplo, as premissas teóricas que sustentam que não é o género a variável que estrutura a desigualdade mas sim a personalidade, as dinâmicas conjugais e o percurso biográfico das pessoas gays e lésbicas, precisamente a população que pretendemos estudar. Esta abordagem compreensiva e o compromisso com uma metodologia rigorosa no âmbito das ciências sociais, permitem-nos, após a análise das entrevistas (capítulo três), tecer as principais linhas conclusivas, discutir as limitações do estudo e futuros questionamentos de pesquisa.

# Capítulo 1 - Corpo Teórico

## Família e Mudança social

### Perspetiva Histórica

O tempo e o espaço social ocidental caracterizam-se pelas dinâmicas de individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 1995), de desinstitucionalização (Roussel, 1989) e de privatização que se espelham nas práticas e nas representações sociais, quer ao nível individual, quer ao nível mais relacional, com consequências na forma como se desenha, estrutura e vive a e em família.

Assim sendo, a família, apesar de estar simbolicamente ligada a um ideal heteronormativo (Einarsdottir, 2011), vai ganhado espaço para a diversidade e multiplicidade de arranjos e rearranjos familiares, e para as diferentes formas de se viver a conjugalidade e a parentalidade.

Importar referir que a sociedade portuguesa, apesar de se pautar por estas dinâmicas de modernização da vida familiar, tem a sua própria história e especificidade. Sendo assim, no contexto português, foram as grandes transformações do pós-25 de Abril de 1974, com a mudança de um regime ditatorial, conservador e tradicionalista, para um contexto de democracia, que abriu espaço para a modernização da sociedade portuguesa com impacto na forma como se vive em família e nas relações sociais de género dentro e fora da esfera privada.

Essas mudanças traduzem-se, de uma forma sintética, no facto de Portugal ter completado a “transição demográfica”, sendo hoje, um dos países mais envelhecidos do espaço europeu; ter passado de uma sociedade fortemente ruralizada para uma sociedade de serviços (sem se ter industrializado), “ter-se assumido como uma nação europeia”, após integração na CEE (1986), agora União Europeia (APS, 2014 *cit. In Santos e Dias, 2016: 216-217*). A mulher foi ganhando novos papéis sociais, passando a constituir-se como cidadã de plenos direitos, tendo ocorrido ainda a massificação do ensino feminino e um crescimento exponencial de mulheres no mercado de trabalho, a par da transformação do papel social dos homens (Wall; Aboim; Cunha, 2010; Marinho, 2011).

No entanto, todas estas mudanças ocorreram de forma acelerada, por comparação com outros países, “quase subitamente de uma geração para a outra” (Santos, 2011), e, por isso, António Barreto defende a tese de que Portugal é uma periferia do centro (Barreto, 1995), a par da tese de Costa e Machado (1998) de que a sociedade portuguesa se inscreve numa “modernidade inacabada” pois, de facto, Portugal cruza valores tradicionais com valores modernistas em várias áreas da vida social, nomeadamente, na esfera privada e da família (Wall, 2005; Santos, 2016).

Todo este enquadramento histórico-sociológico português se coaduna com a perspetiva de vários autores para quem esta transição para a modernidade se realizou com fortes contradições, assimetrias e desigualdades (Barreto, 1995; Costa e Machado, 1998; Wall, 2005:45; Costa, 2012). Conforme se pode ler no texto de apresentação do congresso organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia em 2014, se no pós-25 de Abril “a intensidade da pobreza diminuiu, as desigualdades sociais continuam a ser bastante elevadas (...)”. De facto, Portugal “recebeu vastos contingentes de imigrantes”, mas está agora, ou esteve até há bem pouco tempo, na sequência da crise económica e do período de austeridade, “a reactivar a emigração (...)”, num contexto de “precarização e de desemprego que permanece com níveis elevados” (APS, 2014 *cit. in Santos e Dias, 2016: 216-217*), e que, nesse período, atingiu especialmente as famílias com crianças (Wall et al., 2013). No que diz respeito ao Estado-Providência, este corre o risco de se transformar “em estado social” e/ou “estado mínimo”, “no momento em que ainda não se tinham alcançado as melhores taxas de cobertura dos serviços públicos e da segurança social” (APS, 2014 *cit. in Santos e Dias, 2016: 216-217*).

Esta realidade parece harmonizar-se com as críticas de Boudon et al (2007: 92) à tese da individualização, sinónimo de modernização num quadro de maior equidade. Pois se é inegável o efeito destas dinâmicas nas vidas dos indivíduos, e na vida familiar, em particular, é importante salientar que estas não afetam todos da mesma forma, existindo grandes eixos de diferenciação social, nomeadamente, o género e a classe social, conforme mostram vários

trabalhos de investigação (Torres, 2002; Wall, 2005; Aboim, 2006; Cunha, 2007; Wall et al. 2010; Santos, 2011).

### Tendências de Modernização da Vida Familiar

Ora, depois destas considerações sumárias sobre a especificidade da sociedade portuguesa, importa agora, reter a nossa atenção de uma forma um pouco mais pormenorizada sobre os principais eixos de modernização da vida familiar e como o seu impacto se tem vindo a acentuar na contemporaneidade.

Como foi referido, esses grandes eixos de mudança pautam-se pelas dinâmicas de individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 1995), de desinstitucionalização, de privatização e de sentimentalização (Bozon, 1991; Roussel, 1989 *cit. in* Santos, 2011: 118), dinâmicas essas, interdependentes, conforme assinalam diversos historiadores e sociólogos da família.

“O movimento de privatização aliado à crescente sentimentalização (Ariès, 1973; Shorter, 1977) do casal e da família (o sentimento amoroso passa a ser o fundamento da união e os filhos tornam-se «objectos afectivos»), significa, por um lado, o declínio da regulação exterior exercida pela comunidade, pela vizinhança e pela rede de familiares, e por outro, a progressiva importância do indivíduo nas relações sociais, a valorização das suas escolhas e da sua realização pessoal e afectiva. Esta é uma dinâmica central do processo de modernização das sociedades ocidentais que alguns autores (Elias, 1993; Beck e Beck-Gernsheim, 1995) entendem como «individualização»” (Santos, 2011: 125).

Contudo, importa também tecer algumas considerações sobre a “família instituição” que corresponde ainda em alguns aspetos ao ideal tipo de família tradicional. Trata-se de uma família tendencialmente “alargada onde os seus membros se submetem à autoridade do chefe de família, e na qual os laços familiares se estruturam pelo sentido de dever para com o grupo.” (Marinho: 2011:34). O trabalho de Burgess, Locke e Thomas, *The family: from institution to companionship, surgido em 1945 (cit. in Santos, 2008)*, “traça o progresso da família conjugal moderna através do triunfo do companheirismo, sentimento e afecto sob o autoritarismo, «conveniência» e «interesse»” (Santos, 2008: 119), associados ao casamento de conveniência ou negócio entre famílias típico das sociedades europeias pré-modernas.

Não obstante, estudos clássicos (Girard, 1964; Singly, 1987 *cit. in* Boudon et al., 2007) que se reatualizam (Rosa, 2013), alertam para o facto do casamento por afinidade não significar uma ausência de clivagens pois, na verdade, ainda resistem tendências para a homogamia na escolha do cônjuge (Boudon et al., 2007).

Por oposição à “instituição” da primeira modernidade ou família “Aliança” de que nos fala Roussel (1980 *cit. in* Santos, 2008: 59) já influenciada pelo Amor-romântico<sup>3</sup>, o “companheirismo” tende a caracterizar o modelo familiar predominante da contemporaneidade na medida em que “assenta as suas relações iminentemente nas trocas afectivas entre si” (Marinho, 2011:34). Ora, assumir esta realidade conduz-nos às abordagens interacionistas em que a família se transforma num lugar que se constrói e reconstrói através das relações entre os indivíduos no seu quotidiano.

Não podemos, contudo, esquecer o contributo de autores como Kellerhals (1982; 1987 *cit. in* Santos, 2008: 120) que têm o mérito de combinar as abordagens interacionistas da família com “as perspectivas que frisam que as famílias têm posições de classe (Bertaux, 1987) e que nas interacções do casal se jogam também os lugares que cada um ocupa na estrutura social” (Giddens, 1984; Bourdieu, 1997; 1999 *cit. in* Marinho, 2011:36). Sendo assim, os autores defendem que a família não está imune aos constrangimentos das estruturas sociais e que as mesmas influem nas interações. Para além disso, não podemos dizer que a família se constitui

---

<sup>3</sup> “(...) o termo «alliance» (Roussel, 1980) é substituído posteriormente pelo termo «moderno» (Roussel, 1989), o qual, afirma o autor, marca melhor a continuidade entre as formas contemporâneas deste modelo (maioritário até aos anos 70 do séc. XX) e as características da família moderna difundidas no final do séc. XIX e princípios do séc. XX. Apesar da difusão da ideia de felicidade, associada à ideia de casamento por amor, a instituição mantém-se como quadro de referência (...). Significa isto que mesmo que o estado amoroso cesse, a instituição permanece para justificar a continuidade da relação conjugal” (Santos, 2008: 59).

meramente de funções expressivas e de sentimentos, uma vez que, no seu quotidiano “continua a exercer as suas funções instrumentais” (Kellerhals et al., 1982 *cit. in* Marinho, 2011:36). Também as abordagens feministas são importantes no sentido em que ligam a esfera da produção à da reprodução social (através do “trabalho invisível” das mulheres na prestação de cuidados familiares não remunerados), ao mesmo tempo que denunciam relações de dominação e desigualdade no seio da família (Santos e Dias, 2016: 226-227).

Nesta perspetiva, é importante sublinhar “o contributo dado pela matriz teórica interacionista que abriu caminho para a análise da dinâmica interna da família. A centralidade do indivíduo, do seu protagonismo e das suas interações não invalida que não se pense a sua articulação com os contextos sociais mais alargados onde essas ações têm lugar e que em parte as condicionam” (Santos, 2008: 119).

Por isso, antes de nos retermos de forma mais pormenorizada sobre as tendências de modernização da vida familiar, incluindo nesta abordagem, as mudanças na condição social da infância e no lugar da criança, consideramos importante referir que a modernização familiar se pauta por isso mesmo, por tendências, mais ou menos relativas, que variam, entre outros aspetos, consoante os contextos de pertença social e de género.

Ora, Beck e Beck-Gernsheim (1995) interpretam a individualização como um movimento que se traduz na erosão de aspetos formais, institucionais e normativos ligados ao casamento e à família que irão influir na forma de viver e entrar na conjugalidade e na parentalidade, a favor do peso da importância dos aspetos relacionais e sentimentais. Neste sentido, a privatização da vida familiar consiste no facto de as regulações do exterior perderem peso nas dinâmicas familiares sendo estas, tendencialmente, cada vez mais reguladas a partir do seu interior. Assim, a individualização traduz-se numa priorização do bem-estar individual face ao bem-estar familiar e numa maior liberdade de escolha para os indivíduos escreverem a sua história de vida e percurso biográfico (Marques, 2007), acentuando-se o declínio de códigos sociais rígidos estipulados pela Igreja, pelo Estado e pelas normas sociais de género (Beck e Beck-Gernsheim, 1995). Estas tendências cruzam-se com o processo de sentimentalização da família em que as relações estão mais dependentes dos afetos e das dinâmicas dos sentimentos, tornando-se “o amor a legitimação para a relação conjugal e para a própria existência do indivíduo, revelando-se a religião secular da modernidade” (Beck e Beck-Gernsheim, 1995 *in* Maciel, 2008:7).

O movimento de individualização que acompanhou as grandes tendências históricas de modernização da vida familiar, abre espaço para o casamento “por amor”, para o surgimento da “categoria infância” e, mais recentemente, para uma realidade familiar cada vez mais diversa, ou seja, para uma multiplicidade de formas de entrada na conjugalidade e na parentalidade, a par de uma multiplicidade de arranjos e rearranjos familiares.

No ponto que se segue iremos tecer algumas considerações sobre o lugar da criança na família e o surgimento da categoria infância.

## **O Lugar da Criança**

Para compreender o lugar que as crianças ocupam nas famílias contemporâneas afigura-se-nos essencial realizar, ainda que de forma sintética, um contraponto entre a situação das crianças nas sociedades pré-modernas e a sua situação no mundo ocidental contemporâneo.

Para o efeito, socorremo-nos de Philippe Ariès (1973), conhecido historiador francês e de Kellerhals et al. (1984) que analisa e critica a obra de Ariès.

Neste contexto e segundo Ariès (1973), nas sociedades pré-modernas as crianças crescem afastadas da família, devido à necessidade de aprendizagem de uma profissão. Contudo, esta aprendizagem realiza-se de forma direta, através da experiência, não existindo qualquer tipo de separação entre o «universo» das crianças e o «universo» dos adultos (Santos e Dias, 2016).

Para além disso, não existia qualquer tipo de sentimento de infância (Ariès, 1973), pois a criança é percecionada como sendo um “adulto em miniatura e não como um ser qualitativamente diferente” (Kellerhals et al., 1984:103).

Como nos alerta Marinho (2011), a família das sociedades pré-modernas ao funcionar como unidade de produção encontrava na criança um contributo instrumental para o desenvolvimento da economia doméstica. Mais do que isso, a criança assegurava também a continuidade e transmissão de património, era a criança herdeira (Marinho, 2011). Ora, sendo a família moderna caracterizada pelas tendências de modernização familiar e existindo mudanças na conceção tradicional de família, há também consequências na forma de percecionar a criança e o seu papel.

Ana Nunes de Almeida (2003) assinala então que, a criança perde o seu papel instrumental e ganha um papel expressivo. O retorno esperado já não é tanto a contribuição económica, mas sim, um retorno afetivo, sendo muitas vezes o projeto parental uma das condições de realização pessoal dos indivíduos (Almeida, 2003; Cunha, 2007).

Fazendo um contra ponto à situação da criança nas sociedades pré-modernas, Kellerhals e equipa (1984; 1989) apontam como principais mudanças do lugar da criança a intensificação da “relação mãe-filho” e o conseqüente “afastamento paterno” (Santos e Dias, 2016: 222), a separação entre «universo» da criança e «universo» dos adultos, nomeadamente, através dos processos de escolarização que apresentam a escola como o espaço da criança e, por último, a percepção de que a criança é um ser qualitativamente diferente dos adultos com especificidades e necessidades próprias (Kellerhals et al., 1984; 1989; Cunha, 2007).

É neste quadro que a individualização ganha expressão no que se refere às crianças, passando estas a ser sujeitos de direito, nomeadamente, com a emergência dos direitos da criança (CDC *cit. in* UNICEF, 1989), com a definição de deveres dos pais/tutores para com os filhos (Marinho, 2011) ou com a definição de uma idade em que se atinge a maioridade (Marinho, 2011).

Nesta perspetiva, Ariès (1973) advoga que é esta mudança do lugar da criança na família a par do processo de sentimentalização que possibilitam a modernização familiar e conjugal (Ariès, 1973; Cunha, 2007 *cit. in* Santos e Dias, 2016).

Importa, contudo, referir que apesar destas profundas mudanças no lugar da criança na família, verifica-se, no contexto da sociedade portuguesa, uma combinação entre funções mais tradicionais e funções mais modernas. Não existe uma rutura total com o papel tradicional e estas dimensões são variáveis consoante os contextos de classe e as biografias individuais (Cunha, 2007; Santos e Dias, 2016).

Ora, tendo em conta as considerações feitas até aqui, importa assinalar que a família apresenta hoje uma multiplicidade de trajetórias tanto ao nível da conjugalidade como da parentalidade. Diversos autores têm estudado a forma como se vive hoje em família, tendo então construído categorias de análise que nos permitem analisar perfis/modelos de família, bem como, no que se refere às diferentes formas de encarar e vivenciar o divórcio (Torres, 1992), às diferentes formas de viver a conjugalidade e a parentalidade (Aboim, 2005; 2010; Wall, 2005; Santos, 2008). É precisamente sobre esse assunto que trataremos em seguida.

## A Diversidade da Vida Familiar

Autoras como Karin Wall, Vanessa Cunha e Sofia Aboim (2010) utilizam como dimensões de análise a classe social, que combina capital social, cultural e simbólico; o género; a divisão do trabalho doméstico (dentro e fora de casa) e, as diferentes dinâmicas que ocorrem entre os membros da família.

Inspiradas nas propostas de autores como Roussel (1989) e Kellerhals (1987), as autoras combinam elementos de microanálise com fatores meso e macrossociais, analisando assim, a coesão interna da família, a sua integração externa na sociedade e a sua orientação normativa como principais diretrizes diferenciadoras de cada tipologia familiar. Iremos então explorar cada categoria analítica com maior detalhe.

Por coesão interna, as autoras entendem a forma como o casal se organiza internamente do ponto de vista afetivo, no intuito de perceber se o que pesa mais é a autonomia individual (grau de individualização) ou o bem-estar «nós casal» e do «nós família» e como ambos se podem negociar/equilibrar. Estas representações e práticas podem ir de arranjos em que prevalece uma elevada autonomia do indivíduo até a um tipo organizacional ideal-tipo de partilha completa.

A integração externa analisa o grau de abertura/fechamento da família em relação ao exterior, nomeadamente, as sociabilidades, as saídas, convívios com o *outgroup*.

No que diz respeito às orientações normativas, esta categoria de análise refere-se a normas, ideais, projetos que orientam as práticas familiares. A família é analisada como “um lugar de construção nómica” (Wall, Cunha e Aboim, 2010) e de produção de sentido da ação. Assim, são as orientações normativas que levam a família a pender para um modelo mais tradicional/institucional ou para um modelo mais modernista.

Iremos então explicar um pouco os valores inerentes às orientações normativas para compreender melhor o supracitado.

Ora, os modelos mais tradicionais/institucionais são aqueles em que os membros familiares se pautam por valores em que há ainda uma fraca privatização familiar e, por isso, uma presença mais ou menos acentuada da regulação por parte do exterior que se reflete no interior do núcleo familiar (Wall, Cunha e Aboim, 2010). Assim, este tipo de modelo familiar destaca-se por uma marcada diferenciação de papéis de género e por uma visão do casal como uma união para a vida sendo, neste caso o divórcio de difícil aceitação.

Por antítese a este modelo familiar, as autoras (Wall, Cunha e Aboim, 2010) descrevem o modelo modernista que se faz acompanhar de valores mais companheiristas, sendo esta tipologia aquela onde as tendências de modernização da vida familiar mais se fazem sentir. Neste sentido, os valores companheiristas pressupõem a construção e negociação do lugar de cada membro da família no seio da família. Isto significa que há mais espaço para uma maior igualdade de papéis tanto na esfera doméstica como na esfera pública e que as relações familiares tendem mais para a democracia e para a valorização da comunicação e de aspetos relacionais, evoluindo as relações a par e passo com a evolução das dinâmicas sentimentais (Wall, Cunha e Aboim, 2010).

## **Modelos de Funcionamento Familiar**

Neste ponto iremos centrar-nos nos modelos de funcionamento familiar, em particular o modelo paralelo familiar, o modelo bastião, o modelo fusão aberta e o modelo associativo.

### **Modelo Paralelo Familiar**

Ora, como o próprio nome indica, este tipo de família coloca em paralelo, em termos de orientações normativas, especificidades da família instituição com características da família moderna (Wall et al., 2006).

Por um lado, são colocados em cima da mesa valores tradicionais como, por exemplo, a valorização do casamento (instituição) e da forte reprodução da desigualdade de género no que diz respeito aos papéis a desempenhar por cada cônjuge. “Existe um projeto familialista, uma visão da família como unidade para a qual todos devem contribuir” (Wall et al., 2006:176). Contudo, por outro lado, existe uma abertura para a modernização familiar, na medida em que o casamento, a união do casal e o projeto parental são justificados e legitimados pelas dinâmicas sentimentais. As autoras (Wall et al., 2006) referem que se verifica uma “procura de alguns momentos organizados e ritualizados em casal e em família” (Wall et al., 2006:176). Ao mesmo tempo, existe uma procura de espaços de autonomia individual, apesar destes momentos serem marcados pela desigualdade de género (Wall et al., 2006).

### **Modelo Bastião**

Segundo Wall et al. (2006), este modelo familiar, muito próximo do modelo supracitado, caracteriza-se por valores familialistas em que o mais importante consiste no apoio à família. Assim, as autoras (Wall et al., 2006) apresentam-nos dois subtipos: o apoio presente e o apoio ausente.

O apoio presente traduz-se em passar mais tempo em casal e/ou em família enquanto que o apoio ausente se traduz, por exemplo, em trabalhar mais horas fora de casa, aumentando os rendimentos familiares (Wall et al., 2006).

Neste contexto, o «nós casal» e o «nós família» tendem a sobrepor-se, muitas vezes, à autonomia individual e à realização pessoal. Contudo, surgem os valores companheiristas em que a família, se por um lado é uma instância para a qual os indivíduos devem contribuir, constitui ao mesmo tempo um refúgio (Wall et al., 2006).

### **Modelo Fusão Aberta**

Este modelo familiar demarca-se dos anteriores porque apresenta uma tendência para a fluidez dos papéis de género no seio familiar. Por outras palavras, o homem vai entrando de forma gradual e negociada em territórios tradicionalmente femininos, integrando-se de forma participada na vida doméstica da família (Wall et al., 2006). Isto acontece ao mesmo tempo em que a mulher se vai inserindo na esfera pública. Não obstante, esta «rotura» com modelos e valores tradicionais, persistem continuidades pois, não se verifica ainda uma situação de verdadeira igualdade no que se refere às práticas sociais e familiares (Wall et al., 2006).

### **Modelo Associativo**

Assente em valores modernistas (Wall et al., 2006), este modelo pauta-se, em termos ideais, por uma procura de igualdade de divisão das tarefas domésticas. Contudo, por vezes, verificam-se descoincidências entre valores e práticas e, por isso, surgem duas subcategorias: a categoria “associativo desigual” e a categoria “associativo forte” (Wall et al., 2006).

No primeiro caso, Wall et al. (2006) referem que, apesar dos ideais igualitários, quem acaba por ficar com a maioria das tarefas domésticas a seu cargo é o membro do casal com menor poder (económico, negocial, simbólico). Existe neste caso, um membro do casal que faz concessões, sacrificando a sua autorrealização e autonomia individual à família e à realização pessoal do cônjuge (Wall et al., 2006).

Já na subcategoria “associativo forte”, as autoras Wall et al. (2006) verificam uma aproximação entre representações modernistas e companheiristas com as práticas familiares que se traduz numa negociação entre família e realização pessoal, mais ou menos igual, para os membros do casal (Wall et al., 2006). Muito embora, tal seja apenas possibilitado, devido a ajudas externas, como por exemplo, empregadas domésticas, contratação de serviços, ou apoio da rede familiar nos cuidados às crianças (Wall et al., 2006).

### **Perfis de Coabitação Conjugal**

Apesar de a realidade da coabitação não ser propriamente uma realidade nova, estudá-la na atualidade, permite-nos compreender o que permanece e o que se transfigura, pois, a coabitação, ao ganhar novos significados, traduz, em alguns casos, as tendências de modernização familiar, mas em outros, algumas resistências às tendências de modernização social, espelhando-se numa opção de quem não tem outra alternativa à coabitação conjugal.

Sofia Aboim e Ferreira (2002) ao analisarem a demografia familiar, traçam três perfis de coabitação: uma coabitação do tipo pré-nupcial, característica de grupos com elevados capitais económicos, simbólicos, escolares e profissionais; uma coabitação do tipo “entrada na parentalidade” que permanece após o nascimento do primeiro filho em casal, caracterizada por grupos intermédios e/ou situações de recomposição familiar; e, a coabitação do tipo “coabitação de longa duração”. Este último tipo, também designado por “união de facto” tende a ser um substituto do casamento, estando associado a grupos socialmente desqualificados ou no limite da exclusão.

No entanto, a demografia e a estatística, apesar de nos fornecerem dados importantes, apenas nos mostram as famílias quanto à sua estrutura e composição, isto é, quanto à sua forma. Estudos de cariz qualitativo em profundidade mostram-nos os diversos significados das famílias e demonstram que a realidade é bastante mais plural e complexa do que aquilo que nos mostram os números.

Para ilustrar isso mesmo, citamos um estudo em profundidade sobre a coabitação conjugal em que, a autora (Santos, 2008) traça diferentes perfis de coabitação, baseando-se em aspetos que compreendem representações e práticas em relação à própria conjugalidade, às relações de género e às normas de coesão conjugal (Santos, 2008; 2011).

Destacamos os perfis que nos irão auxiliar a análise posterior dos dados da presente investigação, a saber, o perfil moderno, o perfil de transgressão, o perfil de tradição e o perfil de experimentação (Santos, 2011).

O perfil moderno como o próprio nome indica, coaduna-se com as grandes tendências de modernização da vida familiar, uma vez que o casamento instituição perde importância para os sentimentos e afetos, deixando assim, de estar intrinsecamente associado à conjugalidade e à parentalidade. Na verdade, os sujeitos que se enquadram neste perfil de coabitação

percecionam a coabitação conjugal como uma extensão normal e “natural do namoro” (Santos, 2011 *cit. in* Santos e Dias, 2016:246).

O perfil de transgressão, segundo a autora, traduz-se numa oposição ao casamento instituição, num posicionamento “quase político” que perceciona o casamento, no limite, como uma “hipocrisia”. Neste perfil, o que conta são, efetivamente, os sentimentos e afetos, bem como a intimidade do casal, existindo assim, de forma clara, uma recusa da regulação externa da vida familiar (forte privatização e sentimentalização).

No que se refere ao perfil de experimentação, socialmente mais transversal, a coabitação representa uma fase da relação que serve para verificar se a mesma poderá vir a ter um futuro sólido. Assim, neste perfil, os coabitantes acabam por casar, caso a relação resulte durante a coabitação.

Por fim, o perfil de tradição diz respeito a um fenómeno familiar em que a coabitação já está presente na família há algumas gerações, sendo por isso, naturalizada dentro das famílias em causa. Este perfil, caracteriza-se, maioritariamente, por famílias com muitos filhos e/ou de grupos sociais mais pobres (Santos, 2001).

O estudo referido aponta para o facto de que, apesar de o fenómeno de coabitação conjugal ser uma realidade que tem vindo a ganhar expressão numérica em Portugal, não traduz, necessariamente, um “aumento” da modernização social, pois os perfis de coabitação, qualitativamente diferentes, mostram-nos que, se em alguns casos se verificam tendências de modernização social e familiar, em outros há combinações entre modernidade e tradição e, ainda, como no caso do perfil de tradição, por exemplo, uma associação entre coabitação e pobreza e exclusão social (Santos, 2008; Dias e Santos, 2016:247-248).

## **A Construção da Maternidade e da Paternidade: o Lugar dos Homens, das Mulheres e das Crianças na Família**

Para a autora Knibiehler (2001 *cit. in* Marinho, 2011:16-17), no contexto da sociedade francesa, as tendências de modernização da vida familiar também se fazem sentir na construção nómica da paternidade. Assim, o pai perde a sua autoridade comunitária, transferindo-se essa autoridade para o seio familiar e, mais tarde, com o iluminismo, a função social do pai privatiza-se (Knibiehler, 2001 *cit. in* Marinho, 2011:16-17). Por outras palavras, o homem àquela época vale enquanto indivíduo e, o pai tem a função de sustentar a família, exercer a sua autoridade, mas também, a função de ensinar/transmitir conhecimentos aos filhos para que estes exerçam uma profissão.

É neste contexto que se começa a esbater a ideia de que os filhos seriam propriedade do pai, ao mesmo tempo que a sua autoridade se passa a fazer de uma forma menos absoluta. “Na lei ao mesmo tempo que a reprodução e as relações entre homens, mulheres e crianças se tornam um assunto privado, começa a ser limitada a autoridade do pai sobre os filhos: pelo controle e pela punição dos «abusos» de autoridade; pela imposição da igualdade dos filhos na herança; e pela criação da figura da maioridade dos filhos aos 21 anos” (Marinho, 2011:16-17).

Com o despoletar da revolução industrial, a função do pai volta a transformar-se, remetendo-se agora, quase que exclusivamente, ao sustento económico da família e, passando a «função de ensinar os filhos» para o monopólio da mãe e, posteriormente, para o Estado (Knibiehler, 2001 *cit. in* Marinho, 2011:56).

Na ótica de Knibiehler (2001), a lei tem um papel preponderante na reconfiguração do papel do pai na família e, mais uma vez, com a “legitimação jurídica da autoridade partilhada do casamento, que emerge no rescaldo do Maio de 68 - considerado, na literatura francófona, como o momento simbólico da morte do *Pater Familias* - constitui um dos grandes marcos de mudança, na medida em que corresponde ao fim da autoridade do pai e à construção de novas formas de relacionamento entre os géneros e as gerações (*cit. in* Marinho, 2011: 17). Parece então que a função social do pai cai num vazio, não obstante, o que ocorre desde então e até à contemporaneidade é uma profunda reconfiguração da função paterna que não afeta apenas a função paterna, mas também, o núcleo familiar.

Ora, no contexto da sociedade portuguesa, estas influências do Maio de 68 e as tendências de modernização também se fizeram sentir, embora um pouco mais tarde. Na ótica de Karin Wall (2010), essas mudanças na família estão intrinsecamente associadas às políticas da família, ao enquadramento jurídico e histórico de Portugal. A autora demarca assim quatro períodos

fulcrais para a mudança social, bem como, para a compreensão dessa mudança e da realidade com que nos deparamos atualmente.

Assim, nos anos 40 e 60, a família, fortemente marcada pela ideologia do Estado Novo, constitui uma instituição que integra e moraliza os sujeitos através da indissolubilidade do casamento católico, baseado na autoridade *marital e paternal* (Wall, 2010b *cit. in* Marinho, 2011: 20).

Um outro momento, são os anos 70 ou o pós-25 de Abril, marcado pelos valores democráticos no sentido de uma maior igualdade, liberdade, pelo *individualismo institucional* e pelo duplo emprego familiar (Wall, 2010b *cit. in* Marinho, 2011:20). O homem passa assim a assumir novas funções que vão desde “a cooperação na vida familiar, à partilha do poder conjugal e parental com a mulher, até à autoridade parental que exige obediência, mas que, ao mesmo tempo, respeita a autonomia e opinião dos filhos” (Wall, 2010b *cit. in* Marinho, 2011:21).

No período seguinte (anos 80-90), este modelo familiar vai-se desenvolvendo e cimentando no sentido de uma maior “igualdade de género e na conciliação do trabalho, vida familiar e paternidade” (Wall, 2010b *cit. in* Marinho, 2011:21).

Esta breve abordagem histórica é importante no sentido em que nos permite contextualizar as mudanças familiares e perceber que as mesmas não ocorrem de uma forma unívoca nem muito menos linear. De facto, na atualidade, deparamo-nos com paradoxos e contradições que, como já fora referido, caracterizam a sociedade portuguesa a par da realidade da diversidade familiar. Nesse sentido, importar reter a nossa atenção sobre um estudo, “A Vida Familiar no Masculino” (Wall et al., 2010) que, estuda qualitativamente a paternidade e as diferentes formas de ser pai, delineando assim, perfis de paternidade em Portugal.

## **Perfis de Paternidade e Emergência de Novos Perfis**

Ora, apesar da diversidade presente nos perfis de paternidade, na opinião das autoras, ainda se verificou uma ideologia da maternidade que associa a mulher ao papel de mãe e que, na ótica das autoras, ainda trava o exercício “pleno” da paternidade. Não obstante, de uma forma geral, os homens entrevistados, mostraram, ao nível das representações, uma rutura com a figura do pai tradicional autoritário (Wall et al., 2010) e uma preocupação em ser “um pai presente” na vida dos filhos e da família, bem como um pai “educador” (Wall et al., 2010).

As autoras (Wall et al., 2010), identificaram perfis como “paternidade conjunta” em que há uma partilha total (ideal) com a parceira, uma “paternidade de ajuda”, em que o homem procura auxiliar a parceira de forma complementar e, uma “paternidade restrita” em que, subsiste a ideia do homem ganha-pão que apenas está presente “quando necessário” (Wall et al., 2010). Existem ainda o perfil de “paternidade eletiva” e o perfil do “homem doméstico” em que o primeiro diz respeito a homens com uma aposta sólida na carreira e, por isso, fazem questão de escolher momentos de qualidade com os filhos. Já o segundo perfil, minoritário, diz respeito a homens que assumem quase que exclusivamente as competências domésticas e parentais. Note-se que este perfil não resulta, na maioria dos casos, de uma escolha isenta de constrangimentos, dizendo estes respeito a situações de desemprego ou precariedade profissional no masculino. No entanto, os homens deste perfil encaram esta situação com mais naturalidade (Wall et al., 2010), por comparação com o que acontecia há uns anos atrás, face às novas exigências profissionais das mulheres, num quadro de maior igualdade género e crescente autonomia feminina e envolvimento masculino nos cuidados e educação dos filhos. Importa ainda referir que, os homens desta pesquisa se enquadram em cada perfil segundo o seu percurso de vida e capitais sociais, culturais, simbólicos, profissionais, mas que, a construção e negociação conjugal em causa também influem reciprocamente na construção do perfil de paternidade.

A título de exemplo, o perfil “conjugal associativo” surge ligado à “paternidade igualitária” enquanto que o perfil “fusão aberta” surge ligado ao perfil de “paternidade conjunta”. Esta é também uma questão que pretendemos estudar ao nível da construção da conjugalidade e da parentalidade no seio das famílias homoafectivas, como sugerimos nos objetivos e questionamentos iniciais da presente investigação. A parentalidade está intrinsecamente ligada ao modo de funcionamento conjugal, quer este seja mais ou menos igualitário constituindo assim, um elemento da dinâmica familiar.

Não obstante, e “tal como a historiografia relembra, a cada século há sempre «novos pais» que constroem as suas práticas a partir da combinação e reformulação de velhos e novos

modelos de paternidade coexistentes, assim como em função das exigências contextuais e estruturais com que se deparam” (Marinho, 2011:86-87). Nesta linha, a um mesmo ideal podem corresponder práticas sociais completamente diferentes. Como foi referido, o papel de educar e disciplinar sempre esteve inerente à função de pai, no entanto, na atualidade, esse papel emerge “agora”, preferencialmente, “nos lazeres, nos jogos, nas brincadeiras” (Delumeau e Roche, 1990; Griswold, 1999 *cit. in* Marinho, 2011:86-87).

Já Kellerhals e Montandom (1991), defendem que não só o papel paterno se reconfigura, como também, o papel materno e que tanto o pai como a mãe, assumem agora, funções relacionadas com a “manutenção, a normatividade e o apoio emocional” (Kellerhals & Montandom, 1991) *cit. in* Marinho (2011:89). Por outras palavras, o que os pais fazem é orientar, encorajar, apoiar e cooperar nas atividades que são inerentes ao significado do lugar da criança.

Depois de todas estas considerações sobre a paternidade, importa agora, reter a nossa atenção na maternidade.

## **A Maternidade: do Modelo Intensivo ao Duplo Papel de Profissional e Mãe**

Em boa verdade, e como já foi referido ao longo do presente trabalho, as tendências de modernização da vida familiar não afetam todos da mesma forma, não poderemos negligenciar, neste âmbito, nem as relações de género nem as desigualdades de género na sua relação com os contextos sociais de classe (Torres, 2002; Wall, 2005; Aboim, 2006; Cunha, 2007; Wall et al., 2010; Santos, 2011).

Importa então referir que, se a mulher ganhou novos protagonismos e se o seu lugar social se alterou, nomeadamente, através do seu acesso ao mercado de trabalho, direito ao voto, independência face à autoridade do pai e do marido, construindo-se enquanto cidadã de plenos direitos, a verdade é que subsistem desigualdades de género significativas.

Em primeiro lugar, ainda subiste a ideologia da maternidade, herdeira da ideologia do amor romântico que se alia à tese da “maternidade intensiva” (Jamieson, 1998; Alwin, 2004; Badinter, 2010 *cit. in* Marinho, 2011:73). Em segundo lugar, deparamo-nos com a “dupla jornada de trabalho feminina” (Wall e Guerreiro, 2005a). Isto significa que se a mulher trabalha fora de casa não existe um equivalente de trabalho doméstico masculino para balancear as coisas, sendo a mulher aquela que mais horas dedica ao trabalho doméstico e nos cuidados dos filhos.

Sabemos que esta desigualdade é maior ou menor consoante os modelos de conjugalidade e os contextos sociais onde estes se encontram ancorados, mas sabemos também que a igualdade plena é uma inexistência e que a mulher tende a sacrificar mais a sua autonomia individual em prol da família.

Os resultados do *International Social Survey Programme* (ISSP) considerados por Sofia Aboim (2010b) são sintomáticos da persistência desta ideologia que tende a confinar a mulher ao lar e ao seu papel de mãe.

Os dados revelam que 75% dos inquiridos no estudo em questão afirmam que a mulher deve ter um emprego, mas dois terços afirmam que “o que as mulheres desejam é ter uma casa e filhos, indicando que a valorização da vida familiar e doméstica, por um lado, e da independência económica, por outro não é mutuamente exclusiva” (Aboim, 2010b) *cit. in* Marinho, 2011:75). Um outro dado que nos causa perplexidade é o facto de 79% dos inquiridos afirmar que “uma criança pequena sofre quando a mãe trabalha fora de casa” (Aboim, 2010b *cit. in* Marinho, 2011:75). Estes dados, segundo Sofia Marinho (2011) parecem indicar que, se por um lado, os portugueses concordam que a mulher deve ter um emprego, por outro, ela deve saber gerir a sua vida sempre em prol do interesse dos filhos (Marinho, 2011:75).

## **Género, Sexualidade e Família no Contexto LGBTQI**

Neste momento do presente trabalho, iremos explorar as noções de género e sexualidade, bem como, conceitos incontornáveis à realidade LGBTQI.

Ora, em primeiro lugar, importa diferenciar os conceitos sexo e género, sendo que o “sexo corresponde às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e o corpo feminino” (Giddens, 2010:109) enquanto que, o “género corresponde às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino” (Giddens, 2010:109). Desta forma, torna-se fácil perceber que sexo e género não só

constituem conceitos distintos, como se depreende que o sexo biológico não corresponde impreterivelmente ao género social, constituindo este último uma construção identitária que cruza variáveis complexas. *“Gender identity refers to a person’s deeply felt individual experience of gender, which may or may not correspond with the sex assigned at birth and includes the personal sense of the body and Other expressions of gender such as dress, speech and manneirism”* (Yogyakarta Principles, 2006 cit. in European Council, 2011:129).

Um outro conceito que surge relacionado com os conceitos anteriores é a sexualidade que, grosso modo, corresponde à forma como os indivíduos vivem e experienciam o sexo e o género. Já por orientação sexual, entende-se a capacidade para se sentir atraído de “forma emocional, afetiva e/ou sexual, para se relacionar de forma íntima e sexual com alguém de outro género (heterossexual), do mesmo género (homossexual) ou até, com pessoas de ambos os géneros (bissexual)” (Yogyakarta Principles, 2008 cit. in European Council, 2011:132) e (APA, 2008 cit. in Oliveira, 2010). “A orientação sexual é distinta do comportamento sexual” (O’Murray, 2002) cit. in Oliveira (2010:19) porque apesar de os indivíduos terem uma determinada orientação sexual, “não quer dizer que a consumam em actos” (Oliveira, 2010:19).

Segundo Giddens, o facto de, nas sociedades tradicionais, a sexualidade estar intimamente imbricada com a reprodução sexual, contribuiu para uma visão negativa de todas as práticas sexuais e formas de viver a sexualidade fora, quer da prática reprodutiva, quer do matrimónio (Giddens, 2010:126). Não obstante, tanto a sociologia como a antropologia, a psicologia e a história têm mostrado que “a homossexualidade, a orientação sexual ou os sentimentos afetivos entre indivíduos do mesmo sexo” (Giddens, 2010:131) existe em todos os tempos e culturas (Marshall, 1998; Almeida, 2010). Contudo, a noção de família homoparental é um fenómeno bastante recente. Como refere Marsahll *“having this behavior as a basis for a social - and especially an organizing or life-long identity is a recent and western phenomenon”* (1998:282).

Segundo Michael Foucault, a noção de homossexual é bastante recente (Foucault, 1978 cit. in Giddens, 2010:132), muito embora, fossem punidos os “atos contranatura” ou o “ato de sodomia” que correspondiam às práticas sexuais socialmente reprováveis. O termo homossexualidade surgiu “na década de 60 do século XIX e, desde então, os homossexuais foram considerados cada vez mais como um tipo de pessoas distintas com uma aberração sexual peculiar” (Weeks, 1986 cit. in Giddens, 2010:132).

Segundo o mesmo autor, nas definições de homossexualidade existe uma predominância do modelo biomédico através da patologização da homossexualidade, contudo, com a sua despatologização, este modelo parece continuar a ser hegemónico. “O modelo essencialista é dominado em primeiro lugar pelo saber biomédico, que especifica o que é um sujeito homossexual, partindo dessa especificação para a análise das causas e efeitos dessa condição homossexual” (Carneiro, 2009 cit. in Oliveira, 2010:21). Ou seja, a sexualidade é assumida como sendo uma essência que “define um sujeito e é essa característica específica que o indivíduo deve reprimir, descobrir, negar ou assumir” (Clarke, et al., 2010 cit. in Oliveira, 2010:21). Assim, este modelo pressupõe que existe uma identidade masculina e uma identidade feminina pré-definidas, assumindo também que existirá uma identidade homossexual. As teses essencialistas poderiam induzir-nos a pensar que os homossexuais seriam todos iguais. Este é o problema redutor das abordagens essencialistas, que escondem as especificidades de cada pessoa, o contexto, o percurso biográfico, bem como, as formas como essas variáveis se poderão cruzar com os contextos económicos, históricos e sociais mais amplos.

Ora, nesta linha, pessoas assumidamente homossexuais foram punidas (e continuam a ser, em dados contextos), em épocas em que a homossexualidade constituía crime ou era considerada uma patologia/distúrbio sexual (Almeida, 2010). Apesar de, no mundo ocidental, esta realidade ter mudado, essa punição verifica-se ao nível social, através do heterossexismo, da homofobia e da discriminação.

A heteronormatividade ou heterossexismo constitui uma estrutura de valores em que a heterossexualidade é entendida como a norma, ou seja, espera-se que todas as pessoas sejam heterossexuais (Almeida, 2010). A heteronormatividade *“can be defined as the institutions, structures of understanding and practical orientations that make heterossexuality seem coherent, natural and privileged. It involves the assumption that everyone is heterossexual, and that heterossexuality is the ideal and superior to homossexulity or bissexuality. Heteronormativity also includes the privileging of normative expressions of gender - what is required or imposed on individuals in order for them to be perceived or accepted as a «real*

men» or a «real woman» as the only available categories” (Oliveira, 2010:40). Desta forma, a heteronormatividade é internalizada, estigmatizando todas as situações que se desviam desta norma. Mais gravoso ainda é o facto das pessoas homossexuais poderem ter um sentimento de que «há algo de errado com elas» por não se encaixarem nas orientações heteronormativas.

Como nos assevera Miguel Vale de Almeida, a questão vai muito para além da simples diferença “ela entrelaça-se com a desigualdade; e a diferença não é uma simples questão de identidade, mas sim, também, uma questão de condições materiais” (Almeida, 2009:31).

Assim, importa deter-nos um pouco sobre o conceito de discriminação. Por discriminação entende-se “um tratamento desigual e injustificado”, podendo esta ser direta ou indireta. A discriminação direta ocorre quando a “pessoa é proibida de algo ou tratada de forma desvantajosa” com base no seu sexo, género, orientação sexual, etnia, classe social, deficiência física e/ou mental, doença, etc. Por outro lado, a discriminação indireta pode ser mais subtil e acontece, por exemplo, quanto perante duas pessoas em situação idêntica, uma é colocada em desvantagem tendo por base alguma(s) das características supracitadas (European Council, 2011:129).

Deste modo, indivíduos homossexuais que se veem privados de casar ou constituir família são objeto de discriminação direta, enquanto que indivíduos homossexuais que são negligenciados nas áreas da saúde, educação, justiça, emprego em consequência da sua orientação sexual são objeto de discriminação indireta.

Em relação à homofobia, esta corresponde ao medo psicológico relativamente à homossexualidade, ou seja, medo dos homossexuais e medo de ser homossexual (Marshall, 1998:281). Muitas vezes, a homofobia é internalizada, ou seja, corresponde ao “direcionamento das atitudes sociais e negativas para o *self* da pessoa *gay*, levando à desvalorização desse *self* e resultantes conflitos internos e numa auto-imagem empobrecida” (Pereira e Leal, 2004 *cit. in* Oliveira, 2010:39). Neste contexto, a homossexualidade não surge percecionada como uma das possibilidades da orientação sexual, nem sequer como questão social, mas sim como um problema individual em que a “responsabilidade” e a “culpa” relativamente à diferença recaem sobre os indivíduos. O conceito de homofobia internalizada relaciona-se assim, intimamente, com o conceito de heterossexismo (Herek, 1993 *cit. in* Oliveira, 2010:40).

Paradoxalmente, em relação a todas estas questões, no mundo ocidental, existe uma tendência para aceitar “diversas orientações e comportamentos sexuais numa ampla variedade de contextos” (Giddens, 2010:126), como já havíamos referido, no tópico sobre a crescente diversidade familiar. Esta é uma das consequências da desinstitucionalização da vida familiar. Importa, contudo, ressaltar que essa confrontação com a diferença, principalmente quando falamos na homossexualidade e famílias homoparentais, nem sempre se faz sem o sentimento de estranheza, nem muito menos de forma pacífica.

## **Transformações da Intimidade e Democracia Familiar: Serão as Pessoas**

### **LGBTQI as Protagonistas da Mudança?**

No contexto das transformações da intimidade, Giddens (1995) avança o conceito de sexualidade plástica. “A sexualidade plástica é a sexualidade descentrada, liberta das necessidades de reprodução. Tem origem nas tendências, iniciadas nos finais do século XVIII, para limitar estritamente a dimensão da família (preocupação malthusiana), mas desenvolve-se posteriormente como resultado da divulgação da contraceção moderna e das novas tecnologias reprodutivas. A sexualidade plástica pode ser moldada como característica da personalidade e, nesta medida, está intrinsecamente ligada ao *self*. Ao mesmo tempo, ela liberta, em princípio, a sexualidade da dominação do falo, da ufana importância da experiência sexual masculina” (1995:2). A sexualidade deixa de estar ligada à reprodução e passa a ser um símbolo da individualidade, escolha e liberdade individual.

Este movimento de mudança social e de valores no que concerne à sexualidade e aos territórios da intimidade é uma das razões de maior tolerância face à homossexualidade e às famílias de pessoas não heterossexuais.

A par desta realidade, com a desinstitucionalização, individualização, privatização e sentimentalização da vida familiar e das relações, estando os relacionamentos cada vez menos dependentes de obrigações e contractos e, cada vez mais dependentes das dinâmicas dos sentimentos, das escolhas e das biografias individuais surgem, por “oposição” ao conceito

de amor romântico, o conceito de amor confluyente (Giddens, 1995) e de relação pura (Giddens, 1995).

Por outras palavras, se o conceito de amor romântico pressupõe uma união por amor, este conceito pressupõe também que o “amor verdadeiro uma vez encontrado seria para sempre” (Santos, 2008). Por contraponto, o conceito de amor confluyente avança que, a união ocorre com base nos sentimentos de amor e/ou atração, mas que pode não durar para sempre. Na medida em que tem por base um “modelo de relação pura” (Giddens, 1995). É uma forma de amor em que a sexualidade de um indivíduo não tem de ser negociada como parte da relação (Giddens, 2010:42) e como o próprio nome indica pressupõe uma confluência de interesses, uma abertura ao outro. A relação pura “existe em si mesma” e depende da vontade de ambas as partes, incluindo a negociação da sua duração, num quadro de equidade entre indivíduos e de autonomia formal (Giddens, 1995; Giddens, 2010:39).

Neste modelo de família “relacional e individualista, a chamada família moderna” (Singly, 2000 *cit. in* Marinho e Correia, 2017), não são apenas as relações conjugais que se transformam, mas também as relações parentais, em direção a uma maior democracia familiar. A relação pura, na aceção de Giddens, é uma relação tecida “no quadro da igualdade entre sexos, pela comunicação emocional, a confiança, a confiança e a abertura do «eu» é inteira ao «outro», bem como pela democracia relacional na vida quotidiana, tanto nas relações conjugais como na relação entre mães, pais e filhos” (Marinho e Correia, 2017:14).

Na ótica de Giddens, os homossexuais são os percussores da relação pura e do amor confluyente, uma vez que, até há bem pouco tempo, não tinham direito ao casamento nem a ver reconhecida uma união de facto ou o direito à constituição familiar, estando, por isso, ao mesmo tempo que desprovidos de alguns direitos, libertos dos possíveis aprisionamentos de uma instituição como o casamento ou uma união legalmente reconhecida (Giddens, 1995).

Um dos estudos do Instituto Kinsey nos anos 80 revelou que todos os indivíduos homossexuais entrevistados tiveram “pelo menos uma vez, uma relação estável” (Giddens, 1995). De facto, “as mulheres e os homens homossexuais, protagonizaram o desenvolvimento de relações, no sentido que o termo atualmente adquiriu, aplicado à vida pessoal. É que eles tiveram de se organizar sem modelos de casamento tradicionalmente estabelecidos, em condições de relativa igualdade entre parceiros” (Giddens, 1995:10).

## Direitos LGBTQI em Portugal

Neste tópico iremos realizar uma cronologia dos direitos LGBTQI em Portugal, relembrando que importa situar-nos no mundo ocidental e num Estado Democrático de Direito.

Para o efeito, afigura-se-nos pertinente, em primeiro lugar, tecer algumas considerações mais gerais sobre o conceito de cidadania e a forma como o mesmo tem vindo a mudar, para assim, melhor compreendermos a situação LGBTQI em particular.

Ora, Gordon Marshall (1998) e Rui Maia (2002) apresentam-nos uma conceção de cidadania num quadro de construção social consequente da relação e interação entre Estado e indivíduo. No entanto, a cidadania foi fortemente marcada pela conceção Marshaliana que compreende a cidadania como um processo evolutivo e linear ao longo do qual se vão adquirindo direitos. Neste sentido, T. H. Marshall defende que passámos de uma cidadania civil para uma cidadania política e posteriormente para uma cidadania social (Maia, 2002). Assim sendo, a cidadania civil correspondente aos direitos individuais contemplados na lei, em que a diferenciação entre quem pertencia a um Estado seria reconhecida com base no termo “*jus sanguinis*” e no termo “*jus soli*”, por outras palavras, nascimento e linhagem (Isin, E. F. e Nyers, Peter, 2014:17). Isto é, através da ideia de partilha do mesmo sangue e, por isso, da mesma etnia e da mesma cultura, em que Janoski se refere a estes direitos como sendo “direitos de existência” que constituem uma cidadania meramente «normativa» e, por isso, «passiva» (Janoski *cit. in* Nata, 2011: 103). No que concerne à cidadania política, esta é materializada, segundo T. H. Marshall na possibilidade de votar, conferindo de acordo com Janoski, um carácter ativo e contratual à cidadania, ao combinar direitos, deveres, mas também, participação. Para Turner (*cit. in* Thomas Janoski e Brian Gran, 2002), os direitos não são apenas atribuídos, mas também adquiridos por meio de lutas e conflitos sociais que levam à mudança social. Relativamente à cidadania social, esta encontra-se refletida num mínimo de recursos de subsistência e de bem-estar social alargados a todos os cidadãos. Para

T. H. Marshall (*cit. in* Gordon Marshall, 1998), esta última dimensão da cidadania é a condição *sine qua non* para a ativação plena das restantes dimensões do conceito. Ora, para Jack Barbalet (1989), a definição de quem pertence ou não a uma dada sociedade é potenciadora de exclusão, sendo que a conceção de cidadania analisada por T. H. Marshall recebe outras críticas, sendo que algumas delas serão abordadas, ainda que de forma necessariamente sintética, no presente subtópico.

Não obstante, Yash Ghai (2003) enuncia que com as transformações inerentes à modernidade tardia e com os desenvolvimentos da globalização, surge a necessidade de promover o multiculturalismo. Gordon Marshall (1998) acrescenta a necessidade de contemplar novas dimensões da cidadania que não foram contempladas na tese de T. H. Marshall. É neste quadro que surge, segundo Touraine ( *in* Turner, 1997 e Maia, 2002), uma noção de cidadania multicultural que contempla as dimensões de cidadania anteriormente analisadas, ao mesmo tempo que introduz a dimensão cultural. Assim, esta nova cidadania combina-se com a cidadania passiva e a cidadania ativa, pois conjuga direitos tidos como adquiridos com a reivindicação de direitos relacionados com a expressão, a representação e o reconhecimento de diferentes identidades e culturas. No entanto, na prática, Turner (1997) defende que as situações de acesso à cidadania são maioritariamente resolvidas através de processos de assimilação à cultura dominante. Pois, de facto, “a cidadania a par de conferir um estatuto legal confere também uma identidade cultural particular a indivíduos e a grupos” (Turner, 1997: 8).

Assim, o conceito de cidadania corresponde, segundo Lowe e Lloyd (*cit. in* Santos e Nunes, 2003: 34), às “possibilidades de criação de alternativas”, face à “globalização hegemónica” (Santos *cit. in* Ghai, 2003: 559). Segundo Ghai (2003), estes direitos encontram-se intimamente relacionados com os direitos humanos e com os direitos das minorias étnicas, sendo que os direitos humanos são universalistas e globais, enquanto os direitos das minorias étnicas, minorias sexuais, de todas as minorias no geral, são relativos, pois cada minoria terá as suas especificidades.

Facilmente se compreende o contributo que esta discussão poderá dar para uma definição de “cidadania sexual” (Weeks, 1995) ou “cidadania íntima” (Plummer, 2003 *in* Almeida, 2009:113), uma nova dimensão da cidadania em que importa contemplar a diversidade da sexualidade humana que não se restringe à sexualidade hegemónica (heterossexualidade), mas que se desmultiplica em vários tipos de expressão da sexualidade: homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, transgénero, intersexo, etc. De facto, o que a sigla LGBTQI significa é: “*Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer, Questioning and Intersex*” (Amnistia Internacional, 2015:1).

Ora, no que concerne aos direitos humanos, a tendência tem sido, segundo Miguel Vale de Almeida (2004) a de alcançar cada vez mais detalhe, ou seja, cada vez mais direitos e mais direitos na “diferença”, nomeadamente, os direitos das crianças, das mulheres, da “diferença étnica, religiosa ou linguística” (Almeida, 2004).

No entanto, quando falamos em direitos sexuais e minorias sexuais, a questão torna-se ainda mais sensível e tardia. De facto, estes foram os últimos direitos a ter em linha de conta. Almeida explica o facto baseando-se nos processos históricos de “naturalização da diferença sexual e de género” (Almeida, 2004), definindo-se todos os seres humanos como naturalmente heterossexuais, colando a função reprodutora ao significado da palavra mulher e separando essencialmente homens e mulheres com base em características pré-concebidas e inextricavelmente associadas ao papel de cada um.

Neste sentido, Miguel Vale de Almeida define quatro tipos de homofobia que nos permitem, por um lado, completar a crítica às definições mais tradicionais de cidadania e, por outro, compreender a importância da ativação da equidade social.

Em primeiro lugar, Almeida define a Homofobia Institucionalizada que se espelha na perseguição direta, assumida e declarada às pessoas LGBTQI por parte das instituições, direito e política, à semelhança do que ainda acontece em muitas partes do mundo e do que aconteceu no Holocausto nazi, nos tempos da Inquisição ou quando a homossexualidade era definida enquanto pecado e/ou doença (Almeida, 2004). Este tipo de homofobia pode também corresponder à discriminação formal e direta na lei e à ausência de direitos.

Em segundo lugar, Miguel Vale de Almeida define a Homofobia Social como os “actos homofóbicos activos cometidos pelas pessoas nas suas relações em sociedade” (Almeida, 2004:3). Este tipo de homofobia pode variar em grau: desde assassinatos até a episódios quotidianos em casa, na escola, no trabalho. O autor dá o exemplo da expulsão da casa dos pais (Almeida, 2004:4), à semelhança do referido pela autora Anna Einarsdottir (2011), em

que o espaço privado pode não ser um espaço protetivo das pessoas LGBTQI, mas pelo contrário, um espaço que se configura como uma extensão da esfera pública, onde se opta por passar por heterossexual ou sofrer as pressões /agressões do heterossexismo e da homofobia (Almeida, 2004; Einarsdottir, 2011).

Em terceiro lugar, Miguel Vale de Almeida define a Homofobia Latente como “os mecanismos e dispositivos que servem (...) para reproduzir a ordem heterossexista necessariamente excludente” (Almeida, 2004:4) dos LGBTQI. Aqui o autor menciona a coincidência entre a ordem de género e a publicidade, as músicas, os filmes e as “roupas, linguagem, posturas corporais” (Almeida, 2004:4).

Em quarto lugar, o autor define a Homofobia Interiorizada como “aquela que as próprias vítimas da homofobia (...) transportam dentro de si como mecanismo de contenção, autocensura, ressalva, medo (...)” (Almeida:2004:4).

Ora, a cada uma das tipologias de homofobia Miguel Vale de Almeida propõe formas de luta contra a homofobia. Assim, para travar a Homofobia Institucionalizada, o autor refere as lutas e conquistas ao nível do direito (legislação), a mudança política e o “pensamento crítico” (Almeida:2004:4).

Para responder à Homofobia Social, Miguel Vale de Almeida sublinha a essencial importância fundamental das “redes de solidariedade, comunidade e apoio” (Almeida:2004:4). Para responder à Homofobia Latente, o autor defende a criação de um “lugar cultural de experimentação de formas alternativas de vida e relação e enquanto lugar de criação de representações (de revolta, de humor, de provocação)” (Almeida:2004:4). E, por fim, o autor defende que para fazer face à Homofobia Interiorizada é necessário ativar e combinar todas as propostas anteriores.

Na sequência deste breve enquadramento teórico sobre a homofobia, a cidadania e os direitos LGBTQI, estamos agora em condições de fazer uma cronologia sintética da conquista de direitos LGBBTQI, onde existiram de facto grandes avanços sem deixar, contudo, de existir ainda um longo caminho a percorrer. Para o efeito, recorreremos ao antropólogo e ativista dos direitos LGBT, desta vez, baseando-nos no texto (Almeida, 2010) inserido numa obra coletiva sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género, editada pela Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género (CCIG).

## **Cronograma da Conquista de Direitos LGBTQI**

1973 - A Associação Internacional de Psiquiatria deixa de considerar a homossexualidade como uma doença mental (Almeida, 2009).

1991 - A OMS deixa de considerar a homossexualidade como doença (Almeida, 2009).

1997 - Portugal assina o Tratado de Amsterdão cujo artigo 13º. promove o combate à discriminação racial, religiosa, discriminação baseada na idade, no sexo e/ou na orientação sexual dos indivíduos (Almeida, 2009).

2001 - A Lei de Uniões de Facto que vem reconhecer a união por parte de casais do mesmo sexo em Portugal (Almeida, 2009).

2009 - Orientação sexual passa a ser tema dentro da disciplina de Educação Sexual (Almeida, 2009).

2010 - O casamento civil passa a ser permitido entre pessoas do mesmo sexo, abrangendo os mesmos direitos e deveres em relação a casais heterossexuais (excluindo as questões da parentalidade) (Almeida, 2009).

2011 - “Lei da identidade de género (Lei nº 7/2011) permite que pessoas de nacionalidade portuguesa, maiores de idade e que não se mostrem interditas ou inabilitadas por anomalia psíquica, a quem seja diagnosticada perturbação de identidade de género, procedam à mudança de sexo e de nome próprio no registo civil” (Almeida, 2009).<sup>4</sup>

2016 - A lei é alterada e passa a ser possível a adoção e a coadoção por parte de casais do mesmo sexo (Projeto de Lei 278/XII).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> “Lei da identidade de género (Lei nº 7/2011)” Procuradoria Geral-Distrital de Lisboa [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1308&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1308&tabela=leis)

<sup>5</sup> Projeto de Lei 278/XII - <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=37202> & Procuradoria Geral Distrital de Lisboa.

2017- Atualização da Lei da Procriação Medidamente Assistida: “Podem recorrer às técnicas de PMA os casais de sexo diferente ou os casais de mulheres, respetivamente casados ou casadas ou que vivam em condições análogas às dos cônjuges, bem como todas as mulheres independentemente do estado civil e da respetiva orientação sexual.”<sup>6</sup>

Ora, se em Portugal, a lei já consagra praticamente os mesmos direitos tanto a pessoas hétero como a pessoas LGBTQI, importa ressaltar que ainda existem resquícios de Homofobia Institucionalizada e que, quando falamos em Homofobia Social, Latente e Interiorizada, estes tipos são os que mais prevalecem e, por isso, aqueles que deverão ser mais combatidos.

De facto, Anna Einarsdottir (2011) enuncia alguns exemplos através dos quais se pode concluir que a aquisição de direitos formais, embora essenciais como ponto de partida chave para a igualdade e equidade social, por si só, configuram-se insuficientes. “*On the whole, it can be said that same-sex marriage has been generally been viewed as a necessary step in rectifying injustices between same-and opposite-sex couples. But there are also who have expressed deep-rooted fears about the dissolution of family, marriage and even morality*” (Einarsdottir, 2011:51)

A autora apresenta como vantagens para o casamento as regalias económicas, o *status* socialmente privilegiado de casado e a transformação do casamento em uma instituição mais livre e igualitária (Einarsdottir, 2011:51). Por outro lado, e de acordo com os teóricos feministas *queer*, “*same-sex marriages would reinforce relationship hierarchies, where heterosexualmonogamous marriages are placed at the top and the relationships of non-heterosexuals, of those who do not marry, or of those who do not conform to monogamous relationships, at the bottom*” (Ettelbrik, 1997; Warner, 2000; Sycamore, 2004; Brandzel, 2005 *cit. in* Einarsdottir, 2011:52).

Para além disso, no estudo apresentado no livro de Vanessa May (2011), Einarsdottir mostra como o heterossexismo e a homofobia transformam o casamento homossexual que, à partida parece uma conquista fundamental ao nível dos Direitos Humanos, numa invisibilidade no que concerne à realidade LGBTQI. A autora explica que, por exemplo, em conversas informais do quotidiano as «outras pessoas» assumem quase automaticamente que a pessoa LGBTQI é casada com alguém do sexo oposto e, por isso, o sujeito ou revela a sua identidade (o que pode ser cansativo se feito de forma constante) ou passa por heterossexual (Einarsdottir, 2011).

Na mesma linha, “O casamento em si não é nem um conteúdo nem uma relação. É uma das formas contratuais que podem recobrir ou não determinados conteúdos relacionais. O casamento (...) funciona mais como um símbolo de inclusão, cidadania, reconhecimento e prossecução da modernidade - de obtenção de uma cidadania sexual (Weeks, 1995) ou cidadania íntima (Plummer, 2003); ou de manutenção da ordem e do regime de género e sexual tradicional” (*cit. in* Almeida, 2009).

Este exemplo coaduna-se com a premissa da mudança da “ordem simbólica de género” (Almeida, 2009:117), pois, só através do combate a todas as formas de homofobia e heterossexismo é possível alcançar a equidade social.

De facto, como nos assevera Miguel Vale de Almeida “Para muitas pessoas e colectivos a homossexualidade permanece um pecado, doença ou crime, à semelhança de posições sobre a suposta inferioridade ou necessidade de tutela das mulheres ou dos negros” (Almeida, 2009:39).

Assim, Vale de Almeida ressalva que apesar da importância das conquistas de direitos, do “reconhecimento da orientação sexual como critério de defesa garantia e promoção de direitos humanos, aplicável às legislações e independente, tal como no caso dos direitos das mulheres, do relativismo cultural; e o reconhecimento da homofobia e não da homossexualidade como um problema social - correlato do sexismo, do machismo, do racismo e da xenofobia” (Almeida, 2009:117), não existe ainda um reconhecimento da homossexualidade como uma variante possível da sexualidade humana (Almeida, 2009). Este facto remete a homossexualidade, inexoravelmente, para uma minoria social e sexual.

---

<sup>6</sup> Procuradoria Geral e Distrital de Lisboa - [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=903&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=903&tabela=leis).

## Parentesco Biológico e Parentesco Social

Anne Cadoret (1997) assinala que, desde o início do século XVII, é a combinação de diferentes aspetos do parentesco (biológico, social, afetivo, simbólico, jurídico) por meio do casamento (Saraceno e Naldino, 2003:89-90; Zambrano, 2008) o que dá origem à filiação enquanto direito garantido pelo Estado. Segundo a autora, em meados do século XX, surgem nas sociedades ocidentais, outras formas de família que acentuam a separação entre o parentesco biológico e o parentesco social. O aspeto afetivo adquire mais força e passa-se a considerar a possibilidade de pai/mãe serem os indivíduos que, efetivamente criam a criança (Cadoret, 1997 *cit. in* Zambrano, 2008:10).

Segundo a autora, o vínculo familiar que liga um adulto a uma criança pode desmultiplicar-se em quatro eixos distintos ou em relação entre si: a) “o vínculo biológico, dado pela concepção e origem genética; b) o parentesco, vínculo que une dois indivíduos em relação a uma genealogia, determinando o seu pertencimento a um grupo; c) a filiação, reconhecimento jurídico desse pertencimento de acordo com as leis sociais do grupo; d) a parentalidade, o exercício da função parental, implicando cuidados quotidianos à criança” (Zambrano, 2008:46).

Apesar de o parentesco social nem sempre corresponder ao parentesco biológico, Martine Segalen alerta-nos para o facto de “a natureza dos laços de parentesco nas sociedades contemporâneas estar ainda muito ligada à noção de sangue e de natural” (Segalen, 1999:18 *cit. in* Oliveira, 2011:4) e, por consequência, as definições do que significa ser pai e mãe continuarem a constituir características mutuamente exclusivas, naturais (Almeida, 2009) e complementares, correspondentes ao código binário do que se convencionou como homem/mulher.

Neste domínio, a adoção constitui “o caso clássico e universalmente difundido de uma atribuição completamente social da consanguinidade e das relações de parentesco” (Saraceno e Naldino, 2003 *cit. in* Oliveira, 2011:3).

Anne-Marie Ambert (2003) enuncia, na mesma linha da autora Martine Segalen que a adoção em termos de relação de filiação é construída socialmente de uma forma negativa (Oliveira, 2003). Ora, isto acontece porque à palavra mulher ainda se cola a palavra mãe e a ideia de função reprodutora como ideal de realização pessoal sendo, então, a maternidade biológica sobrevalorizada por comparação à maternidade adotiva (Ambert, 2003 *cit. in* Oliveira (2003:2-3). Dessa forma, a autora avança com a premissa de que se é menos “capaz” ou considerado “menos pessoa” quando não existe a capacidade reprodutora do ponto de vista biológico, como se a pessoa/casal fosse incompleta(o) (Oliveira, 2011:3) o que, pode levar a que, muitas vezes, a família seja estigmatizada.

Segundo Charlene Miall (1998 *cit. in* Oliveira, 2011) existem três eixos segundo os quais uma família adoptiva poderá ser socialmente estigmatizada: a) são consideradas inferiores devido à sobrevalorização social do laço de sangue para a filiação; b) as crianças adotadas são consideradas “crianças de segunda classe”, pois não se conhecem os seus antecedentes genéticos; c) por não existir o laço biológico, pensa-se que o laço afetivo entre filhos e pais será necessariamente mais fraco e, por conseguinte, os pais adotivos são considerados “piores pais” que os pais biológicos (Oliveira, 2011:6).

No estudo conduzido por Clara Oliveira em 2011 sobre as representações sobre a parentalidade biológica e social nos decisores sobre a adoção, a autora refere que, apesar da construção social negativa da adoção e dos eixos de estigmatização, muitos dos decisores entrevistados conotavam de forma positiva a adoção. Referiam que “são crianças mais desejadas e mais amadas do que um filho biológico” (Oliveira, 2011:17) o que se coaduna com a tese da compensação defendida por autores como Hamilton, Cheng e Powell (2007), ou seja, os pais adotantes ao terem a consciência da ausência do laço biológico tendem a compensar, a ser melhores pais, mais atentos, tentando atingir um ideal (Oliveira, 2011:17) e resistir a críticas.

## Homoparentalidade

A palavra “homoparentalidade” diz respeito ao exercício da parentalidade por parte de um adulto assumidamente não-heterossexual (Gross, 2003 *cit. in* Zambrano, 2008:16). As pessoas podem aceder à homoparentalidade através de quatro eixos principais: a) tendo filhos em

relações heterossexuais anteriores; b) “adopção formal ou informal”; c) “pelo uso de novas tecnologias reprodutivas”; d) “co-parentalidade” (Cadoret, 2002 *cit. in* Zambrano, 2008:55). No entanto, nem todos os países preveem a homoparentalidade na Lei, deixando muitas vezes estas famílias nas margens da exclusão e em situações de desproteção social, à semelhança do que acontecia em Portugal antes da atualização da lei em 2016.

Não obstante, mesmo com os direitos consagrados na Lei, existem alguns receios e reservas quando se fala em família homoparental ou em um casal não hétero adotar uma criança.

Segundo Zambrano, as preocupações referem-se às capacidades e competências parentais das pessoas homossexuais; as ideias essencialistas do que significa ser mãe e ser pai; a “necessidade de diferenciação sexual”; “dificuldades na construção da identidade social”; “problemas ao nível do desenvolvimento psíquico”; “maior probabilidade de doença mental como depressão”; “maior «risco» de ser também homossexual e grande sofrimento devido ao preconceito” (Zambrano, 2008:63). Apenas referimos estas «preocupações» de forma sintética pois, vários estudos na área da psicologia, psicanálise e psiquiatria têm mostrado que não existe uma confirmação de tais preocupações - perspectiva PSY (Zambrano, 2008:63). Muitos dos estudos na área PSY concentraram-se também na procura da resposta à questão “poderão os homossexuais ser bons pais?” Esta questão afigura-se-nos assaz interessante e pertinente para o presente trabalho e, por isso, iremos demorar-nos um pouco mais sobre a mesma.

É interessante notar que vários autores (Mucklow e Phelan, 1979; Golombok:1996; Brewaeys et al., 1997), ao estudarem mães lésbicas denotam uma tendência para a igualdade na repartição das tarefas ligadas aos cuidados com as crianças, mais disponíveis e com atitudes maternas e autoconceito bastante semelhante ao de mães heterossexuais (Zambrano, 2008:66-67).

No que se refere aos pais *gays*, Bigner e Jacobsen (1989) sugerem que estes apresentam um maior cuidado em relação à educação das crianças por comparação com pais heterossexuais, provavelmente devido à teoria da compensação e também por «sentirem uma pressão para ser bons pais» (Zambrano, 2008:67).

Vários estudos (Flaks et al., 1995; Farr, Forseel e Patterson, 2010 *cit. in* Márcia Teixeira s./d.:27); bem como o Relatório da Ordem de Psicólogos Portugueses (2013) indicam que os homossexuais têm competências e capacidades para serem bons pais.

Uma outra questão que também se constitui usual é se existe “necessidade de um pai e de uma mãe para o desenvolvimento psíquico infantil” (Zambrano, 2008:68). Mais uma vez, as pesquisas informam que não é o sexo que influi na qualidade parental nem muito menos a sua orientação sexual e que, os modelos de diferenciação sexual das crianças podem ser outras pessoas próximas para além dos pais/mães, como por exemplo, os avós, tios, amigos próximos da família (Flaks et al., 1995; Chan et al.:1998; Stacey e Biblarz, 2001 *cit. in* Zambrano, 2008:68).

Nesse mesmo sentido, um Relatório da Ordem dos Psicólogos em Portugal (2013) coloca algumas questões como: “O padrão relacional dos homossexuais é compatível com a educação de uma criança?”; “As crianças precisam de um pai e de uma mãe?”; “A homoparentalidade põe em causa o desenvolvimento psicológico das crianças?”; “As crianças filhas de homossexuais tornar-se-ão elas próprias homossexuais?”; “Os pais homossexuais são pedófilos ou abusadores sexuais?”; “As crianças de famílias homoparentais sofrerão discriminação?”; “É preferível para as crianças viver numa instituição ao invés de uma família homoparental?” (Ordem dos Psicólogos, 2013:3).

O relatório está em consonância com as restantes evidências da comunidade PSY supracitadas e conclui favoravelmente no que toca à “possibilidade de co-adoção por parte de casais homossexuais, uma vez que não encontram diferenças relativamente ao impacto da orientação sexual no desenvolvimento da criança e nas competências parentais” (Ordem dos Psicólogos, 2013:31).

No que concerne às preocupações sobre a desorganização das estruturas sociais, a Associação Americana de Antropologia divulga “em manifestação oficial, que os resultados de mais de um século de pesquisas antropológicas sobre família e parentesco demonstram não existir nada que confirma a ideia de uma civilização ou organização social, para ser viável, depender do casamento como instituição exclusivamente heterossexual. Na verdade, as pesquisas antropológicas sustentam o contrário: a vasta colecção de tipos de família encontradas ao redor do mundo e através dos tempos, incluindo as famílias construídas por parceiros do mesmo sexo, contribuem para o desenvolvimento da sociedade humana” (Zambrano, 2008:63-64).

Do ponto de vista social e sociológico, a literatura aponta como maiores fatores de risco para as crianças inseridas em contextos familiares homoparentais o isolamento/exclusão social da família, bem como a ausência ou fraco suporte familiar e social (Belsky, 1980:1993; Gabarino, 1997 e Penha, 2000 *cit. in* Oliveira, 2011:25), quer por via da exclusão face a comportamentos socialmente desviantes quer através de mecanismos de autoexclusão (Azevedo e Maia, 2006 *in* Oliveira, 2011:25). Contudo e, apesar das reticências, autores como Sequeira (2002:23) defendem que com a promoção do apoio social adequado e diferenciado, as famílias homoparentais e as crianças terão todas as condições para se desenvolver de forma saudável e equilibrada a todos os níveis (Sequeira, 2002 *cit. in* Oliveira, 2011:26). Ora, apesar dos estudos na área da psicologia, psicanálise e psiquiatria, bem como, nas áreas da antropologia e sociologia que evidenciam que as famílias homoparentais podem ser um ambiente equilibrado e saudável para as crianças, esses mesmos estudos denotam que “A família nuclear heteronormativa ainda constitui um modelo normativo no imaginário social. A família tradicional tende a ser vista como natural, imutável e inequívoca, o que a dissimula como instituição social e historicamente construída, assim como sucede com a percepção predominante quanto à homossexualidade” (Santos e Moscheta, 2006 *cit. in* Teixeira, s./d.:26).

As conquistas e ativação de direitos quer ao nível do Direito Interno quer ao nível do Direito Comunitário e Internacional, apesar de importantes, revelam-se, por si só insuficientes (Ameida:2009), além do que não se constituem universais, mas sim variáveis consoante os países.

De facto, Gato e Fotaine (2011) assinalam que a ideia de que as crianças precisam impreterivelmente de um pai e de uma mãe, está relacionada com as questões discutidas no subtópico do presente trabalho sobre Género e Sexualidade, em que o “conceito de maternidade e paternidade implicam capacidades mutuamente exclusivas e estereotipadas” (Teixeira, s./d.:29), assumindo assim um compromisso de complementaridade insubstituível.

Ora, toda esta questão se gere à volta de preconceitos, de questões sobre a forma como uma família homoparental poderá afetar o desenvolvimento infantil de forma negativa, contudo, importa deter-nos por algum tempo sobre os Direitos das Crianças e assinalar a sua importância no que refere a todas estas questões.

Em primeiro lugar, “a base legal da acção dos profissionais e das famílias é o superior interesse da criança” (artigo 3.º, CDC *cit. in* Oliveira, 2011:15-17). Assim, todas as crianças sem exceção, desde que sobre a jurisdição dos Estados assinantes dos Direitos da Criança, estão juridicamente protegidas nos seus direitos essenciais e fundamentais, nomeadamente, os direitos de provisão, de proteção e de participação. “1.Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou qualquer outra situação” (artigo 2.º, n.º1, CDC *cit. in* Oliveira, 2011:15).

No que diz respeito aos direitos de provisão, estes correspondem à “satisfação das necessidades básicas (...) como o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (CDC, art.6.º), o direito a ter uma família (...) os deveres dos pais em relação aos filhos (art.9.º; 10.º; 18.º; 20.º) e a responsabilidade do Estado em prestar assistência quando os pais não tenham capacidade ou disponibilidade para satisfazer as necessidades dos seus filhos (art.27.º) (...) o direito à saúde (art.24.º), à educação (art.18.º;28.º e 29.º), à segurança social (art.26.º) e ao lazer (art.31.º)” (CDC *cit. in* Oliveira, 2011:16).

Os direitos de proteção dizem respeito ao “direito à protecção em contextos de guerra (art.38.º)” e, mais especificamente, “sempre que a criança ou jovem seja vítima de exploração ou maus-tratos, o Estado tem a obrigação de intervir, proteger, proporcionar e promover a reabilitação” (*International Federation of Social Workers*, 2008 *cit. in* Oliveira, 2011:16-17).

Relativamente aos direitos de participação estes dizem respeito à real possibilidade de as crianças serem ouvidas e terem uma voz ativa sobre o que lhes acontece, devendo este facto pesar nas decisões do Estado, dos profissionais e das famílias (Oliveira, 2011:17).

Ora, neste sentido, se uma família conseguir garantir os direitos fundamentais da criança, é uma boa família para a criança.

O Conselho Europeu tem diretrizes claras no que concerne à adoção e às famílias homoparentais no sentido de que qualquer pessoa ou casal deve ter o direito a adotar

“Adoption means providing a child with a family, not a family with a child” (European Convention on Adoption of Children, 2008 *cit. in Council of Europe*, 2011:97).

Em boa verdade, famílias homoparentais existem e, sem enquadramento legal ficam desprotegidas levando, conseqüentemente, à fragilização das crianças. Esta é uma das razões pelas quais o Conselho Europeu reforça a ideia do enquadramento legal que, aliás se coaduna com a ideia de apoio e integração social (Sequeira, 2002 *cit. in Oliveira*, 2011:26). De facto, “*Children do not live in a vacuum, but within a family, and an important part of their protection is that the family unit, no matter what form it takes, enjoys adequate and equal legal recognition and protection. In Other words, it is as discriminating to the child to limit legal parenthood, or to deny significant careers legal rights and responsibilities, as this to accord the child a different status and legal rights according to the circumstances of their birth or upbringing*” (Lowe, 2010 *cit. in Council of Europe*, 2011:96).

## Capítulo 2 - Metodologia

Com o intuito de analisar as dinâmicas familiares e conjugais de pessoas não heterossexuais e, ao mesmo tempo, perceber quais as suas expectativas e projetos no que toca à parentalidade, facilmente se deduz que a metodologia mais indicada é a metodologia de matriz qualitativa.

### Opções Teóricas e Metodológicas

De facto, a realidade social da contemporaneidade é propícia ao desenvolvimento de metodologias qualitativas. Com a ideologia do «self made man/woman» e os processos de individualização (Beck e Beck-Gernsheim, 1995), desinstitucionalização (Roussel, 1989) e privatização da vida familiar, as estruturas de identidade reconfiguram-se. A classe social como um símbolo de pertença perde espaço para a construção de uma identidade individual e de um percurso biográfico cada vez menos linear. Vive-se, nas palavras de Bauman, a liquidez dos tempos, sendo a modernidade tardia caracterizada pelo risco (Beck, 1992) e pela presença de poucas certezas, deixando-nos o dilema pós-moderno entre novas oportunidades de existência /novas formas de opressão e de responsabilização individual. Ora, todas estas transformações sociais, abordadas de forma bastante sintética, exigem novas teorias, quadros de análise e parecem estar mais enquadradas nas metodologias qualitativas e na análise dos percursos biográficos dos indivíduos, num vai vem entre estrutura social e escolha individual com significados complexos.

Encontramo-nos, pois, no tempo que Habermas define como a “nova obscuridade” (1996 *cit. in Flick*, 2005:2) que em conjunto com as reconfigurações sociais apontadas no parágrafo anterior conduz à “dissolução das “velhas” desigualdades sociais no seio da nova diversidade dos ambientes, subculturas, estilos e modos de viver” (Hradil, 1992 *cit. in Uwe Flick*, 2005:2). Em terceiro lugar, e como não poderia deixar de o ser, a contemporaneidade é caracterizada, em termos de teoria social, pelo compromisso com relatividade, com a crescente importância dos contextos, por outras palavras, com a sensibilidade pós-moderna (Viddish e Lyman, 1994 *cit. in Denzin e Lincoln*, 1994).

Ora, assumindo que a metodologia se encontra em íntima relação com a teoria, as metodologias qualitativas veem assumir que as narrativas são limitadas no *tempo, no espaço e na situação* / contexto social mais amplo (Flick, 2005:2).

Um elemento essencial a ser abordado quando se fala de investigação qualitativa é a narrativa. Na verdade, se estamos a investigar uma construção social, as experiências dos sujeitos e os significados que os sujeitos atribuem a essas mesmas experiências (contadas, relatadas, observadas), o que a pesquisa qualitativa faz é transformar essas mesmas experiências (realidade real/pré-narrativa) em realidade textual (narrativa) (Flick, 2005). Após essa transformação, a narrativa será interpretada pelos investigadores (Flick, 2005) e, num processo de reflexividade, quando a investigação é devolvida aos sujeitos, adquire potencialidades transformadoras da realidade.

“A narrativa imita a vida, a vida imita a narrativa. Neste sentido, a «vida» é uma construção da imaginação humana do mesmo tipo de uma «narrativa». É construída pelos seres humanos por meio de um raciocínio ativo, o mesmo tipo de raciocínio envolvido na construção de

narrativas. Quando alguém conta a sua vida ... é sempre uma realização cognitiva, não uma simples récita de algo univocamente oferecido através de um cristal transparente” (os próprios sujeitos selecionam a informação). “É, afinal, um trabalho narrativo. Psicologicamente não existe isso da «vida como tal». No mínimo, é um trabalho de acesso a memórias; para além disso, contar a sua vida é uma façanha de interpretação...” (Bruner, 1987 cit. in Flick, 2005:35).

Mas mais do que uma “façanha de interpretação”, a pesquisa qualitativa permite-nos chegar ao “invisível”, escamotear aparências, reduzir a alienação, aumentando a *consciência de si e para si* (Karl Marx), principalmente quando a narrativa é feita na primeira pessoa. Neste seguimento, Atkinson sintetiza a importância da narrativa da seguinte forma: “*What generally happens when we tell a story from our own life is that we increase our working knowledge of ourselves because we discover deeper meaning in our lives through the process of reflecting and putting the events, experiences, and feelings that we have lived into oral expression. It has always been this way. That may be why we have a need to make our lives coherent, understandable, and meaningful*” (Robert Atkinson, 1998:1).

A narrativa é por isso, um conceito fundamental à compreensão / utilização da “entrevista compreensiva” que iremos abordar no ponto que segue.

## A “Entrevista Compreensiva” (Kauffman, 1996)

Depois de realizada uma defesa da importância da investigação qualitativa enquanto método, iremos centrar a nossa atenção na escolha das técnicas de investigação que utilizamos para recolher os dados: a “entrevista compreensiva” (Kauffman, 1996 cit. in Santos, 2014). Foram realizadas entrevistas em profundidade com o intuito de analisar o percurso de vida individual dos sujeitos em articulação com os níveis meso e macrosocial, ou seja, com o contexto social mais amplo.

Esta técnica de recolha de informação, tendo em linha de conta o que fora exposto anteriormente, decorre de um compromisso teórico com a sociologia compreensiva (“*Verstehen*”) (Moreira, 1994 cit. in Santos, 2014:13) que advoga a importância do investigador em se colocar no lugar dos sujeitos, bem como, no papel preponderante dos mesmos na construção do mundo social.

Ora, se nos detivermos sobre o conceito de “narrativa”, importa agora referir que a “entrevista compreensiva” vem recuperar este conceito e conjugá-lo com o de “histórias de vida” que se prende mais com acontecimentos marcantes na biografia dos indivíduos. Assim, esta tipologia de entrevista, “recolhe simultaneamente, material narrativo e biográfico” (Santos, 2014:12). A “entrevista compreensiva” coloca em interação “a biografia, a narrativa e a história de vida” (Kauffman, 1996 cit. in Santos, 2014:13).

No entanto, importa referir que, apesar das influências do interacionismo simbólico e da *Grounded Theory*, a “entrevista compreensiva” proposta por Kauffman obedece à regra de investigação feita por fases considerando-as, contudo, mais flexíveis. Em primeiro lugar, as questões são formuladas na fase inicial da pesquisa, mas podem surgir novas questões no terreno ou modificar-se as questões iniciais, ao mesmo tempo que o terreno perde importância na sua função de verificação/correção de hipóteses (Kauffman, 1996 cit. in Santos, 2014).

Em segundo lugar, é próprio da “entrevista compreensiva” uma rutura progressiva com o senso comum ao mesmo tempo que se constrói a teoria de forma progressiva, numa permanente “dialéctica entre teoria e realidade” (Santos, 2014:14). Em terceiro lugar, torna-se possível chegar às práticas sociais através das representações, ou seja, a “análise dos comportamentos através da análise dos discursos” (Santos, 2014:14). Por último, esta técnica é caracterizada por um “bricolage” (Santos, 2014), um *savoir-faire*, na medida em que conjuga entre si várias teorias e métodos, exigindo algum domínio metodológico por parte dos investigadores dessas mesmas diferentes teorias e técnicas.

Segundo Flick (2005), a construção do guião de entrevista deverá obedecer a alguns critérios, dos quais destacamos: “*a não directividade, a especificidade, a amplitude e a profundidade*” (Flick, 2005:78). A “entrevista compreensiva” deverá respeitar estes critérios, porém, Kauffman defende que o entrevistador deverá procurar um maior envolvimento, no sentido de recolher mais e melhor informação e que, apesar da existência de um guião, podem surgir questões no desenrolar da entrevista.

Esta é uma perspectiva que se coaduna com a escola interpretativa que “*proposes to treat each biography as a unique case that contains sociologically relevant information*” (Cardonal, 2016:57). A premissa principal da qual se parte é a de que a questão da acumulação de números de casos não é central, uma vez que o indivíduo inserido na estrutura social é, por si só, uma forma de estudar o social. Por outras palavras, o social encontra-se inscrito no individual: “*the interpretative approach suggests that the social is inscribed in the individual and is not, therefore, the accumulation of cases which will enable sociological knowledge, but the ability to make connections that go from biographical experience to structural constraints*” (Chamberlayne e Spanò, 2000; Rosenthal, 2004 cit. in Cardonal, 2016:59).

Segundo esta perspectiva, a dinâmica interna dos fenómenos sociais só poderá ser estudada através da análise das biografias individuais dos sujeitos que viveram/vivem os fenómenos sociais que se pretendem estudar “*data of those who have spent part of their lives within that social object, to gather descriptions and information which, once analysed and assembled, help to understand its operation and its internal dynamics*” (Bertaux, 2005 cit. in Cardonal, 2016:57).

Mesmo não sendo representativo e não se podendo generalizar, tem valor e pertinência sociológica porque o indivíduo não surge no vazio, isto é, inscreve-se numa realidade social e, por isso, estudar o individual é uma forma de estudar o social. Nesta linha, o dilema clássico sociedade/indivíduo deixa de fazer sentido, uma vez que não existe uma oposição entre uma dimensão e a outra, mas sim inter-relação, interdependência e continuidade.

Assim sendo, através desta técnica pretendemos apurar as estruturas de identidade, ou seja, a forma como os sujeitos construíram e constroem a sua identidade, e de que forma são constrangidos pelas estruturas e instituições sociais nessa construção; analisar os momentos de rutura biográfica (por exemplo, o assumir da homossexualidade), bem como, as transições sociais importantes, como por exemplo, a transição para a vida adulta, a transição para a conjugalidade, a transição para a parentalidade.

No âmbito da dissertação de mestrado, interessa-nos também articular todas estas questões com a dinâmica interna familiar (perspetiva do interacionismo simbólico, ao nível da negociação dos papéis conjugais e parentais, com a *variável género congelada* (Nico, 2009), uma vez que o casal é constituído por membros do mesmo género, mas também compreender o que estrutura a desigualdade nestes casos. Interessa-nos também interpretar as representações sociais dos sujeitos à cerca da família (aproximação a modelos familiares normativos VS. transgressão à norma/liberdade criativa).

Nesta sequência, pretendemos responder aos questionamentos que se seguem. Como funcionam as famílias homoparentais? Terão estas famílias especificidades que as distinguem das restantes famílias? Interessa-nos olhar para dentro da família e perceber o papel e o lugar dos homens, das mulheres e das crianças nas famílias homoparentais, bem como, para o tipo de investimento que as famílias homoparentais fazem ou pensam fazer na família e na parentalidade.

## **A Técnica de Recolha de Informação**

Antes de introduzir a técnica de recolha de informação, importa referir que a mesma foi inspirada em estudos anteriores sobre a conjugalidade, a parentalidade, a paternidade, as divisões de tarefas domésticas e as representações sociais sobre a família e o género e que, no sentido de servir os propósitos da presente investigação e facilitar a análise dos dados, optámos por estruturar a entrevista por áreas temáticas.

Assim, num primeiro momento, procura-se fazer uma caracterização sociodemográfica da pessoa entrevistada e do seu cônjuge, perceber a sua classe social, habilitações, religião/religiosidade, ideologia política. Esta localização dos entrevistados num “lugar” social é importante pois, se é verdade que a variável classe perde importância para outras variáveis explicativas, “o conceito de classe social (...) permite ultrapassar o nível individual de análise, ligar trajectos pessoais e destinos colectivos, bem como significados individuais e formas de pensamentos social ou ideologias comuns” (Santos, 2008:118). Nesse sentido, enquadrar os sujeitos do ponto de vista do lugar social que estes ocupam permite-nos também tecer pontes entre a dinâmica familiar interna e o contexto social mais amplo.

Seguidamente direccionamos o nosso olhar para o percurso dos indivíduos, pedindo aos entrevistados, através de questões abertas que falem sobre a sua infância e juventude, sobre os seus pais (habilitações, religião, profissão), sobre a descoberta da sexualidade e a

“revelação” aos outros de que não se é heterossexual, sobre a transição para a vida adulta e o percurso profissional. Todas estas questões de enquadramento se aliam à informação inicial da caracterização sociodemográfica para nos permitir chegar às “estruturas sociais” que “influenciam as práticas sociais” (Costa, 1992), isto é, o *habitus* (Bourdieu, 1979) como conceito operativo. Segundo Costa (1992) esta inter-relação estrutura/prática faz-se, “em larga medida, por intermédio da formação de sistemas disposicionais mentais e corporais (que trazem a marca do lugar de classe ocupado e da trajectória percorrida) que se vão inscrevendo nos indivíduos no decurso do relacionamento social” (Costa, 1992 *cit. in* Santos, 2008:119).

Depois deste enquadramento, surge a área temática “Transição para a Conjugalidade/Percurso Conjugal” onde se pretende perceber a história em casal e de que forma esse percurso influencia as práticas familiares e as dinâmicas conjugais. Este ponto afigura-se-nos essencial, uma vez que, um dos objetivos delineados à partida se prende com o questionamento da especificidade da família homoparental/diversidade familiar.

Aparecem então como eixos de análise o eixo autonomia/fusão do casal (Aboim e Wall, 2002; Torres, 2002; Wall [org.], 2005; Santos, 2008) e o eixo instrumental/expressivo (Aboim e Wall, 2002; Torres, 2002; Wall [org.], 2005; Santos, 2008).

Analisar estes eixos afigura-se-nos pertinente na medida em que nos permite compreender se as representações e práticas do casal não hétero, são mais ou menos fusionais, mais ou menos autónomas, mais ou menos modernistas e companheiristas. Como é, de facto, construída e negociada a relação? Estarão, as famílias homoparentais portuguesas associadas a modelos familiares mais igualitários, na sequência da linha teórica avançada por autores como Giddens (1995)? E, conseqüentemente, apresentam estas famílias uma tendência para ter relações mais democráticas, uma orientação para valores modernistas e companheiristas?

E estas representações sociais, em que medida coincidem com as práticas e vivências familiares?

Para além da história em casal, tentamos perceber as rotinas e a forma como os entrevistados estruturam o seu quotidiano familiar.

Neste âmbito, tecemos um leque de questões na parte final da entrevista, na área temática “Representações Sociais e Ideais”, com intuito de avaliar o significado que os entrevistados atribuem à família e aos filhos. Desta forma, podemos comparar as questões da rotina familiar e do casal com as questões das representações sociais sobre a família e a parentalidade.

Importa ainda referir que, se partimos do pressuposto avançado por Magda Nico & Elizabete Rodrigues (2005) sobre o género como variável congelada no interior do casal, consideramos as representações sociais de género dos entrevistados e as possíveis diferenciações entre casais gays e lésbicas, pois consideramos que a variável género poderá ter valor heurístico e poder explicativo sobre outras questões, nomeadamente, ao nível dos valores e/ou do projeto parental.

## **Entrada no Terreno e População**

Inicialmente e de acordo com os objetivos delineados à cabeça, a população a estudar seria então constituída por casais homossexuais em relação de coabitação ou casamento e que vivessem com os seus filhos. Não obstante, a entrada no terreno fez-se através da publicitação do presente projeto de investigação no site da ILGA-Portugal, através da circulação de e-mail e na página de Facebook, bem como da publicitação do estudo aos pares da investigadora. Por esse motivo, uma das entrevistadas contactou via e-mail e disponibilizou-se para se encontrar com a investigadora afim de realizar entrevista e, através dessa entrevistada, por efeito “bola de neve”, conseguimos mais uma entrevistada. Os restantes entrevistados partiram de conhecidos dos pares da investigadora e de conhecidos de familiares da mesma, pelo que se chegou, nestes casos aos entrevistados por efeito “bola de neve”. Por motivos que se prendem com o terreno, tivemos de reformular as questões de partida e os objetivos da presente investigação, pois se encontramos entrevistados homossexuais em relação de conjugalidade e com um projeto parental, não nos foi possível entrevistar casais homossexuais com filhos.

## Capítulo 3 -Análise das Entrevistas

No âmbito da presente dissertação foram entrevistadas quatro pessoas, três do sexo feminino e uma do sexo masculino, em relação homoafetiva e em situação de conjugalidade sem filhos. Num primeiro momento, realizamos a caracterização sociodemográfica do entrevistado e do cônjuge, nomeadamente quanto à idade, escolaridade, profissão, ideologia política e religião. Num segundo momento, analisamos o percurso biográfico do entrevistado, percorrendo a sua infância, adolescência, família de origem, experiências afetivas, percurso escolar e profissional, assim como os momentos mais marcantes e/ou de rutura na transição para a vida adulta.

Num terceiro momento, analisamos o percurso conjugal do entrevistado com o cônjuge atual para, posteriormente, estudar as dinâmicas do quotidiano familiar de cada casal.

Por fim, focamos as representações sociais do género e da família, bem como os projetos de futuro, em particular, o projeto parental. Sempre que possível, tentaremos estabelecer relações entre as variáveis de background e as biografias individuais e conjugais de cada entrevistado, de modo a captar os significados da conjugalidade e da parentalidade homoafetiva.

Na verdade, “o tempo singular ou os momentos de transição mais significativos da história pessoal dos indivíduos entrelaçam-se necessariamente com o tempo social e os contextos sociais de pertença e de identidade” (Santos e Dias, 2016:228).

Nesse sentido, iremos então proceder à apresentação e análise dos casos salientando as singularidades que fazem de cada entrevista uma história interessante e única.

### Apresentação dos Casos

#### Caso 1 - Luís e Rafael

Luís: *“Gostava de ter um trabalho que não fosse só para pagar as contas, mas onde me sentisse bem... de ficar efetivo para ter mais estabilidade, comprar uma casa, ter uma relação estável e ter dois filhos, uma vida mais ou menos normal.”*

*“(...) possivelmente vou esperar pela morte dos meus avós [para ter filhos], sei que pode parecer horrível dizer isto, mas não queria dar-lhes um desgosto, dececioná-los, a minha avó é muito frágil...”*

**Luís, 30 anos, técnico de Informática e estudante de Mestrado, vive há dois anos com Rafael, 23 anos, estudante, cidade da Guarda.**

#### Percurso Biográfico: Família, Trabalho e Vida Afetiva

Luís, 30 anos, vive em conjugalidade com o Rafael, 23 anos, há aproximadamente dois anos numa casa alugada na cidade da Guarda, são ambos solteiros. O Luís é técnico de informática a contracto na Worten e encontra-se a fazer mestrado no Instituto Politécnico da Guarda (IPG) com o intuito de progredir na carreira. O Rafael ainda está economicamente dependente dos pais e é estudante de licenciatura de Comunicação e Multimédia no IPG.

O entrevistado não pensa casar e não faz grande distinção entre namorar e coabitar, contudo não exclui essa possibilidade. Esta forma de encarar a coabitação e a desafetação face à instituição casamento é característica do perfil de coabitação moderno identificado em contextos de classe média escolarizada (Santos, 2011).

Luís: *“(...) não penso em casar, acho que é uma coisa secundária, mesmo que aconteça um dia...”*

Luís demonstra uma personalidade forte, assertiva e independente, valorizando esses aspetos na sua vida e refletindo os processos de desinstitucionalização e privatização da vida familiar.

Luís: “(...) gosto do meu trabalho, mas mais do que gostar do meu trabalho, gosto de estar independente. De ser eu a pagar as contas” (...) “Gosto mais de trabalhar do que estudar, dá-me muito sentido de realização e até sentido para a vida, estar independente.”

Ao nível do percurso biográfico, o Luís viveu com os avôs desde criança, os quais foram os seus “tutores legais”, nunca fala da mãe e não mantém qualquer tipo de relação com o pai.

Luís: “*O meu pai não é uma pessoa muito responsável e, por isso, não tenho grande relação com ele.*” (...) “*Do meu pai não há grande coisa a dizer, até porque não tenho contacto com ele.*”

Os avôs, apesar da pouca escolaridade (4.º ano) e de viverem da agricultura e de uma exploração bovina, estiveram emigrados na Bélgica e na França, tendo um nível de vida financeiro desafogado. Neste momento, estão reformados.

O Luís recebeu dos avôs uma educação católica tradicional, sendo católico praticante durante a infância e a adolescência. Esteve no internato, no seminário do 5.º ao 8.º ano de escolaridade. Conta que não gostou muito dessa experiência porque tinha poucos amigos e só podia ir a casa dos avôs uma vez por mês.

Luís: “*(...) mas não tinha muitos amigos e não gostava muito das pessoas de lá... Só ia a casa dos meus avôs uma vez por mês e isso também era complicado.*”

Atualmente considera-se agnóstico, mas, ao mesmo tempo, valoriza a educação que recebeu e que, na sua perspetiva, continua a fazer sentido ao nível de alguns valores e, até mesmo, nos seus projetos para o futuro.

Luís: “*Acredito em alguma coisa, mas acho que não tem nada a ver com o que as pessoas pensam sobre isto...*” (...) “*recebi uma boa educação com valores importantes e princípios.*”

Um ponto de viragem no que concerne a esta questão foi a saída do internato no seminário e o ingresso no curso de ciências e tecnologias no secundário.

Luís: “*Depois fui para ciências e comecei a pensar e a observar o mundo, a perceber que existem mais coisas, mais valores e outras formas de vivermos a nossa vida.*”

Para além disso, o Luís é também crítico da dissonância entre discursos e práticas, no que à Igreja diz respeito, o que contribuiu para a sua posição face à religião católica.

Luís: “*A minha avó obrigava-me a ir à missa, mas só ia no Natal e na Páscoa.*” (...) “*não é nada como eles dizem, o padre da minha terra tem uma namorada e as pessoas são muito falsas... mas pronto, alguns valores são benéficos e continuo a identificar-me... o civismo, o respeito ao próximo, mas o resto já é diferente.*”

Autores como João Ferreira de Almeida (Almeida, 1995 e 1990; Almeida et al., 2003) falam em *bricolage* para caracterizar a mudança social e de valores nas sociedades contemporâneas. As pessoas fazem e adotam uma mistura de referências valorativas e de orientações normativas «à sua medida» que é o resultado da reflexividade contemporânea e das tendências de individualização de que falam outros teóricos (Beck e Beck-Gernsheim, 1995; Giddens, 1995).

### **Orientação Sexual e Experiências Amorosas**

O Luís começou por ter relacionamentos com raparigas, contudo, o seu discurso mostra que esses relacionamentos talvez fossem impulsionados pelo heterossexismo e/ou pela homofobia internalizada (Almeida, 2004), pois o mesmo refere que já tinha algumas dúvidas quanto à sua orientação sexual, mas que só procurou certezas quando percebeu que os seus relacionamentos com raparigas não eram suficientemente satisfatórios e não «funcionavam».

Luís: “*No fundo, no fundo eu sabia... andava só a ver se ganhava tempo e até gostei da minha namorada, a Sara, mas não dava... Então, depois tive um namorado rapaz que durou um ano e a partir daí tive a certeza.*”

Só falou do assunto com duas amigas, uma delas lésbica, e a partir daí passou a falar sempre com ela sobre a sua vida sexual e afetiva. No entanto, só o fez após vários meses de namoro com o primeiro namorado rapaz.

Relativamente ao relacionamento atual com o Rafael a questão parece ser mais «pacífica» e aberta uma vez que o próprio diz que não esconde a sua orientação sexual nem o seu relacionamento conjugal perante o círculo de amigos do casal, colegas de trabalho e da faculdade.

*Luís: “Os nossos amigos na Guarda sabem todos, porque aqui moramos juntos e não escondemos de ninguém... nem é propriamente contar, há pessoas que sabem através de outras e se me perguntarem eu não vou mentir.”*

Segundo Anna Einarsdottir (2011), o espaço privado pode não ser um espaço protetor das pessoas LGBTQI, mas pelo contrário, um espaço que se configura como uma extensão da esfera pública, onde se opta por passar por heterossexual ou sofrer as pressões/agressões do heterossexismo e da homofobia (Almeida, 2004). Neste sentido, o Luís apresenta-se como um caso paradigmático em que, na Guarda, no seu círculo de amigos, colegas do politécnico e colegas de trabalho a sua homossexualidade e a sua relação com o Rafael são conhecidas. Já na esfera privada, em casa dos avôs, a sua relação com o Rafael é ocultada. Aqui está presente a questão da homofobia internalizada, o medo de não ser aceite pelos outros significativos (neste caso os avôs) ou de lhes causar sofrimento. Ele assume à partida que a revelação da orientação sexual iria causar um grande sofrimento e desgosto à sua família. Segundo Miguel vale de Almeida, a homofobia interiorizada corresponde “àquela que as próprias vítimas da homofobia (...) transportam dentro de si como mecanismo de contenção, autocensura, ressalva, medo (...)” (Almeida, 2004: 4).

*Luís: “(...) a minha avó ficou desconfiada uma vez porque eu fui para as urgências super mal e foi o Rafael que atendeu o telemóvel e disse que estava comigo no hospital, depois ele foi lá a casa passar uns dias de férias, mas teoricamente, foi só como amigos e eu acho que ela sabe... mas não penso em contar. Gostava de contar um dia e sei que o meu avô no início não iria reagir bem, ele nem é tão homofóbico como eu pensava e diz «cada um é que sabe da sua vida», mas eu sei que ter um neto gay já seria uma coisa diferente porque uma coisa são os outros e outra é a nossa família. Acho que nesse ponto a minha avó é muito mais intransigente, para ela o certo é eu casar com uma rapariga e ter filhos porque sem isso a minha vida não seria completa (...) Sei que a minha avó é muito frágil e se calhar também é por isso que não quero contar. Mas sei que, se contasse, depois de todo o sofrimento eles iriam acabar por aceitar, mais cedo ou mais tarde (...)”.*

Como revelam vários estudos (Almeida, 2009), esconder a homossexualidade torna-se mais difícil na transição para a parentalidade. Até aí a relação amorosa não é assumida perante os familiares que, em última análise, podem sempre pensar que se trata de uma relação de amigos que partilham as despesas de casa. Nota-se que o Luís tem um sentimento de desgosto por não poder partilhar com as pessoas que considera mais importantes, neste caso os avôs, uma parte fundamental da sua vida, amorosa e sexual. Para os proteger, principalmente a avó que considera mais frágil, prefere não contar, embora esta se mantenha desconfiada. O Luís não quer dar um desgosto à avó que, comparativamente com o avô, tem mais expectativas acerca do neto vir a ser pai e sonha com bisnetos. Daí o Luís achar que a avó iria reagir pior à revelação da sua homossexualidade enquanto o avô iria possivelmente ter uma atitude mais tolerante (“cada um é que sabe da sua vida”) mas, ainda assim, “uma coisa são os outros e outra coisa é a nossa família”.

Também é notório que o casal se torna menos privatizado quando o duo passa a trio (Santos, 2016). A chegada de uma criança, independentemente das vias de acesso à paternidade, impossibilita a permanência no «armário» (Almeida, 2009). Assim, o Luís prefere adiar o projeto de parentalidade para um futuro em que os avôs já não sejam vivos.

*Luís: “possivelmente vou esperar pela morte dos meus avôs, sei que parece horrível dizer isto, mas não queria dar-lhes um desgosto”.*

## **Percurso profissional**

O Luís trabalha como técnico de informática na Worten e dá primordial importância ao trabalho como fonte de autonomia pessoal. Como o próprio refere “*mais do que gostar do meu trabalho, gosto de estar independente*”. Apresenta nesta dimensão uma vontade forte de autonomia e sublinha o facto de não ter de dar tantas satisfações aos avós, apesar de ainda sentir um pouco essa «obrigação».

Luís: “*Já não tenho de dar tantas satisfações, apesar de eles ainda cobrarem um pouco*”.

Para além disso, mostra vontade de ascender a nível profissional, nomeadamente, através da realização do mestrado, mas sublinha que gosta mais de trabalhar do que estudar, apesar de reconhecer a importância, a longo prazo, do prolongamento dos estudos.

Luís: “*Gosto mais de trabalhar do que estudar, dá-me muito sentido de realização e até sentido para a vida estar independente*”.

Volta a frisar a importância da independência económica como um instrumento de liberdade e realização pessoal.

### **Transição para a conjugalidade e vida em casal**

Nesta dimensão de análise fica bastante visível o processo de sentimentalização e privatização da vida conjugal e familiar, uma vez que são os sentimentos que inauguram, perpetuam e dão sentido à relação conjugal. Também os conceitos de «relação pura» e de «amor confluyente» (Giddens, 1995), que tendem a substituir o de amor romântico no contexto atual de domínio crescente da intimidade, caracterizam a relação amorosa de Luís e Rafael.

Luís: “*(...) mas acho que confiamos muito um no outro. Eu, pelo menos, confio a cem por cento e sinto-me seguro e isso é muito bom, muito importante.*”

O conceito de «amor confluyente» é, na perspectiva de Giddens, praticamente sinónimo de intimidade no casal. “Abrir-se um ao outro, condição para aquilo a que chamarei amor confluyente (...)” (Giddens, 1995: 41 in Santos, 2008: 218). Giddens (1995) sublinha a crescente desconexão entre amor, sexualidade, procriação e casamento, realidades inseparáveis até há bem pouco tempo, e o desenvolvimento da relação pura noutros contextos da intimidade que não o casal heterossexual<sup>7</sup>.

Relativamente ao percurso conjugal, podemos dizer então que o relacionamento do Rafael e do Luís segue os mesmos padrões dos relacionamentos amorosos da modernidade tardia em que não há diferenciação, ao nível das representações, entre namoro e coabitação (Santos, 2011). Assim, na conceção do Luís, as fronteiras entre o namoro e a vivência da conjugalidade sob o mesmo teto surgem bastante diluídas.

Conheceram-se, no local onde estudam, ficaram amigos e a partir do momento em que se relacionam sexualmente passam a assumir-se como namorados.

Luís: “*Trocámos o número de telemóvel e fomos beber café algumas vezes, ficámos amigos. Ele nunca tinha estado com rapazes, só tinha namorado raparigas, mas disse-me que gostava de experimentar e dormimos juntos um dia e estamos juntos até agora, desde esse dia*”.

Viver juntos também não é algo muito pensado, mas que vai acontecendo gradualmente, e é encarado como uma consequência absolutamente normal do namoro. A formação progressiva do casal de modo informal é um dos aspetos em consonância com as tendências de desinstitucionalização e individualização da vida familiar (Santos, 2011).

---

<sup>7</sup> “O amor costumava estar ligado à sexualidade, para a maior parte da população sexualmente «normal», através do casamento, mas actualmente eles estão cada vez mais ligados através da relação pura (...). O complexo do amor romântico ajudou a abrir o caminho para a formação de relações puras mas começa agora a enfraquecer graças às próprias influências que ajudou a criar” (Giddens, 1995: 39 in Santos, 2008: 218).

Luís: “Ele morava na residência, mas dormia na minha casa quase todos os dias... depois de uns meses resolvemos que ele podia mudar-se definitivamente para a minha casa”.

Num contexto de forte dissociação entre sexualidade e casamento, conjugalidade e casamento, o início do relacionamento sexual é o acontecimento marcante na formação do casal contemporâneo que tende a substituir o papel antes atribuído à instituição matrimonial (Santos, 2016). O “(...) casamento deixou de ser o acto fundador do casal, ritual de passagem para a vida sexual, conjugal e familiar” (Bozon, 1991 *cit.in* Santos, 2016:176).

Contudo, a transição para a conjugalidade não se fez de forma pacífica, do lado de Rafael, assumindo mesmo um carácter dramático, uma vez que o jovem teve de contar aos pais o motivo da saída da residência.

Luís: “*Primeiro, ficaram em estado de choque e depois quando aceitaram que ele poderia ser bissexual, começaram a dizer coisas como «podem namorar mas não precisam morar juntos».*”.

Neste caso, os pais do Rafael ao aceitarem a possibilidade da bissexualidade mas não quererem que ele assuma a relação conjugal com o Luís é uma espécie de salvaguarda, como se a homossexualidade do filho não fosse definitiva e houvesse uma esperança de «normalidade». Talvez um dia, quem sabe, ele possa vir a ter um relacionamento heterossexual. Situação que fica em aberto no caso da bissexualidade. A relação conjugal do Rafael e do Luís tornou-se então um assunto tabu na família do Rafael, pois os pais sabem do relacionamento mas não falam do assunto e vivem como se nada se passasse. O facto de o Luís ter trabalho e casa também ajudou à constituição do casal.

Luís: “*Mas o facto de eu ser responsável e estar a trabalhar ajudou um pouco a resolver as coisas ... mas nem sei se eles aceitaram realmente, porque não se opõem, mas o Rafael diz que não falam sobre o assunto, é como se fizessem de conta que não sabem de nada.*”.

Devido à diferença de idades e percursos de vida, o Luís e o Rafael encontram-se claramente em posições desiguais. O Luís está mais independente porque já mora sozinho há bastante tempo e também trabalha enquanto que o Rafael saiu recentemente da casa dos pais para estudar no Politécnico. Quanto a relacionamentos sexuais e amorosos anteriores também têm experiências muito diferentes. Para o Rafael esta é a primeira experiência e relação homossexual enquanto que para o Luís já houve outras experiências anteriores. Nesse sentido, existem desigualdades de poder no interior da relação, uma vez que ambos apresentam desiguais recursos económicos, simbólicos e relacionais. De acordo com vários estudos “*When one person is more dependent or involved than the other, the more dependent partner is expected to have less power*” (Peplau, 1991 in Patterson, 2000: 1054).

A autonomia do Luís contrasta com a dependência económica do Rafael, em relação aos pais e ao cônjuge, e com a sua menor autonomia individual face ao «nós casal». O Luís atribui isso a uma questão de personalidade, mas não deixa de reconhecer a importância do trabalho como condição de autonomia pessoal (“Ele não trabalha, está a estudar”). Nas palavras do Luís, ele é mais assertivo, sociável, independente, bem resolvido, enquanto que o Rafael é mais tímido e dependente. Também não sai muito sozinho, ou com os seus amigos, sai quase sempre com o Luís e os amigos do Luís e chega a ter ciúmes porque o mesmo se “dá bem com toda a gente”.

Luís: “*O Rafael vai para as aulas e não faz muito mais coisas, é raro sair sem mim.*”

Luís: “*mas eu sou mais extrovertido e sociável, mais assertivo, ele é mais tímido e tem ciúmes de toda a gente... Ele não trabalha, está a estudar.*”

Luís: “*Acho que custou mais ao Rafael, porque foi também a adaptação à faculdade e depois eu a trabalhar às vezes não lhe consigo dar toda a atenção que devia...*”.

#### **Adaptação à vida em casal e divisão das tarefas domésticas**

O Luís refere que costumam fazer tudo em conjunto e, num primeiro olhar, poderíamos ser levados a pensar que, neste assunto, estamos perante uma divisão perfeitamente equilibrada

e indiferenciada das tarefas domésticas. Contudo, através da análise do discurso do Luís, percebe-se que é o Luís quem “direciona” a forma como as coisas são feitas e distribuídas, até porque, devido à sua personalidade e ascendente, tem maior poder argumentativo na relação.

*Luís: “(...) no início tive de explicar ao Rafael que eu trabalho e que ele tem mais tempo livre e pode fazer o jantar porque eu às vezes saio do trabalho às dez da noite.”*

Na verdade, verifica-se uma divisão tendencialmente igualitária que o Luís considera justa porque o namorado tem mais tempo livre enquanto ele, justifica, está a trabalhar e a fazer um mestrado a fim de investir na sua carreira. Deste modo, o Rafael ocupa-se das tarefas mais rotineiras, como por exemplo, tratar da roupa e confeccionar as refeições. O Luís, por estar a trabalhar e ter mais dinheiro, acaba por se ocupar das compras e das tarefas administrativas. Não obstante, são os dois que fazem as limpezas e o Luís tenta compensar o Rafael por este fazer mais vezes as refeições, lavando ele a loiça. Neste sentido, o Luís tenta por em prática os seus ideais de igualdade no casal e considera que apesar das resistências do Rafael em relação às tarefas domésticas, ambos têm em comum serem muito arrumados e organizados.

*Luís: “nós temos gostos muito diferentes, mas conciliamos isso...(...) somos os dois muito arrumados e organizados e isso também é bom porque temos sempre, ou quase sempre, a casa como queremos.”*

No entanto, a adaptação de ambos às rotinas instrumentais e também ao lado expressivo da vida em casal (amigos e saídas) não se faz sem tensões e «lutas» diárias. A resistência e o desprazer face às tarefas domésticas parecem ser características tanto do Rafael como do Luís.

*Luís: “(...) ele tem muito mais tempo livre, é normal que faça mais coisas, mas eu também faço... depois ele é muito tímido e eu acho que o arrasto um pouco para o convívio com outras pessoas e ele às vezes não gosta muito.”*

*Luís: “Quando tenho folga, gosto de acordar à hora de almoço e é sempre uma luta para ver quem faz o almoço e quem lava a loiça, mas acabamos sempre por dividir.”*

A liberdade individual e a flexibilidade na realização das tarefas, que o Luís reclama para si, contrasta com a exigência colocada na confeção diária do jantar que recai sobre o Rafael. Este é um bom exemplo da assimetria de poder no interior da relação do casal.

*Luís: “Eu não tenho propriamente horários fixos, na Worten são rotativos (...) não sou uma pessoa com horas para comer, fazer compras... gosto de fazer essas coisas quando tenho tempo ou vontade ou quando é preciso fazer.”*

Ao nível das representações, há no discurso do Luís uma clara tónica no “eu” que parece sobrepor-se ao “nós casal”. Por exemplo, quando o mesmo sacrifica tempo em casal porque estuda e trabalha e quer apostar na progressão na carreira. No entanto, também apresenta algumas práticas fusionais, porque acaba por passar praticamente todo o seu tempo livre com o Rafael e fazem praticamente tudo em conjunto. Esta realidade parece acontecer, também, porque o Luís procura adaptar-se, na sua vida em casal, aos gostos, preferências e personalidade do companheiro.

*Luís: “Eu sempre digo que antes de ser casal devemos ser indivíduos próprios e digo isso ao Rafael, para não depender tanto de mim... mas na maioria do meu tempo livre eu passo com ele e não me importo com isso, precisamos de espaço só para nós, mas sem exagero, fazer um equilíbrio...”*

*Luís: “acho que não tenho «piores momentos», gosto da minha vida, no geral...”*

*Luís: “Nos dias em que trabalho, só estamos juntos à noite. Mas quando estou de folga, passamos a maior parte do dia juntos.”*

Luís: *“Normalmente, discutimos sempre pelos mesmos motivos, a ciúmeira do Rafael e o facto de ele ainda não perceber que eu trabalho e, por isso, não tenho tanto tempo livre com ele...”*

Ao nível dos valores, Luís apresenta uma tendência para os valores companheiristas, nomeadamente, através da ética relacional, da importância dada à negociação e comunicação, mas ao mesmo tempo, apresenta um discurso quase paternalista em relação ao namorado.

Luís: *“(...) e eu tenho muita paciência para lhe explicar as coisas e para tentar entender o lado dele...”*.

O casal apresenta um perfil de interações conjugais que se aproxima do «Associativo Desigual», classificação proposta por Wall e a sua equipa de sociólogos da família (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Predominam as práticas polivalentes (fazer algumas coisas juntos e outras em separado) e intenções explícitas de autonomia, não necessariamente consensuais entre os membros do casal (*“eu sempre digo [ao Rafael] que antes de ser casal devemos ser indivíduos”*), aliadas a um certo desequilíbrio das relações de poder no interior do casal.

### **Projeto de parentalidade**

O Luís considera os filhos uma fonte de gratificação pessoal, a par de outras esferas de realização e procura de felicidade, que passam pela existência de uma relação amorosa que se deseja conjugal e um trabalho que goste.

Luís: *“para mim, a minha vida fica completa com um trabalho que eu goste, com a pessoa que eu gosto ao meu lado e filhos. Gostava de ter dois.”*

Neste sentido, o Luís não difere muito de outras pessoas escolarizadas, com qualificações profissionais e capital cultural relativamente elevados, tanto homens como mulheres, para quem a construção da identidade pessoal já não depende apenas do investimento na família e nos filhos ou na profissão, mas da valorização simultânea de vários domínios de realização (Lalanda, 2005; Wall, Aboim e Marinho, 2010).

O entrevistado não vê a orientação sexual como um obstáculo à realização do projeto parental, mas, paradoxalmente, só quer ter filhos depois do falecimento dos avôs porque não lhes quer “dar um desgosto”.

Luís: *“(...) possivelmente vou esperar pela morte dos meus avôs, sei que pode parecer horrível dizer isto, mas não queria dar-lhes um desgosto, dececioná-los, a minha avó é muito frágil...”*

Para o entrevistado os entraves à concretização do seu desejo de ser pai já não se situam no «exterior», na esfera pública, na medida em que não dizem respeito a constrangimentos legais - institucionais, mas sim a dificuldades relacionais e emocionais com pessoas do seu universo mais íntimo. A questão da aceitação e do reconhecimento da homoparentalidade por parte de outros não significativos não preocupa o Luís mas os sentimentos e a reação negativa dos avôs, que ele vê como figuras parentais.

Por outro lado, acredita que um dia que decida ter filhos a legislação ainda estará mais facilitada que no presente, assim como a variedade de formas de acesso à parentalidade disponíveis para as pessoas não heterossexuais.

Luís: *“Acho que agora com as novas leis é mais fácil e na altura certa ainda será mais fácil do que no momento atual... e há muitas opções, a adoção, a barriga de aluguer...”*

Para a maioria das pessoas heterossexuais (Cunha et al., 2016) e, também, homossexuais (Aboim, 2012), a estabilidade económica e afetiva do casal é vista como um requisito fundamental para a decisão de ter filhos. Luís também partilha esta ideia:

Luís: *“Acho que é preciso ter uma relação estável e uma vida estável...”*

Em Portugal, especialmente junto dos jovens “o elevado desemprego e a insegurança relativamente ao futuro em matéria de oportunidades de trabalho poderá ter efeitos na decisão de ter filhos, nomeadamente, no seu adiamento” (Cunha et al., 2016:40). Além dos aspetos financeiros, os casais portugueses “também estão preocupados com a forma como organizam o tempo, as condições no trabalho e a existência de serviços de apoio (...)” (Cunha et al., 2016:40). Todos estes obstáculos poderão ter um impacto ampliado no caso de futuros pais e mães gays e lésbicas devido à problemática da revelação da homossexualidade e da homoconjugalidade nas redes familiares que funcionam habitualmente como redes informais de apoio.

### **Diferenças de género na educação**

O Luís começa por apresentar um discurso igualitário em relação à educação de filhos e filhas que imagina fazer depender mais da personalidade de cada um do que do seu género.

*Luís: “Acho que a educação deve ir sendo adaptada à «fase» e à idade das crianças, mas que não se deve fazer muitas diferenças... no essencial, ao nível dos valores deve ser igual... depois, claro que se deve adaptar um pouco à personalidade de cada um... aos gostos... também devemos respeitar isso.”*

No entanto, o entrevistado acaba por referir o período da adolescência em que acontece uma diferenciação através do desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários e afirma que rapazes e raparigas se deparam então com problemáticas específicas. Assim, as diferenças biológicas entre os dois sexos deslizam rapidamente para diferenças de género e «mundos», masculinos e femininos, «à parte».

Não deixa de ser curioso notar, tal como assinala Giddens, que a ideia de que cada sexo é um mistério para o outro, embora antiga, surge reforçada com a separação, e idealização, da esfera doméstica (o domínio da reprodução e da maternidade) e da esfera pública (o mundo masculino da produção) que emerge com as transformações do capitalismo, afetando o casamento e as relações de género (Giddens, 2005: 29).

Nota-se no discurso do Luís uma preocupação e insegurança quanto às suas competências como pai para lidar com filhas, isto é, com o universo feminino que permanece misterioso, distante e estranho para os homens. Acredita então, sobretudo na fase da adolescência, que uma figura parental do sexo feminino pode ser útil (“*Penso que uma influência feminina pode ser útil*”).

*Luís: “(...) quando são pequenos é igual... mas depois com a adolescência há diferenças... as meninas têm a menstruação e é preciso sensibilidade para falar e lidar com isso... depois vêm as experiências, o álcool, as drogas, os amigos, os namoros... acho que deve ser a fase mais complicada para os pais.”*

### **Diferenças Geracionais na Educação dos Filhos**

Quando questionado se a educação que pretende dar aos seus filhos é muito diferente daquela que recebeu, Luís responde que existem valores que pretende dar continuidade. Considera, porém, que quer dar aos filhos mais liberdade de escolha e transmitir-lhes a ideia, que parece ser para ele fundamental, de aceitação *versus* tolerância face à diversidade de modos de vida e trajetórias pessoais, para que sejam, segundo ele, pessoas de «mente aberta».

*Luís: “Acho que quero os mesmos valores (...). Mas vou dar-lhes mais liberdade, gostava que fossem «mente aberta» e soubessem como o mundo funciona e que existem várias realidades... não lhes quero transmitir as ideias de obrigatoriedade de casar e ter filhos, nem nada dessas coisas... que sejam e façam o que quiserem desde que, com respeito e responsabilidade.”*

Para além das tendências de individualização com reflexos na educação, dando ênfase à liberdade de escolha individual e respeito pelas diferenças, Luís parece imaginar para si um papel ativo e empenhado na educação dos filhos, à semelhança dos homens da sua geração que querem ser diferentes da geração anterior dos seus pais e avós (Wall, Aboim e Marinho, 2010).

## A Norma Ideal de Família

Para o Luís, talvez devido à sua educação católica e ao facto de ter sido criado pelos avós com valores mais tradicionalistas, como ele próprio justifica, o ideal de família é o casal com filhos. Não obstante, apresenta claramente valores modernistas, de estilo companheirista (Wall, 2005), ao considerar que há outras alternativas e formas de constituir e ser família. Luís acha que já não é obrigatório casar para viver em conjugalidade e que já não é obrigatório casar para ter filhos. E ter filhos passou a ser uma opção e não uma etapa obrigatória na vida das pessoas (*“não lhes quero transmitir as ideias de obrigatoriedade de casar e ter filhos”*). Também a família conjugal não tem necessariamente que ser heterossexual. No entanto, tal como acontece para a maioria dos portugueses (Wall, e Delgado, 2014), o casal com filhos permanece a forma mais comum e preferida de organização familiar. No imaginário do Luís, a família só é uma família «completa» e «verdadeira» com filhos, embora admita outras situações e formatos familiares que não deseja para si.

Luís: *“Tenho um bocado a ideia de casal com filhos... porque quero e sempre quis ter filhos (...) Isso é o que eu quero para mim, mas claro que existem famílias muito diferentes e não é por isso que não são uma família.”*

Luís: (...) para a minha avó, o certo é eu casar com uma rapariga e ter filhos porque sem isso a minha vida não seria completa... e eu penso um bocadinho assim, mas claro que sem a parte de casar com uma rapariga (risos).

## O que significa ser mãe e o que significa ser pai

Luís: *“Penso que uma influência feminina pode ser útil, mas hoje em dia, acho que estamos educados e preparados para tudo e tanto a mãe como o pai podem ensinar seja o que for... claro que para uma menina pode ser mais fácil falar com a mãe ou para o menino falar de certas coisas com o pai, principalmente na adolescência, mas nada que não se possa aprender. Acho que ao nível da educação, de valores, acho que isso é igual.”*

A primeira resposta, mais imediata e espontânea, é a da influência positiva de uma mulher na educação das crianças, seguindo-se um discurso em torno da igualdade de competências entre homens e mulheres (*“mas hoje em dia, acho que estamos educados e preparados para tudo”*). No entanto, Luís tende a achar que existe maior proximidade, capacidade de compreensão mútua e facilidade de comunicação entre a menina e a mãe e o menino e o pai. O seu discurso, embora ambivalente, não coloca em causa a ordem de género. Luís acredita, no fundo, que existem diferenças de género insuperáveis e que homens e mulheres têm algumas qualidades específicas para educar as crianças.

Já na questão de quem deve adotar preferencialmente uma criança<sup>8</sup>, Luís recusa-se a dar uma ordem de preferência quando o critério é a orientação sexual. Simplesmente dá preferência ao casal face a uma mãe e pai sós porque pode dar mais estabilidade às crianças, focando, sobretudo, o aspeto económico.

Luís: *“mas acho que em último lugar colocava as pessoas solteiras, por causa da questão económica... para uma pessoa solteira é mais complicado”.*

Quando interrogado sobre “o que significa para si ser um bom pai”, Luís refere, em primeiro lugar, “ser uma pessoa disponível para os filhos” e que o mais importante é “o amor e o apoio incondicional”.

---

<sup>8</sup> A pergunta do guião de entrevista era a seguinte: “Em ordem de preferência, quem acha que deve adotar uma criança/adolescente? (homem homossexual solteiro, mulher homossexual solteira, casal homossexual, mulher heterossexual solteira, homem heterossexual solteiro, casal heterossexual)”.

Luís: *“O mais importante é que se sintam amados e apoiados, respeitados. Sei que nem sempre se pode dar tudo o que queremos, mas há coisas mais importantes do que o dinheiro, como o amor e o apoio incondicional”.*

Para além dos aspetos comunicacionais, afetivos e de suporte emocional, Luís acha que uma boa educação inclui também uma dimensão disciplinadora e que se deve ensinar os filhos “a lutar pelas coisas”.

Luís: *“Tem de ser uma pessoa disponível para os filhos, com valores... transmitir uma boa educação... nem oito nem oitenta... os miúdos hoje em dia são mal-educados e pensam que podem ter tudo e fazer tudo, que cai tudo do céu... acho que se deve proporcionar tudo o que a criança merece, mas ensinar a lutar pelas coisas”.*

Apesar do seu discurso contraditório relativamente às qualidades e competências parentais segundo os géneros, Luís acha que ao nível do funcionamento familiar, da transmissão de valores, do amor, não há diferenças entre as famílias homoparentais e as famílias heteroparentais<sup>9</sup> e que *“dois pais ou duas mães podem ser bons pais”*. Faz também questão de sublinhar as mudanças geracionais e que hoje em dia “tanto os homens como as mulheres” estão melhor preparados. O problema, sobretudo em meios pequenos, é a não aceitação social, baseada no preconceito em relação às pessoas homossexuais e suas famílias.

Luís: *“Não. Ao nível do funcionamento, da transmissão de valores, do amor... acho que não. (...). A única diferença acho que é aos olhos da sociedade, por causa do preconceito... principalmente em aldeias e cidades pequenas.”*

Luís: *“Antigamente não, por causa da educação, mas hoje acho que sim. Que estamos preparados, tanto os homens como as mulheres. Se amarmos os nossos filhos fazemos o melhor por eles, independentemente de se ser homem ou mulher.”*

Como referem vários autores, uma das objeções de quem é contra a homoparentalidade diz respeito à falta de diferenciação sexual das figuras parentais, com reflexos negativos, pensa-se, na construção da identidade de género e desenvolvimento das crianças (Almeida, 2006; Ferreira, 2006; Moz, 2006; Gato, 2013; Gato e Fontaine, 2011; Patterson, 2000 e 2013).

Luís discorda da ideia de que uma criança criada por um casal de duas mulheres ou de dois homens é de alguma forma prejudicada, consoante o caso, por falta de uma figura masculina e feminina.

Por outro lado, existem trabalhos de investigação (Costa, 2012) que se debruçam sobre as estratégias adotadas por casais de gays e lésbicas no sentido de estimular os contactos e a criação de laços emocionais dos filhos com adultos, de ambos os sexos, da rede mais alargada de familiares e amigos/as que extravasam o núcleo doméstico de coresidência.

Também o nosso entrevistado refere a importância dos avós para as crianças de famílias homoparentais, quer como modelos de referência e substitutos do «sexo biológico em falta», quer assumindo um papel complementar ao das figuras parentais masculinas ou femininas.

Luís: *“Acho que essa figura feminina ou masculina, que pode ser uma ajuda e uma boa influência, não tem de vir só do pai ou da mãe, mas pode ser recebida, por exemplo, por parte dos avós. (...) E dois pais ou duas mães podem ser bons pais juntos e apoiar-se mutuamente na educação dos filhos.”*

Neste caso, não deixa de ser paradoxal que Luís, filho único e sem contactos com os pais, só considere a possibilidade de ter filhos no contexto de uma relação homossexual depois dos avós morrerem. Trata-se sem dúvida de um aspeto que mostra, mais uma vez, a homofobia internalizada e as dificuldades acrescidas na obtenção de recursos e apoios familiares.

---

<sup>9</sup> A pergunta dirigida ao Luís foi a seguinte: “Considera que uma família homoparental é diferente de uma família heteroparental? Podia dar-me exemplos?”

## Caso 2 - Sónia e Patrícia

Sónia: “Nunca pensei em ter filhos, não gostava muito de crianças e não acho piada ao processo de gravidez e de parto. Mas, a minha companheira gostava de ter filhos e, por isso, já pensei em adotar.”

“O facto de pensar na adoção acho que simplifica mais porque assim podíamos participar do processo da mesma forma, sem discussões de quem seria a mãe biológica.”

*“O melhor momento (do dia) é quando chego a casa e posso ser eu.”*

**Sónia, 25 anos, optometrista, vive há dois anos com Patrícia, 27 anos, consultora informática, cidade de Lisboa.**

Sónia, 25 anos, mora com a Patrícia, 27, há dois anos, em Lisboa. São ambas solteiras.

A Sónia tem uma pós-graduação em optometria pela Universidade da Beira Interior e exerce a profissão de optometrista a contrato na empresa Multiópticas em Lisboa. A Patrícia é licenciada em Tecnologias e Sistemas de Informação também pela Universidade da Beira Interior e trabalha como consultora informática.

Sónia identifica-se como cristã e durante a infância e adolescência era praticante, deixou de ser quando foi viver para Lisboa. Em termos de posicionamento político-ideológico, declara falta de interesse e confiança nos políticos e no sistema.

Ao nível do percurso biográfico, Sónia viveu desde sempre em meio rural, numa aldeia na encosta da Serra da Gardunha, concelho do Fundão, com os pais e o irmão. Refere que teve uma infância feliz, mas que se sentia mais próxima do pai porque a mãe era muito autoritária e exigente com ela.

*Sónia: “A minha mãe era muito autoritária e eu tinha medo de falar com ela.”*

Contudo, se a infância foi uma fase feliz da sua vida, a adolescência, como a própria afirma, foi um período “doloroso e difícil” marcado por uma depressão. Sónia queixa-se da falta de compreensão e de apoio da mãe que, aparentemente, não soube lidar com o problema.

*Sónia: “A adolescência foi marcada por acontecimentos mais negativos. Eu era muito nervosa, tímida, reservada. Tinha muito boas notas e fechava-me no meu mundo (...) e quase não tinha amigos, mas os que tinha eram bons e ainda hoje permanecem. Mesmo tendo esse apoio, foi muito doloroso e difícil. Tive uma depressão e a minha mãe nunca chegou a compreender e agir como se eu não fosse normal e a culpa fosse minha”.*

Relativamente à sua família de origem, os pais da Sónia têm apenas o ensino básico, tendo casado “muito novos”. Estiveram emigrados em França com o intuito de adquirirem casa própria em Portugal. O irmão da Sónia nasceu lá mas a Sónia já nasceu em Portugal.

*Sónia: “Os meus pais começaram a trabalhar depois de fazer a quarta classe, casaram muito novos e emigraram para França. O meu irmão nasceu lá. Quando conseguiram dinheiro para ter uma casa própria em Portugal, voltaram e eu nasci um ano depois. Posso dizer que tive um pouco mais de conforto porque os meus pais fizeram economias (...) são pessoas tradicionais mas têm bom coração.”*

O pai trabalhou na construção civil e a mãe foi sempre doméstica, começando a trabalhar apenas na altura em que a Sónia entrou na faculdade. Nota-se que os pais, com habilitações escolares baixas, apostam e priorizam a educação e o prosseguimento de estudos longos por parte da filha como uma forma de mobilidade social ascendente.

*Sónia: “A minha mãe só foi trabalhar quando eu entrei na faculdade, para ajudar nas despesas. Atualmente trabalha numa queijaria.”*

## Percurso profissional

No que concerne ao percurso profissional, a Sónia licenciou-se em optometria na Universidade da Beira Interior, fazendo também pós-graduação na mesma área e na mesma faculdade. Contudo, não terminou o mestrado porque surgiu a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho.

Sónia: *“(...) não cheguei a acabar porque consegui estágio profissional na Madeira. Depois estive um ano no Algarve e, recentemente, mudei para Lisboa, sempre a trabalhar em óticas.”*

A profissão é uma forma de realização pessoal, embora Sónia, desde que veio para Lisboa, não goste dos colegas de trabalho, com quem diz não se identificar. Ela sonha voltar a viver na sua terra e ter um negócio próprio, uma ótica só dela.

Sónia: *“Gosto muito do que faço, mas desde que vim para Lisboa os colegas de trabalho são horríveis e já fui despedida por causa disso. Não estou habituada a trabalhar com gente tão hipócrita e sinto-me deslocada. Parece que não olham a meios para atingir os fins... não fui educada assim e os meus amigos são todos fora do trabalho.”*

Neste contexto, a Sónia faz uma gestão da sua vida quotidiana por «compartimentos», isto é, uma clara separação entre vida profissional e vida privada, momentos em família, momentos em amigos, lazer. No entanto, todas estas esferas, principalmente o amor, a família e a profissão, são igualmente importantes como fontes de realização pessoal.

Sónia: *“O amor, a família e a profissão são essenciais para me sentir realizada. Não acho que haja algo mais importante, tem de existir um equilíbrio e devemos saber separar as coisas.”*

## Orientação Sexual e Experiências Amorosas

Sónia: *“Sou uma pessoa que se apaixona pouco ... só me apaixonei duas vezes ... Acho que os pais reagem sempre mal. Os meus também reagiram, especialmente a minha mãe.”*

Nesta questão podemos ver a forma como a entrevistada interiorizou que a não heterossexualidade não corresponde de facto à norma e que a primeira reação negativa é considerada normal, principalmente por parte dos pais. Já a amiga de infância, a quem revelou a sua orientação sexual, por ter reagido sempre bem é considerada uma pessoa com uma “mente muito aberta”. Nesse sentido, percebe-se que obter uma primeira reação positiva à revelação da sua orientação sexual foi muito importante na vida da Sónia. A entrevistada conta como foi a primeira reação dos pais, e como depois do choque inicial acabaram por aceitar a sua orientação sexual e a sua relação amorosa com a Patrícia.

Sónia: *“Primeiro, não acreditavam. Pensavam que era qualquer tipo de provocação ou só uma fase ... mas depois, aceitaram e apoiaram a cem por cento, acho eu. Eu era a mais nova, o bebé da casa, foi um choque... a primeira pessoa a quem contei foi à minha melhor amiga de infância que me apoiou sempre, tem uma mente muito aberta.”*

Sónia refere que a sua orientação sexual não é algo que ela ande a contar a toda a gente, mas também não é algo que ela esconda, e que as pessoas que lidam com ela de forma mais próxima acabam por saber «naturalmente», mais cedo ou mais tarde.

Sónia: *“Mas não sou pessoa de contar a ninguém, a menos que ache importante para o relacionamento, a pessoa acaba por saber naturalmente e não de uma forma que eu tenha pensado, mas não escondo de ninguém.”*

Esta atitude de «reserva» (“não sou pessoa de contar a ninguém”), não deixa de poder ser considerada como uma estratégia defensiva, o que mostra que o estatuto e o reconhecimento social da pessoa homossexual e da homoconjugalidade coloca, obviamente, mais problemas na interação social. Adivinha-se que quando Sónia pressente potenciais juízos negativos da

parte de interlocutores que ela não conhece ou quando pensa que os outros, especialmente colegas de trabalho, avaliam a sua orientação sexual como uma situação menos de acordo com a normalidade social, ela prefira passar por heterossexual.

A Sónia acaba por viver o que a autora Einarsdottir (2011) enuncia como o “passar por heterossexual” na sua vida quotidiana, ficando a sua orientação sexual remetida para o campo privado e, por isso, invisível. Esta invisibilidade parece não incomodar a Sónia que a encara como um direito à privacidade; só excepcionalmente ela revela a sua orientação sexual e apenas quando considera que esse facto é importante para o relacionamento com determinada pessoa. Contudo, não deixa de ser significativo que o melhor momento do seu dia seja vivido na esfera privada quando, segundo as suas próprias palavras, “posso ser eu”. Ideia em consonância com o facto da Sónia realizar uma clara separação entre vida privada e vida pública, domínios onde ela gere de forma diferenciada a sua identidade pessoal.

Sónia: *“O melhor momento (do dia) é quando chego a casa e posso ser eu.”*

“Neste jogo, que é também um compromisso entre o individual e o social, nota-se que nem sempre a identidade atribuída pelos outros coincide ou está em perfeita harmonia com a «identidade para si»<sup>10</sup>. É nesse sentido (...) que Singly fala de duas dimensões da identidade: a estatutária e a íntima” (Santos, 2008: 350). A primeira é construída em função dos papéis desempenhados (filha/o, cônjuge, profissional...) e das categorias de pertença (classe social, estado civil, homossexual, heterossexual ...), “enquanto a segunda revela «a verdadeira maneira de ser do indivíduo» e define-se por aquilo «que o indivíduo pensa ser a sua autenticidade»” (Singly, 1996 in Santos, 2008: 350).

### **Transição para a conjugalidade e vida em casal**

Ao nível da relação conjugal, a Sónia e a companheira parecem enquadrar-se, à semelhança dos casos analisados até aqui, no perfil de coabitação moderno (Santos, 2011), em que «viver junto» é encarado como um prolongamento do namoro e como forma de “juntar o útil ao agradável”. Não pretende casar, pois considera que não existem grandes diferenças entre viver uma conjugalidade no interior do casamento e viver em relação conjugal sem estar casada. Mas também não revela nenhum posicionamento ideológico contrário à ideia de casamento.

Sónia: *“Conhecemo-nos na UBI, na praxe. E foi giro porque somos de aldeias vizinhas, mas só nos conhecemos na universidade.”*

Ficaram amigas, até porque a Patrícia tinha um namorado. No entanto, começaram o namoro no Verão seguinte.

Sónia: *“No Verão começámos a namorar, mas a família só soube quando fomos morar juntas em Lisboa (...) Decidimos porque já namorávamos há algum tempo e como arranjámos trabalho no mesmo sítio, juntámos o útil ao agradável.”*

Um forte pilar emocional no que se refere à sua orientação sexual e relação conjugal são os amigos mais próximos, e a família, que apesar de não ter reagido bem, inicialmente, acabou por aceitar e apoiar a “cem por cento”, pensa ela.

Sónia: *“Os amigos reagiram bem, já la foram a casa. A família, nem tanto. No início não estavam à espera, mas hoje já posso dizer que está tudo bem.”*

A relação assenta nas dinâmicas sentimentais, sendo que a Sónia valoriza o facto de ser compatível com a Patrícia ao nível dos gostos, da personalidade e até na forma de pensar.

Sónia: *“Somos muito parecidas no essencial. Pensamos quase igual, gostamos das mesmas coisas... acho que é por isso que nos damos bem.”*

### **Adaptação à vida em casal e divisão das tarefas domésticas**

---

<sup>10</sup> Goffman (1988) distingue entre identidade social /“virtual” e “identidade para si”/ “real” (in Santos, 2008: 350).

A Sónia, com um historial de isolamento social e depressão na adolescência, apesar de ter superado esses momentos difíceis, refere que não gosta de passar muito tempo sozinha e que lhe foi difícil morar só quando trabalhou no Algarve.

*Sónia: “Para mim foi fácil porque estive um ano sozinha no Algarve e foi difícil. Então, voltar a ter companhia foi muito bom.”*

Ao nível da divisão das tarefas, a tendência parece ser para uma divisão igualitária e equilibrada (“dividimos tudo”), mas a companheira da Sónia foi quem assumiu, subtilmente, a liderança na vida doméstica do casal, de modo a que, neste âmbito, as coisas fossem feitas “à sua maneira”.

Sónia: “Eu sou um pouco mais mandona, mas ela é que, pacificamente, me impôs mais coisas, quase sem eu me dar conta.”

*Sónia: “Ensinou-me a poupar mais dinheiro, a arrumar a casa à maneira dela, a dobrar a roupa de certa forma, a programar a nossa vida por objetivos e não a viver sem rumo.”*

Contudo, a Sónia não considera estas «imposições» como algo relacionado com desigualdade de poder, sendo que a própria expressão utilizada (“pacificamente”) parece apontar para a ênfase colocada na negociação e comunicação. Sónia percebe o papel de «orquestração» da companheira de forma positiva, sinónimo de aprendizagem útil e benéfica para a vida pessoal e conjugal.

Os conceitos de «poder de orquestração» e «poder de execução» foram utilizados por Glaude e Singly (1986) para estudar as dinâmicas conjugais dos casais heterossexuais; o primeiro ligado às grandes decisões, relacionadas, por exemplo, com a educação dos filhos e com a compra de casa, tende hoje, sublinham os autores, a estar mais democratizado no interior do casal, enquanto o «poder de execução» permanece no essencial um poder feminino (in Santos, 2008: 341). No caso da homoconjugalidade da Sónia e da Patrícia, a expressão descreve bem a liderança, quer nas decisões consideradas mais importantes (como gerir o dinheiro e “programar a vida”), quer nas micro decisões (como dobrar a roupa) ligadas à execução das múltiplas tarefas do quotidiano partilhadas, de forma igualitária, pelas duas.

Uma ideia que reforça a predominância dos aspetos comunicacionais na relação do casal, associada a valores companheiristas, é o facto da Sónia referir que quando surge algum conflito dão prioridade ao diálogo. Sónia também não gosta de falar “a quente”, evitando assim dizer coisas sem pensar e/ou mais desagradáveis que possam magoar a companheira.

*Sónia: “Primeiro damos espaço... não gostamos de falar a quente. Depois, quando já passou algum tempo, falamos do que nos vai no coração e tentamos perceber os diferentes pontos de vista”.*

O casal apresenta um modelo de conjugalidade que se aproxima da «Conjugalidade Associativa Igualitária» (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Neste caso, prioriza-se a igualdade, a autonomia e a realização pessoal de cada membro do casal. De facto, a Sónia e a Patrícia são ambas licenciadas e acentuam a importância da profissão, sendo que a entrevistada refere que todas as esferas da sua vida devem estar em equilíbrio e que nenhuma é “mais importante” que a outra. Não obstante, o casal não encaixa perfeitamente nesse perfil uma vez que apresenta também fortes características do perfil «Conjugalidade Companheirista» de cariz mais fusional (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Sónia procura e aprecia um certo equilíbrio, entre tempo para o casal, atividades em conjunto, e a construção de tempos e espaços de autonomia pessoal:

*Sónia: “Jantamos sempre juntas. Dividimos tudo e passamos a noite a ver filmes e séries. Nos fins de semana vamos passear, conhecer novos locais e visitar a família.”*

*Sónia: “Quando me apetece ler um livro ou comprar roupa, mas não gosto de passar muito tempo sozinha.”*

## Projeto de Parentalidade

Sónia: *“Nunca pensei em ter filhos, não gostava muito de crianças e não acho piada ao processo de gravidez e de parto. Mas a minha companheira gostava de ter filhos, e por isso já pensei em adotar. Uma criança abandonada poderia ter a sorte de ter uma família e ser amada”.*

A Sónia refere na entrevista que não tenciona passar pela gravidez e pelo parto e que não dá importância ao laço biológico, mas não deixa de usar a justificação da importância social do laço biológico para a escolha da adoção como meio de realização do projeto parental.

Sónia: *“O facto de pensar na adoção acho que simplifica mais porque assim podíamos participar do processo da mesma forma, sem discussões de quem seria a mãe biológica.”*

Anne-Marie Ambert (2003) refere, na mesma linha da autora Martine Segalen (1998), que a adoção em termos de relação filial é construída socialmente de uma forma negativa (in Oliveira, 2011). Ora, isto acontece porque à palavra mulher se cola a palavra mãe e a ideia de função reprodutora como ideal de realização pessoal sendo então a maternidade biológica sobrevalorizada por comparação à maternidade adotiva (Oliveira, 2011). Nesse sentido, Ambert (2003) avança com a premissa de que se é menos «capaz» ou considerado «menos pessoa» e «menos mulher» quando não existe a capacidade reprodutora do ponto de vista biológico, como se a pessoa/casal fosse incompleta(o) (in Oliveira, 2011). Nesta linha, no interior do casal lésbico a mãe não biológica poderia acabar por ser entendida como «menos mãe» do que a mãe biológica. Daí, a eventual preferência da Sónia pela adoção. Outra razão, de carácter sócio centrado, para além da pouca simpatia pelo processo da gravidez e do parto, parece estar relacionada com a vontade de ajudar as crianças institucionalizadas (*“Uma criança abandonada poderia ter a sorte de ter uma família e ser amada”*).

À semelhança do caso analisado anteriormente, a Sónia refere também como requisito para a parentalidade a estabilidade financeira, mas não menciona a estabilidade afetiva no seio de uma relação conjugal. Assim, parece existir, no âmbito das representações sociais, uma certa correspondência entre a competência parental e a capacidade para ser provedor/a da família (Wall et al., 2010). Por outro lado, este é um aspeto que revela a maior autonomia das mulheres no que toca ao projeto de parentalidade.

Sónia: *“Os fatores económicos e financeiros são muito importantes.”*

No caso da Sónia, o projeto parental surge, neste momento, em segundo plano, mais para fazer a vontade à companheira que tem vontade de ter filhos, e apenas depois de conseguir concretizar alguns objetivos e aspirações individuais, que se prendem com a realização profissional e pessoal noutras esferas da vida. Como sugere Manteigas, “a pluralização dos modos de viver em família é atravessada tanto pela crescente valorização dos sentimentos, da cumplicidade e do companheirismo nas relações familiares como pelas tendências de individualização” (2011:6). Isto significa que a identidade das mulheres se vai moldando e construindo de uma forma mais desvinculada dos papéis tradicionais de género, em especial do papel da maternidade, percecionando-se a si próprias, cada vez mais, em primeiro lugar, como indivíduos.

Sónia: *“Acho que ainda não realizei todos [projetos de vida], mas tudo tem o seu tempo. Sinto que não tive de abdicar de nada. Gostava de ter uma ótica minha. Gostava de voltar a morar na minha terra, de ter uma autocaravana e viajar sem ter de cumprir datas. Gostava de adotar uma criança e ter tempo suficiente para estar o mais presente possível na vida dela.”*

## Diferenças de Género na Educação

A Sónia considera que a educação deve ser adequada à personalidade dos filhos/as mas que o género é um fator a ter em conta (*“para além do género, não existem duas pessoas iguais”*).

À pergunta “educar meninos é diferente de educar meninas?” Sónia responde afirmativamente.

Já no que diz respeito aos valores fundamentais a transmitir, a educação deve ser igual para rapazes e raparigas (“Para mim, os valores não têm sexo nem género”). Sónia destaca o amor e o respeito pelo próximo, independentemente do género, da raça ou da orientação sexual.

*Sónia: “Principalmente o amor e o respeito pelo próximo. Aceitar que somos diferentes, mas iguais. Não interessa o género, a raça ou até mesmo se a pessoa é homossexual.”*

### **Diferenças Geracionais na Educação dos Filhos**

Quando interrogada sobre o grau de coincidência entre a educação que recebeu e a educação que pretende dar aos filhos, a Sónia refere que pretende passar os valores que recebeu e que considera essenciais mas, ao mesmo tempo, valoriza uma educação mais «liberal». Assim, existe continuidade e rutura. Continuidade no legado de valores éticos que lhe foram transmitidos e rutura em direção a uma maior democracia nas relações pais e filhos. Sónia considera que se deve «aprender com os erros» e está mais inclinada para uma educação orientada para a «autonomia» pessoal, bastante diferente daquela praticada pelos seus pais.

*Sónia: “Os principais valores que me transmitiram foi a humildade e a honestidade e ser trabalhadora, lutar pela vida que não é nada fácil. As coisas não caem do céu...”*

*Sónia: (...) penso numa educação mais liberal, porque os meus pais eram rígidos e enquanto não terminei o curso nem queriam ouvir falar de namoros, nem me deixavam fazer grande coisa, com medo que eu me desviasse do foco. Penso que deve existir liberdade e que a pessoa deve aprender a gerir o seu tempo, a sua vida e aprender com os erros”*

*Sónia: “Vivia com os meus pais e irmão. Sempre me senti mais próxima do meu pai. A minha mãe era muito autoritária (...) uma vez portei-me mal e a minha mãe esteve uma semana sem falar comigo, foi um choque. Mas acho que tive uma infância normal e rodeada de acontecimentos positivos”*

### **A Norma Ideal de Família**

Na perspetiva da Sónia para existir uma família não é necessária a existência de filhos. Porém, ao nível das normas ideais, dá importância ao casal e reproduz o modelo biparental de família, justificando-se com o apoio que duas pessoas podem dar uma à outra e às crianças, quer a nível afetivo, quer a nível económico.

Esta visão pode também ser observada na resposta à questão acerca de quem deve adotar uma criança. Em vez da ordenação pedida na entrevista, Sónia responde que dá “*sempre preferência a um casal, independentemente de ser homossexual ou heterossexual*”.

No entanto, a norma ideal que tem como referência o casal com filhos é uma norma flexível pois Sónia admite que uma pessoa sozinha pode ser um bom pai ou uma boa mãe. Mais uma vez se nota a maior autonomia feminina no projeto de parentalidade, que Sónia parece não fazer depender da existência de uma relação conjugal.

*Sónia: “há exemplos de mães solteiras e pais solteiros que têm de ser mãe e pai ao mesmo tempo e fazem um excelente trabalho.”*

### **O Que Significa Ser Mãe e o Que Significa Ser Pai**

Em termos representacionais, não existem diferenças entre ser mãe e ser pai, pois Sónia defende sempre que as competências parentais estão mais dependentes da educação que se recebeu e da personalidade das pessoas do que do seu género. Argumenta, para justificar a sua opinião, com o exemplo das famílias monoparentais que funcionam bem e de filhos

«disfuncionais» oriundos de famílias conjugais. Considera, também, que duas mulheres são capazes de educar tão bem uma criança como um casal de um homem e uma mulher.

Sónia: *“Eu considero que se um casal educa bem um filho, ele não sente falta da figura masculina, porque a educação não tem a ver com o sexo. Aliás, temos muitos exemplos de filhos disfuncionais que vieram de famílias ditas normais. O mais importante mesmo é a educação e as experiências pelas quais as crianças passam (...) há exemplos de mães solteiras e pais solteiros que têm de ser mãe e pai ao mesmo tempo e fazem um excelente trabalho.”*

### Caso 3 - Ema e Inês

Ema: *“os valores com que fui educada foram os do catolicismo, isto é, o homem é superior à mulher, que a mulher deve ser submissa e, talvez por isso, os meus valores sejam opostos a isso.”*

*“Sou bissexual (...) achei que nunca deveria contar aos meus pais, a não ser que começasse um relacionamento sério com uma rapariga (...). Neste momento, tenho um relacionamento mais sério, mas penso que ainda não chegou o momento de revelar.”*

*“porque o casal ideal e visto como normal para ter um filho é um casal heterossexual.”*

Ema, 27 anos, Mestre em sociologia, administrativa, vive há nove meses com a Inês (4 anos de namoro), 24 anos, 9.º ano de escolaridade, empregada de limpezas e restauração, cidade Guarda.

### Percurso Biográfico: Família, Trabalho e Vida Afetiva

Ema, 27 anos, e Inês, 24 anos, moram juntas há nove meses, após uma relação de namoro de quatro anos. A Ema fez licenciatura e mestrado em sociologia na Universidade da Beira Interior e, atualmente, trabalha como administrativa numa imobiliária. Não tem contrato de trabalho. A Inês tem o 9.º ano de escolaridade e trabalha na área da agricultura, restauração e limpezas porque é uma «espécie de faz tudo» numa quinta cujos proprietários estão a desenvolver um projeto de turismo rural.

A Ema considera-se católica não praticante e admite que as suas crenças têm origem na educação que recebeu pois, como a mesma refere, não acredita *“na maior parte das premissas da religião católica”*. Não obstante, gosta de acreditar *“que existe mais qualquer coisa para além da vida e rezar pelos meus avôs, talvez porque já tenham morrido todos e é uma forma de estar ligada a eles.”*

Ao nível da ideologia política, identifica-se com os valores de esquerda, em oposição aos seus familiares.

Quanto ao seu percurso biográfico e ao processo de socialização, primária e secundária, a Ema refere que foi educada em valores fortemente ligados ao catolicismo, à ideia tradicional de família e da diferenciação acentuada dos papéis de género. Os pais apresentam escolaridade baixa, o pai tem o quarto ano do ensino básico e é agricultor. A mãe tem o sexto ano do ensino básico e é doméstica, auxiliando, quando necessário, na agricultura. Estas variáveis podem ajudar a explicar o contexto familiar mais tradicional. Contudo, é a própria Ema que afirma que *“Apesar de os meus pais terem pouca escolaridade e profissões consideradas medíocres, sempre quiseram que eu estudasse.”*

A Ema apresenta uma postura muito crítica em relação aos valores tradicionais em que foi educada e um forte ideal feminista em torno da igualdade de gênero. Para além disso, usa-se de ferramentas adquiridas ao longo do percurso académico em sociologia para interpretar o seu percurso e a sua forma de agir e pensar. Uma possível explicação para este posicionamento da Ema parece cruzar múltiplas variáveis em interdependência, nomeadamente, o gênero, a escolaridade, a formação específica em sociologia e acontecimentos marcantes ao nível do seu percurso individual.

Ema: *“os valores com que fui educada foram os do catolicismo, isto é, o homem é superior à mulher, que a mulher deve ser submissa e, talvez por isso, os meus valores sejam opostos a isso.”*

Ema: *“eu em vez de reproduzir o que me foi inculcado, não acredito nisso e quero lutar contra isso porque tenho a certeza que gera desigualdades sociais e, acima de tudo, de gênero.”*

Há um acontecimento marcante ocorrido na fase de pré-adolescência que demonstra a importância da análise dos percursos biográficos para compreender, neste caso particular, a visão do mundo da Ema.

Ema: *“realmente as mulheres estão mais desprotegidas e a quem não é dada tanta importância. Foi um caso de assédio com um dos melhores amigos do meu pai que, por ser amigo, eu tinha medo de dizer porque pensava que não iam acreditar em mim.”*

Ema: *“mas se todas as mulheres se conformarem nunca nada será mudado e eu não quero fazer parte desse grupo.”*

Refere ainda que a adolescência e a transição para a idade adulta foram fases da sua vida bastante complicadas, precisamente devido à divergência de valores entre a Ema e os seus pais. A Ema tem um irmão e os pais sempre fizeram diferenciações entre os dois ao nível da educação, das saídas com os amigos, namoros e tarefas domésticas.

Ema: *“A minha adolescência foi muito complicada (...) o meu pai, não me deixava sair à noite (...).”*

Ema: *“Era mais próxima da minha mãe, sempre fui, apesar das nossas diferenças.”*

### **Percurso profissional**

A Ema trabalhou numa loja de um centro comercial e num café. Atualmente é administrativa numa agência imobiliária mas não tem contrato de trabalho.

Ema: *“Não posso dizer que me sinta realizada porque ainda não tenho um contrato de trabalho, no entanto, tenho mais flexibilidade de horário do que no meu trabalho anterior. Mas digamos que ainda não é o trabalho de sonho.”*

Ema: *“Quero viajar pelo mundo (...) só falta o mais importante: o dinheiro.”*

Ema: *“Dou muita importância aos lazeres e ao tempo fora do trabalho.”*

A entrevistada dá importância à estabilidade económica e profissional como meio de realização pessoal e de autonomia individual em relação aos pais. Mas também valoriza os lazeres e os amigos. Gostaria de “viajar pelo mundo” e a obtenção de rendimento através do trabalho é visto como um meio para concretizar esta sua aspiração.

### **Orientação Sexual e Experiências Amorosas**

Ema: *“Sou bissexual (...) achei que nunca deveria contar aos meus pais, a não ser que começasse um relacionamento sério com uma rapariga (...). Neste momento, tenho um relacionamento mais sério, mas penso que ainda não chegou o momento de revelar.”*

Esta escolha da Ema em não revelar a sua identidade sexual aos pais e esperar até ter um relacionamento estável pode ser fruto da vontade de adiar o difícil «coming out» perante pais tradicionais, com receio da sua reação. Mas pode também ser consequência da distinção, em

matéria de aceitação social, entre “relações estáveis e «promiscuidade»” (Almeida, 2010:158). No livro “A Chave do Armário”, Miguel Vale de Almeida refere que se assiste, ao nível das representações de senso comum, a uma “nova divisão entre gays e lésbicas que vivem de acordo com normas residenciais e relacionais (...) e os que preferem permanecer solteiros, supostamente com vários parceiros e sem pensarem em reprodução ou adoção” (2010: 158).

### **Transição para a Conjugalidade e Vida em Casal**

A Ema assim que conseguiu alcançar a tão almejada independência económica resolveu sair de casa dos pais e ir morar sozinha. Ao fim de algum tempo a companheira resolveu ir viver com a Ema.

Ema: *“Depois de viver sozinha, ela decidiu juntar-se a mim (...)”.*

Ema: *“Namorei quatro anos e dois meses e só depois desse tempo todo estamos agora a morar juntas, há nove meses.”*

Os pais pensam que a Ema vive com uma amiga com quem partilha as despesas de casa, sendo que para a família passa por heterossexual (Einarsdottir, 2011).

Ema: *“(...) pensam que é apenas uma amiga.”*

### **Adaptação à Vida em Casal e Divisão das Tarefas Domésticas**

O caso da Ema é paradigmático, pois estando a variável género como que congelada (Nico, 2009), há uma consciência das responsabilidades pela casa e tarefas domésticas bastante diferente, bem como da noção de igualdade no casal. Talvez por ser mais escolarizada e por não querer reproduzir as desigualdades existentes na relação dos seus pais e, por ter sido dela a iniciativa de morar sozinha, sinta mais a casa como sua e insista na questão do equilíbrio.

Ema: *“mas a partir do momento que decidi ir viver sozinha tomei consciência que teria de começar a limpar, a lavar a loiça, a lavar roupa... tudo o que a gestão de uma casa implica. Coisa que ela ainda não se apercebeu ou não quer perceber porque quer uma segunda mãe. Daí muitas das nossas discussões, pois tento a todo o custo que a divisão de tarefas seja o mais igualitária possível.”*

Apesar de parecer ser a Ema com maior poder negocial e argumentativo no interior do casal, e de ter conseguido que a sua companheira comesse a fazer mais coisas em casa, refere que é ela quem acaba por dedicar mais tempo ao trabalho doméstico.

Ema: *“No entanto, tenho consciência que eu faço mais coisas.”*

Momentos que guarda para si

Ema: *“Quando vou às compras sozinha, quando estou a ler um livro e ela já está a dormir.”*

Ema: *“ela entra e sai uma hora mais tarde. No entanto, como ela trabalha mais longe, demora mais tempo a chegar a casa.”*

Ema: *“Durante a semana tenho muito pouco tempo para mim e poderia ter mais tempo para ela se ela estivesse com disposição. Normalmente vai dormir porque está cansada.”*

A Ema faz tanta questão na divisão igualitária das tarefas que chegou a expulsar a namorada de casa e a terminar o relacionamento porque esta, não estando habituada a fazer tarefas domésticas, “não fazia nada.”

Ema: *“No primeiro mês não. Coloquei-a fora de casa e assim se manteve durante dois dias. Tivemos uma conversa séria sobre a divisão de tarefas e desde aí as coisas estão melhores, mas não ideais. Isto é, ainda não estão igualitárias.”*

A Ema é quem gere as tarefas domésticas, quem decide quem faz o quê e insiste para que a Inês faça a sua parte, pois esta não tem iniciativa se a Ema não lhe disser para fazer. Para

além disso, as tarefas administrativas estão a cargo da Ema. No casal, é ela que parece ser a detentora de maior autonomia pessoal, talvez porque a iniciativa de sair de casa dos pais e ir morar sozinha foi sua. A companheira decidiu juntar-se a ela mais tarde mas foi Ema que viabilizou a entrada em casal através da conquista de autonomia residencial. Esta diferença ao nível da personalidade da Ema e da Inês também é visível quando perguntamos à Ema a forma como gerem os conflitos.

Ema: *“Eu discuto, ela cala-se e não discute. E vai dormir chateada, não chegando a nenhum entendimento. Mas depois das coisas acalmarem eu é que tenho sempre a iniciativa de conversar. Ela é mais de deixar andar as coisas.”*

Para além disso, a Ema e a Inês têm gostos e interesses diferentes, pelo que é difícil conciliar e conseguir fazer coisas em conjunto que agrade às duas.

### **Projeto de Parentalidade**

A Ema refere que pretende ter filhos, mas revela que perceciona a sua orientação sexual como um obstáculo à realização do projeto parental. Nesta questão, ultrapassados alguns impedimentos legais e formais, a Ema acredita nos obstáculos informais, pois tem presente os conceitos de homofobia e heteronormatividade, como se verá também nas questões analisadas no subtópico “A Norma Ideal de Família.”

Ema: *“porque o casal ideal e visto como normal para ter um filho é um casal heterossexual.”*

À semelhança dos outros casos analisados refere também as condições económicas e a estabilidade profissional como requisitos fundamentais para o exercício da parentalidade.

Ema: *“Acima de tudo ter um trabalho com contrato e um rendimento fixo.”*

### **Diferenças de Género na Educação**

Ema acredita numa educação igualitária e defende que a educação dos filhos deve ser uma educação para a igualdade de género.

Ema: *“Para mim não. Devem ser educados da mesma forma, para que depois, na vida adulta não haja, por exemplo, resposta de um irmão para uma irmã: «lava a loiça porque é a tua função, é trabalho mulher.» Para que isto não aconteça devem ser educados da mesma forma, para que haja igualdade de género (...) A personalidade depois é que vai ditar a forma como cada pessoa lida com a informação que recebe. Isto é, educar para a igualdade serve tanto para uma pessoa pouco sociável como para alguém muito sociável.”*

Ema acredita também que um casal homossexual apresenta uma tendência para educar os filhos numa lógica mais igualitária, talvez influenciada por leituras realizadas ao longo do percurso académico.

Ema: *“Penso que dois pais ou duas mães darão uma educação mais igualitária a um filho do que um casal heterossexual. Neste caso, os homossexuais influenciados pelas suas escolhas e os heterossexuais, muitas vezes, involuntariamente devido às suas vivências.”*

### **A Norma Ideal de Família**

Quando se analisa a sua conceção de família, vemos que Ema reproduz o modelo ideal biparental assente no casal.

Ema: *“Para mim, para existir uma família basta existir um casal, com ou sem filhos. Isso depende da escolha de cada um.”*

Na resposta à questão sobre a adoção, Ema dá preferência, em primeiro lugar, ao casal heterossexual. Para ela a questão da aceitação social e a possível discriminação das crianças das famílias homoparentais acaba por ser determinante na avaliação de “quem deve adotar uma criança”.

### O Que Significa Ser Mãe e o Que Significa Ser Pai

Pelas mesmas razões relacionadas com a discriminação versus aceitação, Ema dá preferência a casais heterossexuais e, logo a seguir, a mulheres, independentemente da sua orientação sexual, quer na questão da adopção, quer na avaliação de quem está mais apto para criar e educar crianças pequenas. Apesar dos seus ideais de igualdade de género, Ema percebe a mulher como um ser mais apto para a maternidade.

Contudo, Ema é de opinião que um homem e uma mulher têm as mesmas qualidades e competências para criar e educar uma criança pequena e que “isso depende mais da personalidade e valores do que do género”.

Talvez pela sua formação em sociologia e por saber o que se pretende com a presente dissertação, Ema tente dar respostas «politicamente corretas» que acabam por se traduzir em contradições.

*Ema: “Conheço casos de mães solteiras que as crianças são felizes e possivelmente seriam ainda mais se fossem duas mães. Aliás, muitas vezes a figura masculina só prejudica, mesmo num casal heterossexual.”*

Parece que Ema, a um nível representacional, parte da premissa de que “as mulheres são diferentes por serem mães” (Wall, Aboim e Marinho, 2010: 5) e que “duas mulheres lésbicas que escolham tornar-se mães parecem funcionar como uma dose dupla de uma abordagem «feminina» da parentalidade” (Gato e Fontaine, 2011:87).

Paradoxalmente, considera que “tudo depende da personalidade da pessoa e um homem pode ter traços considerados pela sociedade femininos. E mesmo que não tenha pode conseguir dar uma educação tão boa como uma mulher. Tudo depende dos valores transmitidos à criança”.

Os “traços considerados pela sociedade femininos” estão relacionados com características necessárias ao exercício da parentalidade. Neste sentido, apesar de apresentar um discurso igualitário e não discriminatório em relação à homoparentalidade acaba por admitir de forma indireta, e sem se dar conta disso, a distinção essencialista entre homens e mulheres e entre paternidade e maternidade. Na linha de Miguel Vale de Almeida, as perceções do que significa ser pai e mãe continuam a traduzir-se em especificidades femininas e masculinas que se excluem mutuamente (2010).

### Caso 4 - Andreia e Filipa

Andreia: “Desde que esteja com ela eu estou bem.”

“(…) Nunca pensei encontrar alguém assim.”

“Dar valor aos filhos, dar tempo à família.”

**Andreia, 26 anos, 9º ano. Filipa, 27 anos, 12º ano. Trabalham as duas como assistentes de *call center* e vivem juntas há dois anos com a mãe da Andreia, cidade de Castelo Branco.**

### Percurso Biográfico: Família, Trabalho e Vida Afetiva

Andreia 26 anos e Filipa, 27 anos, vivem juntas há dois anos na casa da mãe de Andreia com quem o casal reside. A Andreia tem o 9º ano do ensino básico e a Filipa completou o curso de

humanidades do ensino secundário; atualmente trabalham juntas como assistentes de *call center* em Castelo Branco. Contudo, é um trabalho precário cujo contrato renova de quinze em quinze dias.

Em relação à religião, Andreia acha que *“a religião está dentro de cada pessoa, não tenho uma religião «formal»”*. O que nos leva a deduzir que não é praticante mas crente.

Não é ativista nem tem nenhuma filiação política, contudo afirma que *“Costumo votar na esquerda ou em branco porque o meu pai era revolucionário e gosto de seguir isso.”*

O percurso escolar de Andreia é marcado pelo insucesso escolar pois como a própria refere repetiu várias vezes de ano até que abandonou a escola cedo, após completar o 3º ciclo. Da escola recorda os convívios com os colegas e as atividades desportivas. De resto, não gostava da escola. A adolescência foi um período atribulado e uma fase em que consumiu drogas. A mãe não lhe impunha limites (*“deixava-me fazer tudo”*) e o pai embora tentasse dar-lhe *“educação e autoridade”* era um pai ausente pois viajava muito.

Andreia: *“Acho que tive uma infância normal (...) Na escola ficava muitas vezes de castigo, portava-me mal. Só gostava de ir aos treinos de futsal, mas era feliz e fazia tudo o que queria.”*

Andreia: *“A adolescência foi mais complicada. Como não gostava da escola, repeti de ano várias vezes.”*

Andreia: *“Era muito sociável e tinha boa relação com os amigos. Saía muito, andei nas drogas, bebida, festas... era pesado!”*

Segundo Machado Pais, configura-se *“provável que algumas condutas de «rebelia» ou de «risco» acabem por traduzir relacionamentos complicados na vida afectiva dos jovens (Pais, 2012:14).*

Andreia: *“Entretanto o meu pai faleceu e as coisas mudaram. Parei de estudar, deixei as drogas, tornei-me responsável pela loja do meu pai. Ainda gosto de sair, mas tive de crescer e ver as coisas de outra forma. Tinha 18 anos. Ainda tentei voltar a estudar, mas ainda não consegui ter um horário que fosse compatível.”*

Andreia: *“O meu pai tinha o 12.º ano e só não estudou mais porque não havia dinheiro. Era muito viajado e revolucionário e ensinou-me a lutar pelas coisas.”*

Andreia: *“A minha mãe só tem o quarto ano e como nunca trabalhou não sabe valorizar as coisas e o que custa. Pensa no dinheiro como uma forma de mostrar coisas aos outros e é um bocadinho cusca, mas também é boa pessoa, à maneira dela.”*

Andreia: *“é o exemplo do meu pai que eu tento seguir.”*

### **Orientação Sexual e Experiências Amorosas**

Andreia: *“Sempre me vesti mais à maria rapaz, mas tive alguns namorados rapazes porque todas as minhas amigas tinham. Comecei a sentir-me atraída aos 16 anos e tive a primeira namorada que teve cancro. A minha mãe não aceitou, o meu pai sempre foi tranquilo, era mais viajado. Com essa rapariga senti que era diferente e as coisas foram acontecendo naturalmente, quem sabia era a minha melhor amiga e a nossa família.”*

Andreia: *“nem sequer me deixaram ir ao funeral. Foi uma situação que me marcou para sempre e fizeram-me sentir que eu estava tão errada que estive quatro anos sem namorar nenhuma rapariga.”*

Andreia: *“se calhar sou bissexual porque me sinto atraída por rapazes e raparigas, mas acho que para ter relações mais longas me identifico mais com raparigas por causa da personalidade.”*

### **Percurso Profissional**

Andreia: *“O ambiente é descontraído e a minha namorada trabalha comigo. Mas ainda não é o emprego de sonho, queria mais estabilidade.”*

### **Transição para a Conjugalidade e Vida em Casal**

Neste caso, parece também não existir diferenciação entre o namoro e a transição para a vivência em casal sob o mesmo teto. Contudo, a Andreia expressa explicitamente o desejo de casar, pelo que a «experimentação» descreve melhor o seu perfil de coabitação conjugal (Santos, 2011).

Andreia: *“Ficámos amigas, começamos a trabalhar juntas no mesmo sítio e ela ajudou-me a ficar tranquila comigo mesma e depois foi com ela que tive a relação mais longa e séria até agora. Antes dela ainda namorei um ano com outra rapariga, mas ela começou-me a bater e eu não fazia nada porque ficava mesmo sem reação até que decidi terminar o namoro.”*

Andreia: *“aproveitei para fazer uma surpresa e pedi-la em namoro, com velas, alianças e tudo. E ela aceitou.”*

Andreia: *“Não foi uma decisão muito pensada. Ela tinha problemas com a mãe porque a mãe tem uma depressão e é bipolar. Então, dormia muitas vezes na minha casa até que um dia a mãe dela a expulsou de casa (quando teve uma crise) e ela veio morar comigo e com a minha mãe.”*

Andreia: *“Somos mesmo muito parecidas. Só que ela não é maria-rapaz, é até muito vaidosa. O resto, gostamos das mesmas coisas, temos os mesmos amigos e acho que pensamos da mesma forma. Encaixamos mesmo muito bem, é incrível. Nunca pensei encontrar alguém assim.”*

### **Adaptação à Vida em Casal e Divisão das Tarefas Domésticas**

Andreia: *“mas nós não nos fartamos e nunca tivemos nenhuma discussão muito séria.”*

Andreia: *“Acho que ninguém impôs nada. Mas eu ensinei-a, por exemplo, a fazer comida porque ela nunca morou sozinha e não sabia fazer nada.”*

Andreia: *“Acordamos tarde porque também saímos tarde do trabalho (22h). Fazemos o almoço e depois de almoço vamos tomar café e trabalhar. Quando voltamos do trabalho vamos ao café e fazemos as coisas de casa.”*

Andreia: *“Gosto de jogar um pouco no telemóvel.”*

Andreia: *“Acordar e adormecer em conjunto. O pior é quando me obrigam a estar longe dela.”*

Andreia: *“Temos tempo para nós e para estar com os amigos.”*

Andreia: *“Fazemos tudo em conjunto. Sempre foi assim, no início eu fazia mais para ensinar, mas agora é igual.”*

Andreia: *“fazemos tudo as duas.”*

Andreia: *“Desde que esteja com ela eu estou bem.”*

A Andreia e a Filipa apresentam características bastante fusionais, quer a nível de coesão interna quer ao nível da integração externa. De facto, moram juntas, trabalham juntas e têm o mesmo horário de trabalho, partilham o mesmo grupo de amigos e fazem as tarefas domésticas em conjunto. Tal como indicam outros estudos (Wall, 2005), as interações de tipo fusional aliadas a valores companheiristas são cúmplices de uma maior igualdade na produção da vida doméstica.

## Projeto de Parentalidade

Andreia: *“A nossa ideia é ter dois filhos biológicos, um cada uma, para passarmos as duas pelo processo.”*

Andreia não pensa recorrer à adoção nem a outras formas de acesso à parentalidade pois tanto ela como a Filipa fazem questão de serem mães biológicas. Ambas querem passar pelo processo da gravidez e do parto. Parece haver nesta disposição e na decisão de serem mães alguma dependência em relação aos significados da maternidade por orientação ao papel feminino. Ao contrário de outros entrevistados, elas têm ideias claras quanto à forma de acesso à parentalidade e ao número ideal de descendentes. Contudo, perante a pergunta que consistia em saber se a orientação sexual é um obstáculo para a concretização do projeto parental, Andreia responde que “não ajuda” mas o desejo forte de ser mãe parece vencer eventuais dificuldades.

Andreia: *“Não ajuda porque temos de recorrer a outras pessoas e a outros meios e isso pode ser mais difícil.”*

Como nos diz Miguel Vale de Almeida, a realidade de outros países, ainda bastante distante da nossa, tem mostrado as vantagens sociais da maternidade biológica, na questão da aceitação «aos olhos da sociedade» e também das famílias das mães lésbicas. As dificuldades do serviço nacional de saúde português em matéria de acesso às novas tecnologias reprodutivas, e os baixos rendimentos dos portugueses para recorrer a serviços privados alternativos, nomeadamente no estrangeiro, podem travar o «baby boom lésbico» em Portugal.

“Muitas mulheres começaram a usar novas tecnologias reprodutivas, oferecidas pelo serviço nacional de saúde. Esta realidade criou uma espécie de comunidade de mães lésbicas, que é muito forte hoje. Mas os seus discursos sobre maternidade sempre me impressionaram por serem incrivelmente parecidos com os das mulheres heterossexuais, o que quer dizer que as estruturas mais profundas de género estão a funcionar (...). A filiação parece ser o conceito mais importante, especialmente a noção de ter uma criança biológica. Isto ajuda à integração dos projectos reprodutivos das lésbicas na estrutura familiar: as mães e os pais das lésbicas podem assim falar dos seus netos como «verdadeiros», como continuadores da família, da casa” (Almeida, 2010:159).

Andreia considera a estabilidade económica fundamental para a vinda de uma criança, o que poderá ser mais um entrave à decisão de ter filhos dado as suas fracas qualificações e precariedade no trabalho.

Andreia: *“A estabilidade económica e do casal. Um filho vai contribuir para a nossa felicidade e realização pessoal, vai continuar a nossa forma de ser.”*

O discurso de Andreia faz transparecer a função dos filhos e do lugar da criança como herdeiro material e «imaterial» (Cunha, 2005).

Andreia: *“A ideia de ter filhos também passa por ter alguém a quem deixar as coisas e que vai haver uma continuidade ao que nós construímos.”*

## Diferenças de Género na Educação

Entre educar filhos e filhas, Andreia pensa que no essencial, como por exemplo na questão da transmissão de valores, não há diferenças mas acha que as raparigas têm que ser mais protegidas porque correm mais riscos.

Andreia: *“mas quando começam a crescer há sempre cuidados a ter com as raparigas porque há mais perigos para elas. Mas no essencial, não.”*

Na educação dos filhos/as Andreia enfatiza a importância do questionamento dos estereótipos e preconceitos em relação, subentende-se, às pessoas não heterossexuais. Também pretende que os filhos atribuam valor àquilo que têm e não se sintam inferiorizados em relação a pessoas melhor posicionadas na escala social.

Andreia: *“Não deixar que eles caiam nos preconceitos (...) Transmitir uma mentalidade aberta e que sejam humildes e percebam o valor das coisas que «eu tenho isto porque é aquilo que posso ter» e não sou pior nem melhor que ninguém.”*

### Diferenças Geracionais na Educação dos Filhos

Andreia salienta a importância do diálogo, da comunicação aberta, da compreensão e apoio afetivo na educação dos filhos. O pai é sempre o seu modelo de referência, pelo que existe mais continuidade que rutura na forma como Andreia perspetiva a relação pais-filhos.

Andreia: *“Quero que os meus filhos se sintam livres e possam falar comigo sobre tudo. Há valores que o meu pai me transmitiu que eu também quero passar. Que sintam que podem contar comigo e que eu não vou julgar, mas sim, tentar falar com eles da melhor forma possível.”*

### A Norma Ideal de Família

Andreia: *“Uma família é união e sentir-se apoiado em todas as decisões que tomarem.”*

Para a Andreia a família constitui um «casulo protetor», um lugar de afetos e de apoio emocional e, desde que haja amor, tanto faz ser uma família homoparental como uma família heteroparental. Na ótica da entrevistada, a melhor forma de ser e construir uma família passa pelo casal.

Andreia: *“Talvez seja primeiro o casal porque duas pessoas conseguem apoiar mais uma criança, seja a nível económico, tempo, dividir as coisas... mas ser homossexual ou não, não faz diferença.”*

### O Que Significa Ser Mãe e o Que Significa Ser Pai

Talvez porque o pai de Andreia tenha estado muitas vezes ausente de casa- o pai tinha uma loja de rações para animais que o obrigava a constantes deslocações e a mãe foi toda a vida doméstica -, ela valoriza bastante o tempo em família.

Andreia: *“Dar valor aos filhos, dar tempo à família.”*

Na perspetiva de Andreia, o exercício da parentalidade depende mais da personalidade de cada pessoa, e da educação que recebeu, do que da orientação sexual. Neste sentido, as coisas tanto podem correr mal nas famílias heteroparentais como nas famílias homoparentais.

Andreia: *“Tudo o que uma família normal dá e faz, outra família também pode dar. Tudo depende da pessoa e da educação, personalidade. Se tiver de correr mal tanto corre numa família hétero como numa família homo.”*

Andreia não partilha a opinião que a ausência de uma figura masculina ou feminina possa prejudicar as crianças. Considera ultrapassada a ideia de que os filhos do sexo masculino seguem, necessariamente, o exemplo do pai e que as raparigas seguem o exemplo da mãe. Também não concorda que filhos e filhas tenham mais facilidade de comunicação com a figura parental do mesmo género (“se estivermos à vontade não há esse problema”).

Andreia: *“Não sei, mas acho que isso era uma ideia antiga de que o menino ia seguir as pisadas do pai e a menina teria de seguir o exemplo da mãe. Se estivermos à vontade não há esse problema. E depois, duas pessoas não têm a mesma personalidade e podem dar coisas diferentes aos filhos.”*

No que diz respeito a projetos de futuro, Andreia considera que ainda tem tudo ou quase tudo para realizar, à exceção de ter encontrado o amor da sua vida e a pessoa certa para construir uma família.

Andreia: “Ainda há muito para fazer. Casar, ter filhos. Ver se há mais oportunidades e ter uma vida melhor. Um carro melhor, casa própria”.

## Discussão dos Resultados

No ponto anterior do trabalho ressaltamos as singularidades através de uma análise caso a caso. Neste momento vamos procurar discutir os resultados procedendo por comparação e salientando os aspetos comuns e divergentes dos casos analisados, em confronto, sempre que possível, com os resultados de outros trabalhos de investigação.

Se, por um lado, a homoconjugalidade (Almeida, 2010) e a homoparentalidade parecem ser palcos estratégicos para a construção, negociação e circulação de identidades e papéis (Passos, 2005 in Rodrigues e Paiva, 2009), a verdade é que esta questão se constitui ambivalente pois estão em jogo fatores interacionais que se conjugam, necessariamente, com fatores estruturais e institucionais. De facto, a aceitação social e o reconhecimento legal da homoconjugalidade coabitante, do casamento homossexual e da homoparentalidade, se vêm por um lado abrir espaço para a liberdade e autonomia individual, surgem, também, ancorados à estrutura social, e, por isso, regulam, limitam e constroem a realidade.

De acordo com as perspetivas interacionistas em sociologia da família, os papéis de género, conjugais e parentais, a par da autonomia pessoal são negociados pelos atores sociais no decurso da sua diversidade de experiências, elas próprias moldadas por contextos sociais mais amplos.

“Sabemos que a vida em sociedade é um feixe de relações; que essas relações passam pelo crivo de alguma aceitação e definição social; (...) que há guiões culturais que fornecem os símbolos que dão sentido a essas relações; que essas relações assumem formas e conteúdos muito diferentes consoante tempos e culturas; e que todas estas relações e instituições estão sujeitas a conflito e a mudança, sendo essa mudança feita através da adaptação e abrangência a ou de realidades novas por parte do guião pré-existente” (Almeida, 2010:205).

Tendo em conta as perspetivas e posicionamentos teóricos que orientaram a análise das entrevistas, parece-nos importante procurar ver aquilo que muda e aquilo que permanece.

Foi-nos possível apurar grandes mudanças geracionais ao nível dos valores, das representações e das práticas que parecem ser mais ou menos transversais a meios rurais e urbanos e a diferentes contextos sociais de classe. Estas mudanças traduzem-se nas tendências de modernização familiar, a saber: a privatização, a sentimentalização e a individualização que em conjunto contribuem para a desinstitucionalização da vida familiar.

A análise do discurso dos entrevistados torna visível um declínio do modelo da família instituição em detrimento de dinâmicas familiares mais democráticas, baseadas em valores companheiristas e num forte ideal de igualdade conjugal. O casal vai-se formando aos poucos e há uma clara dissociação entre sexualidade e casamento e entre conjugalidade e casamento. Na verdade, dos entrevistados, apenas a Andreia planeia e sonha casar. Os restantes entrevistados não têm nada contra o casamento, mas também não fazem questão no assunto.

Este facto é bastante curioso, tendo em conta que até 2010, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo não era legalmente permitido em Portugal e que esta foi considerada uma das maiores conquistas para os direitos LGBTQI (Almeida, 2009).

Não obstante, também neste aspeto da vida familiar parece existir uma aproximação entre casais heterossexuais e casais homoafetivos, pois a única entrevistada que faz questão de casar apresenta escolaridade baixa (9.ºano) e o seu relacionamento é bastante fusional, quer em termos de integração externa quer no que se refere à coesão interna. Na verdade, a Andreia e a Inês vivem juntas, trabalham no mesmo local, têm o mesmo horário, o mesmo grupo de amigos e realizam as tarefas domésticas em conjunto. Neste caso, o «nós casal» parece sobrepor-se ao «eu» individual. “Desde que esteja com ela eu estou bem”. Na mesma

linha, diversas investigações têm mostrado a forte relação entre “grupos com capitais escolares e profissionais” mais baixos e a “valorização do laço formal e institucional da união conjugal” (Santos, 2008:134), percebido como uma “vantagem estatutária” e “importante fonte de identidade social”, sobretudo para as mulheres (Roussel, 1989; Kellerhals, 1982 e 1987; Torres, 1986 e 2002 e Wall, 2005 in Santos, 2008:134).

Andreia: *“Ainda há muito para fazer. Casar, ter filhos.”*

Andreia: *“Acordar e adormecer em conjunto. O pior é quando me obrigam a estar longe dela.”*

A fraca adesão ao «casamento gay» da parte dos entrevistados, quer do Luís, quer da Sónia e da Ema, não os diferenciando, neste aspeto, de outros jovens casais heterossexuais que demonstram forte desapego face à instituição e ao vínculo jurídico-legal, também pode ser interpretado através da perspetiva do curso de vida. Tratando-se de uniões conjugais recentes, ainda com o futuro em aberto, e num contexto de forte precariedade laboral, é possível que os entrevistados apenas queiram oficializar a união antes ou após a concretização do projeto de parentalidade. Este último implica um sempre difícil e problemático *coming out* e talvez aí o casamento ajude a minimizar o impacto negativo da revelação da homossexualidade junto das redes familiares e o reconhecimento social da família homoparental, quer na esfera privada, quer na esfera pública. O casal torna-se menos privatizado na transição para a parentalidade (Santos, 2008) e a vinda de uma criança pode significar uma preocupação acrescida com os direitos e a segurança dos membros da família, ao mesmo tempo que implica relações com as instituições de saúde e escolares. Talvez nessa fase do seu percurso conjugal e familiar a adesão ao casamento de pessoas do mesmo sexo seja visto como suscetível de «facilitar a vida» e tenha então mais adeptos entre os nossos entrevistados, caso a transição para a parentalidade venha a acontecer.

Até lá, com os seus namoros e experiências conjugais, os entrevistados vivem numa espécie de limbo ou indefinição em relação à sua orientação sexual e identidade de género. Alguns declaram-se bissexuais, ou assim os julgam as suas famílias, o que poderá ser encarado como uma estratégia defensiva, por parte de uns e de outros. A bissexualidade parece ser melhor aceite socialmente, já que se tem um pé do lado de cá e outro do lado de lá da fronteira que separa o mundo «normal» do «anormal». A bissexualidade também pode ser encarada pelos familiares, e pelos próprios, como algo reversível, em que «nem tudo está perdido», permitindo conservar a esperança que o filho ou a filha volte ao «bom caminho».

Luís: *“Primeiro, ficaram em estado de choque e depois quando aceitaram que ele poderia ser bissexual, começaram a dizer coisas como «podem namorar mas não precisam morar juntos»”.*

Ema: *“Sou bissexual (...) achei que nunca deveria contar aos meus pais, a não ser que começasse um relacionamento sério com uma rapariga (...). Neste momento, tenho um relacionamento mais sério, mas penso que ainda não chegou o momento de revelar.”*

Andreia: *“se calhar sou bissexual porque me sinto atraída por rapazes e raparigas, mas acho que para ter relações mais longas me identifico mais com raparigas por causa da personalidade.”*

Dizer aos outros significativos que se é bissexual, em vez de se declarar homossexual, ou autoidentificar-se como tal, pode ser então uma forma de gerar ambivalência e melhor aceitação, quer da orientação sexual, quer da relação conjugal. A Ema, por exemplo, justifica com a sua bissexualidade o facto de não contar aos pais. No fundo, como se também ela estivesse à espera de voltar a namorar com um rapaz e encarasse a sua relação, e condição homossexual, como uma situação reversível e provisória. Apesar de um namoro de quatro anos seguido de nove meses de coabitação. Este é um aspeto onde podemos ver manifestar-se a homofobia interiorizada de que nos falam alguns autores (Almeida, 2009). Sabemos, no entanto, que apesar da aparente solidez da identidade e da orientação sexual, estas são fluídas e variáveis ao longo do curso de vida dos indivíduos (Almeida, 2009).

Quando falamos em relações amorosas e conjugalidade, verifica-se também, neste âmbito, a dissociação entre sexualidade e procriação e entre conjugalidade e filhos. Se é verdade que o Luís aponta como requisito para ter filhos uma relação conjugal estável, não necessariamente ao abrigo do casamento legal, e a estabilidade económica, as restantes entrevistadas não mencionam a relação conjugal como requisito, revelando maior autonomia para exercer a maternidade fora da conjugalidade e não dependente de uma figura masculina.

De facto, apesar de defenderem a igualdade de género, os entrevistados não estão imunes aos constrangimentos da ordem social de género. Nomeadamente o Luís que reproduz, ainda que de forma mitigada, as dimensões tradicionais de masculinidade e de feminilidade, mostrando-se preocupado, inseguro e menos apto para lidar com o universo feminino em matéria de sexualidade e questões relacionais das raparigas adolescentes.

Luís: “(...) *as meninas têm a menstruação e é preciso sensibilidade para falar e lidar com isso... depois vêm as experiências, o álcool, as drogas, os amigos, os namoros... acho que deve ser a fase mais complicada para os pais.*”

O Luís é um caso que está em consonância com os resultados do estudo de Sofia Aboim e equipa (Aboim et al., 2012), que aponta para o facto de existir uma maior dependência dos homens gays em relação a uma figura feminina face aos projetos de parentalidade e à forma como perspetivam a educação dos filhos. As mulheres lésbicas, pelo contrário, acham que precisam menos dos homens para serem mães e para criarem e educarem os filhos, revelando uma maior autonomia, quer nos projetos, quer no exercício da parentalidade.

Ema: “*Conheço casos de mães solteiras que as crianças são felizes e possivelmente seriam ainda mais se fossem duas mães. Aliás, muitas vezes a figura masculina só prejudica, mesmo num casal heterossexual.*”

Sónia: “*Eu considero que se um casal [de duas mulheres], educa bem um filho, ele não sente falta da figura masculina, porque a educação não tem a ver com o sexo. Aliás, temos muitos exemplos de filhos disfuncionais que vieram de famílias ditas normais. (...) há exemplos de mães solteiras e pais solteiros que têm de ser mãe e pai ao mesmo tempo e fazem um excelente trabalho.*”

Andreia: “*Não é a mesma coisa [ser mãe e ser pai], mas acho que conseguem dar as mesmas coisas. Há mães e pais solteiros que fazem tudo e têm filhos espetaculares, sem aqueles problemas típicos das famílias disfuncionais.*”

Luís: “*Penso que uma influência feminina pode ser útil (...) ... claro que para uma menina pode ser mais fácil falar com a mãe ou para o menino falar de certas coisas com o pai, principalmente na adolescência, mas nada que não se possa aprender.*”

Embora a nossa amostra não permita chegar a conclusões definitivas, os dados sugerem que são os homens homossexuais, em comparação com as mulheres, que reproduzem de forma mais saliente nos seus discursos as crenças sobre as competências específicas das mulheres (comunicacionais, emocionais e relacionais) associadas ao papel (maternal) do género feminino. À semelhança, aliás, do que acontece com os homens heterossexuais que participaram no estudo “A vida familiar no masculino” (Wall, Aboim e Cunha, 2010). A ideia de que as mulheres são diferentes por serem mães e que só elas têm determinadas competências específicas, ainda muito presente na sociedade portuguesa, foi um dos obstáculos identificados neste estudo para a mudança do lugar do homem na família.

Mas podemos pensar, também, que as nossas entrevistadas acham que precisam menos dos homens para criarem e educarem os filhos, precisamente porque acreditam que têm essas qualidades e competências parentais que lhes faltam a eles. Os trabalhos de investigação sobre as famílias homoparentais revelam que a ideologia da maternidade está muito presente nas mães lésbicas (Patterson, 2000; Almeida, 2009; Santos, 2017) o que leva Gato e Fontaine a afirmar que “duas mulheres lésbicas que escolham tornar-se mães parecem funcionar como uma dose dupla de uma abordagem «feminina» da parentalidade” (2011: 87). Ainda assim, e embora os estudos sobre os pais gays sejam escassos, as conclusões apontam para uma maior aproximação da homoparentalidade masculina à homoparentalidade feminina em comparação

com a heteroparentalidade. É que os homens gays que assumem a homoconjugalidade, desejam ser pais e concretizam o projeto parental são um grupo particular que já ultrapassou uma série de barreiras e que, por isso mesmo, se desvia da masculinidade hegemónica e dos estereótipos sobre a masculinidade e feminilidade (Gato e Fontaine, 2011). Luís parece aproximar-se deste perfil em várias dimensões do seu discurso. Ele diz que lidar com meninas/filhas não é nada que não se possa aprender e que, hoje em dia, “estamos educados e preparados para tudo e tanto a mãe como o pai podem ensinar seja o que for”. Refere ainda que “dois pais ou duas mães podem ser bons pais juntos e apoiar-se mutuamente na educação dos filhos”. Não deixa de ser significativo que ao responder a questões relacionadas com a educação das crianças, Luís refira a dimensão disciplinadora, tradicionalmente ligada ao papel e autoridade do pai, aspeto este mais ausente do discurso das nossas entrevistadas. Contudo, ele não deixa também de enfatizar os aspetos comunicacionais, afetivos e de suporte emocional, normalmente associados ao papel parental feminino.

Um outro dado que surgiu na análise das entrevistas e quem vem reforçar a ideia de que os casais homossexuais não são imunes aos constrangimentos sociais de género é a questão da via de acesso à parentalidade. Na realidade, as diferenças de estatuto social entre a mãe biológica e a mãe social podem transformar-se numa problemática no momento de escolha de quem vai ser a “mãe”. Nesta questão, as jovens entrevistadas apresentam maior reflexividade em relação à parentalidade por comparação com o Luís. Por exemplo, a Sónia já sabe que vai adotar e a Andreia pretende que tanto ela como a companheira tenham um filho biológico cada. O Luís ao deixar em aberto as possibilidades de acesso à paternidade mostra que não pensou tanto no assunto, apesar do seu forte desejo de ser pai.

Uma outra dimensão da modernização familiar é a individualização, em que os entrevistados mostram a importância dada à pluralidade de caminhos, à formação progressiva do casal, à ideia de que existe diversidade familiar e liberdade para traçar o seu percurso biográfico.

*Luís: “Isso é o que eu quero para mim, mas claro que existem famílias muito diferentes e não é por isso que não são uma família.”*

A sentimentalização é também uma característica dos nossos entrevistados, sendo que todas as conjugalidades estão fortemente dependentes dos sentimentos e das dinâmicas relacionais. Para além disso, na análise das entrevistas, foi perceptível a ênfase nos valores e práticas companheiristas e, em alguns casos, mais fusionais, nas dinâmicas negociais e comunicacionais da relação.

*Sónia: “(...) somos muito parecidas no essencial. Pensamos quase igual, gostamos das mesmas coisas... acho que é por isso que nos damos bem.”*

*Andreia: “(...) Nunca pensei encontrar alguém assim.”*

*Luís: “(...) mas acho que confiamos muito um no outro. Eu pelo menos confio a cem por cento e sinto-me seguro e isso é muito bom, muito importante.”*

Esta dimensão da vida familiar não está apenas presente ao nível da relação conjugal, pois existe também uma tendência para a democratização familiar na relação entre pais e filhos, através da presença crescente dos aspetos comunicacionais e expressivos que colocam a tónica no diálogo e negociação em detrimento da imposição de regras rígidas. Para além disso, há mudanças sociais e familiares significativas ao nível do lugar da criança, agora sujeito de direitos e também, ao nível da função dos filhos. As crianças desempenham um papel expressivo, de quem se espera um retorno afetivo o que, exige que o papel dos pais também se adapte a este novo papel dos filhos. Assim, Kellerhals e Montando (1991), defendem que não só o papel paterno se reconfigura, como também o papel materno, e que, tanto o pai como a mãe, assumem agora funções relacionadas com a “manutenção, a normatividade e o apoio emocional”. Por outras palavras, o que os pais fazem, mais do que disciplinar, é orientar, encorajar, apoiar e cooperar nas atividades que são inerentes ao significado de ser criança (*cit. in* Marinho, 2011:89).

Luís: “(...) O mais importante é que se sintam amados e apoiados, respeitados.”

Sónia: “(...) Penso que deve existir liberdade e que a pessoa deve aprender a gerir o seu tempo, a sua vida e aprender com os erros.”

Andreia: “Liberdade para falar e a partir daí dar educação. Não dar tudo e explicar porque é que não podemos ter tudo.”

Neste sentido, os valores companheiristas (transversais a todos os entrevistados) pressupõem a construção e negociação do lugar de cada membro da família. Isto significa que há mais espaço para uma maior igualdade de papéis tanto na esfera doméstica como na esfera pública e que as relações familiares tendem mais para a democracia interna e para a valorização da comunicação e de aspetos relacionais, evoluindo as relações a par e passo com a evolução das dinâmicas sentimentais.

Ao nível da educação dos filhos, os entrevistados pretendem, de uma forma transversal, abrir espaço para a flexibilidade e liberdade de escolha de caminhos. Verifica-se também uma preocupação mais sociocentrada em educar para a diversidade e o respeito pela diferença.

Neste âmbito, é curioso notar que os jovens entrevistados são herdeiros de um património simbólico de valores éticos que consideram essenciais e que pretendem transmitir aos futuros filhos. Neste aspeto não existe rutura entre gerações.

Sónia: “Penso que nos valores essenciais não. Quero passar a honestidade e a ideia de que temos de lutar para conseguir alcançar os nossos objetivos. Mas por outro lado, penso numa educação mais liberal, porque os meus pais eram rígidos.”

Luís: “(...)mas pronto, alguns valores base são benéficos e continuo a identificar-me... o civismo, o respeito ao próximo, mas o resto já é diferente.(...) Gostava de lhes transmitir os meus valores e que não se pode ter tudo. Os mimos são importantes, mas ok, sem exagero. Uma boa educação, civismo, respeito pelo próximo, independentemente da pessoa... também gostava de ter dois filhos porque acho importante, para aprenderem a partilhar as coisas.”

Andreia: “Quero que os meus filhos se sintam livres e possam falar comigo sobre tudo. Há valores que o meu pai me transmitiu que eu também quero passar (...) Que sintam que podem contar comigo e que eu não vou julgar, mas sim, tentar falar com eles da melhor forma possível.”

Um outro ponto importante é a questão das diferenças de poder no interior do casal versus ideais de igualdade. O Luís e a Ema são um bom exemplo das diferenças de poder no interior do casal, devido fundamentalmente, no primeiro caso, a diferenças etárias, experiência de vida e autonomia financeira, e, no segundo, a diferenças de capital escolar, estatuto e qualificações profissionais.

Ambos se queixam da falta de iniciativa, da «preguiça» ou pouca disponibilidade dos seus companheiros para realizar as tarefas domésticas, mas enquanto a primeira com uma posição muito radical face a um ideal igualitário procurou resolver os conflitos, em uma ocasião, expulsando a companheira de casa, Luís procura a via do diálogo e do convencimento, numa atitude mais paternalista.

Ema: “No primeiro mês não. Coloquei-a fora de casa e assim se manteve durante dois dias. Tivemos uma conversa séria sobre a divisão de tarefas e desde aí as coisas estão melhores, mas não ideais. Isto é, ainda não estão igualitárias.”

Luís: “(...) no início tive de explicar ao Rafael que eu trabalho e que ele tem mais tempo livre e pode fazer o jantar porque eu às vezes saio do trabalho às dez da noite. (...) e eu tenho muita paciência para lhe explicar as coisas e para tentar entender o lado dele...”.

Os restantes casos apontam para um equilíbrio e para um forte ideal igualitário no interior do casal. Importa então notar que as desigualdades na conjugalidade já não estão tão ligadas a aspetos estruturais e a categorias sociais estereotipadas ou tradicionais, mas que se constituem em desequilíbrios de poder subtis no interior da relação que se relacionam com os gostos pessoais, as preferências, a personalidade e o percurso de vida de cada um.

Já no que se refere à privatização da vida familiar, esta está fortemente presente nos casos analisados. Apenas a Andreia e a Filipa têm uma relação completamente declarada em que toda a gente sabe. No caso do Luís e do Rafael, a família do Luís não sabe de nada. No caso da Sónia e da Patrícia, só a família e os amigos mais próximos é que têm conhecimento da orientação sexual e do relacionamento homoafetivo. No caso da Ema e da Inês, “pensam que é uma amiga.”

*Sónia: “(...) Mas não sou pessoa de contar a ninguém, a menos que ache importante para o relacionamento, a pessoa acaba por saber naturalmente e não de uma forma que eu tenha pensado, mas não escondo de ninguém.”*

*Luís: “Os nossos amigos na Guarda sabem todos, porque aqui moramos juntos e não escondemos de ninguém... nem é propriamente contar, há pessoas que sabem através de outras pessoas e se me perguntarem eu não vou mentir. Na terra dos meus avós só os amigos mais chegados é que sabem...”*

Para todas estas dimensões, não nos é possível perceber qual é a variável com mais impacto, se o género, se a orientação sexual, se o percurso de vida ou a escolaridade. De facto, as grandes mudanças de valores que dizem respeito à modernização familiar apresentam-se-nos, no mundo ocidental, de uma forma mais ou menos transversal, apesar de algumas assimetrias sociais e de género.

Neste contexto, num estudo sobre a “Diversidade na Universidade”, João Ferreira de Almeida mostra que os jovens mais escolarizados acreditam que vivemos e viveremos tendencialmente numa “sociedade mais livre e moderna, sobretudo no que diz respeito às relações de intimidade e à autonomia pessoal” (2003: 250).

Não obstante, a análise das entrevistas apresenta-se em consonância com as principais linhas teóricas sobre a homossexualidade e os casais homoafetivos.

Giddens, defende que são as pessoas LGBTQI os protagonistas da mudança no que concerne ao conceito de “relação pura” (Giddens, 1995), uma vez que as relações homossexuais não estavam sujeitas a condicionamentos institucionais, mais concretamente, ao casamento, sendo estas relações inauguradas com base no amor e mais dependentes das dinâmicas sentimentais e relacionais do que de aspetos institucionais. Nesse sentido, será que os casais de gays e lésbicas apresentam uma maior tendência para a igualdade? Esta não é de todo uma questão fácil. Pois se foi possível verificar uma clara tendência e um forte ideal de igualdade no casal, sabemos que, por um lado, o ideal igualitário é apanágio de pessoas escolarizadas jovens e, na maioria, mulheres, principais características dos nossos entrevistados. Por outro lado, a companheira da Ema não apresenta este ideal igualitário, desculpando-se com o facto de ter vivido sempre com os pais e não saber fazer as coisas. Contudo, a Filipa estava na mesma situação e aprendeu a cozinhar com a Andreia e agora “dividem tudo”. Neste contexto, a orientação sexual não é explicativa em si mesma, existindo outras variáveis explicativas em jogo, como por exemplo, a personalidade, as dinâmicas conjugais, os sentimentos.

Uma outra questão tem que ver com a negociação da relação conjugal que na nossa análise parece, de facto, relacionar-se mais com a personalidade, os gostos, as preferências, o percurso biográfico e, não tanto, com desigualdades estruturais. Paiva e Rodrigues (2009) defendem que o que estrutura a desigualdade no casal seria então a personalidade dos indivíduos, e não o seu género, bem como um conjunto de fatores ligados aos seus percursos biográficos. Moreira também avança que “os casais homossexuais não executam papéis estereotipados, por orientação a um papel de género de acordo com o modelo tradicional de conjugalidade - em que existe uma especialização dos elementos do casal em campos culturalmente atribuídos ao género masculino e feminino” (Moreira, 2004 *cit. in* Nico e Rodrigues, 2011:13-14). Segundo as mesmas autoras, apesar de os papéis de género e parentais serem mais flexíveis e negociáveis, acaba por existir uma especialização em relação às tarefas e papéis. Desta forma, apesar da “ausência de diferenciação sexual”, esta ausência no interior do casal não anula as desigualdades. Porém, nesta mesma linha, a tendência para a igualdade é superior em relação aos casais heterossexuais.

Não deixam, contudo, de existir lógicas de micro poder. Por exemplo, no caso do Luís e do Rafael que, por estarem em posição desigual na relação, acabam por conceder mais poder negocial ao Luís, com mais recursos económicos e simbólicos, mais independente, mais velho e experiente do que o Rafael.

Ao nível da construção dos papéis conjugais, deparamo-nos invariavelmente com os constrangimentos das estruturas de pertença, mas também com fatores individuais associados aos percursos biográficos em que em cada caso, parece existir um peso diferente de cada variável. De facto, os entrevistados, três de meios rurais e tradicionais e com uma educação marcadamente católica, rompem, em certa medida, com os valores que lhes foram transmitidos. No caso da Ema, o ideal igualitário surge por influência do seu percurso académico, mas também porque não quer reproduzir o que experienciou em casa dos pais. A Andreia, por ter tido relacionamentos anteriores fraturantes, tem cuidados redobrados para que a sua relação conjugal com a Filipa corra bem.

Um dos questionamentos iniciais era se a família homoafetiva faria tentativas de aproximação/afastamento do ideal familiar heterossexista. Ora, da análise das entrevistas, não surgem diferenças significativas em relação a casais heterossexuais com a mesma idade, nível de escolaridade e contexto social.

*Luís: “Gostava de ter um trabalho que não fosse só para pagar as contas, mas onde me sentisse bem... de ficar efetivo para ter mais estabilidade, comprar uma casa, ter uma relação estável e ter dois filhos, uma vida mais ou menos normal.”*

Na verdade, viver em conjugalidade sem estar casado é também uma prática comum em casais heterossexuais. Importa fazer a ressalva, contudo, de que este tipo de família poderá ser mais privatizado do que as famílias heterossexuais para proteger a sua intimidade e porque o «*coming - out*» pode ser complicado em certos contextos ou até porque se «ninguém disser nada», as outras pessoas podem pensar que se trata de um (a) amigo (a) e não do cônjuge. Para além disso, essa privatização familiar é mais facilitada antes da entrada na parentalidade.

Quanto às representações sobre a parentalidade, nota-se que os estereótipos do papel «masculino/paternal» e «feminino/maternal» se encontram mais esbatidos nas entrevistadas do sexo feminino. Aqui a variável género volta a entrar no jogo das representações. Pois, se por um lado, todos os entrevistados defendem que não há diferenças significativas ao nível das competências parentais entre homens e mulheres e entre heterossexuais e homossexuais, as estruturas de género, o heterossexismo e a justificativa do «superior interesse da criança» continuam a funcionar.

A Ema refere que o casal mais socialmente aceite como normal é o heterossexual e que há claras diferenças entre traços femininos e traços masculinos, apesar de esses traços serem ambivalentes e não corresponderem, necessariamente, ao género da pessoa, mas sim, à personalidade. A Sónia refere que não há diferenças, mas que podem estar sujeitos a situações de discriminação. Já o Luís aponta para a importância da diferenciação sexual, no

sentido em que “uma figura feminina pode ser útil” e que as referências não têm de ser necessariamente dos pais, mas podem ser também dos avôs. A Andreia, neste ponto parece ser a entrevistada que vê menos diferenças, apesar de reconhecer a importância do modelo biparental, independentemente do gênero e da orientação sexual dos pais/mães.

É importante lembrar que a orientação sexual por si só não constitui uma variável explicativa, pois sabemos que uma variável não pode existir sozinha, na realidade ela existe em interdependência com todas as variáveis do mundo social. Não obstante, se existem especificidades inerentes à homossexualidade, à homoconjugalidade e à homoparentalidade, também existem pontos em comum com a heterossexualidade, com a (hétero)conjugalidade e com a (hétero)parentalidade.

## Considerações Finais

Muito embora as pessoas homossexuais e as suas famílias tenham sido, ao longo dos anos, invisíveis e silenciadas, as recentes alterações legislativas, Portugal incluído, sobre o casamento de casais do mesmo sexo e a adoção de crianças por parte de gays e lésbicas, contribuíram para reacender o debate na esfera pública, quase sempre focado no «superior interesse da criança».

Apesar da investigação empírica nas ciências sociais ter demonstrado que as famílias homoparentais não se distinguem das famílias heterossexuais em áreas como as competências parentais, isto é, que estas últimas não dependem da orientação sexual e da identidade de gênero, prevalece no imaginário social o primado da biologia, o privilégio dos laços biológicos face aos laços afetivos e o ideal normativo da família heterossexual bi-parental.

A escassez de estudos sobre as famílias de pessoas homossexuais na sociedade portuguesa, as suas dinâmicas internas e modos de funcionamento, justifica, ainda mais num país de baixa fecundidade, o nosso interesse em dar voz a futuros e potenciais pais e mães gays e lésbicas. Quisemos conhecer os seus percursos biográficos, nomeadamente, acerca da revelação da homossexualidade, os seus perfis de interações conjugais, os seus desejos e expectativas, representações, normas ideais e projetos face à maternidade e paternidade.

Os resultados do nosso estudo indicam que, se os homossexuais e as suas famílias não são os protagonistas das transformações da vida privada como sugere Giddens (1995), constituem, sem dúvida, uma parte significativa do movimento de desinstitucionalização e individualização das relações familiares, bem como das relações sociais de gênero na sociedade portuguesa.

Os nossos entrevistados não fazem nenhuma distinção moral entre famílias homoparentais e famílias heteroparentais, mas continuam a achar que a família conjugal construída em torno do casal é o contexto ideal para criar e educar crianças. Por razões económicas, de apoio mútuo e de suporte emocional aos filhos.

Embora se tenham notado algumas nuances, que se prendem, fundamentalmente, com a menor autonomia dos homens e maior autonomia das mulheres no que toca à parentalidade, os entrevistados consideram que pais gays e mães lésbicas são igualmente competentes para criar e educar crianças.

Vários estudos apontam para uma maior igualdade nas relações de poder, repartição da autoridade e divisão das tarefas domésticas no interior dos casais de gays e de lésbicas (Patterson, 2000; Rodrigues e Paiva, 2009; Gato e Fontaine, 2011; Einarsdottir, 2011). A resposta à questão “são os casais homossexuais mais igualitários?” é complexa na medida em que se articula com outras questões. Estará a igualdade na homoconjugalidade relacionada com o impacto da orientação sexual ou com o efeito de variáveis de *background*, tais como a classe social e a idade?

Nos quatro casos analisados detetámos desequilíbrios ao nível das relações de poder, repartição das tarefas domésticas e divisão conjugal dos lares, apesar dos entrevistados defenderem uma norma igualitária que procuram colocar em prática. Esses desequilíbrios que geram, por vezes, tensões e conflitos, devem-se nos casos observados a diferenças de idade, de estatuto socioprofissional, capital escolar e diferentes recursos simbólicos e relacionais ligados à experiência e trajeto de vida. Há ainda que ter em conta diferenças de

personalidade, gostos e preferências individuais que se jogam na interação conjugal. Não obstante, parece ser possível concluir que essas desigualdades não estão relacionadas com os valores institucionalistas mais tradicionais. Tratam-se de desigualdades mais subtis que se desenvolvem no interior de valores modernos, democráticos e companheiristas. Os casais homossexuais que participaram nesta investigação tendem, também, a afastar-se das dimensões mais estereotipadas sobre a feminilidade e a masculinidade.

Os dados sugerem igualmente, à semelhança de outros estudos (Ferreira 2006; Gato e Fontaine, 2011), que os casais de gays e lésbicas perspetivam uma educação para os seus filhos baseada numa ética de respeito pela diversidade, nomeadamente, em relação à família, à orientação sexual e identidade de género. Esta valorização das diferenças enquadra-se, por um lado, na adesão a valores de cariz modernista, e por outro, parece ser uma especificidade das pessoas homossexuais mais expostas à discriminação.

Os Jovens que entrevistámos revelam algumas variáveis de desfavorecimento social típicas da condição social da juventude portuguesa, como seja, a precariedade laboral, geradora de incerteza quanto ao futuro, e que tem certamente efeitos ao nível da autonomia pessoal, bem como, na decisão de ter filhos. No caso dos homossexuais estamos perante dificuldades acrescidas já que a revelação da homossexualidade, nomeadamente junto dos familiares, é quase sempre problemática e assume frequentemente um caráter dramático. Assim, todos estes obstáculos poderão ter um impacto ampliado e cumulativo, em termos de desvantagem social, no caso de futuros pais gays e mães lésbicas. Sabendo a importância da família enquanto rede social de apoio, os jovens homossexuais poderão ficar mais desprotegidos que os outros jovens heterossexuais, devido à exclusão deste recurso social.

Ao nível de investigações futuras, afigura-se importante considerar com maior profundidade a questão da bissexualidade como estratégia defensiva que aproxima os sujeitos de um ideal heteronormativo, abrindo as possibilidades de uma maior aceitação social.

Para além disso, apresenta-se a necessidade de um estudo longitudinal seguindo o percurso de vida das pessoas homossexuais a fim de conhecer a adesão e o impacto que o casamento gay tem nas famílias, nas redes sociais, na parentalidade, nas instituições e no contexto da sociedade portuguesa em geral.

## Bibliografia

Aboim, Sofia, Cunha, Vanessa e Vasconcelos, Pedro, (2005), “Um Primeiro Retrato das Famílias em Portugal”, in Wall, Karin (Org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 51-77.

Aboim, Sofia, (2010), “Conjugalidades no Masculino: renegociando poderes e identidades no quotidiano” In Wall, Karin, Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa (Coord.), *A Vida Familiar no Masculino: Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, 159-224.

Aboim, Sofia, Costa, Carlos e Gomes, Natália, (2012), “Famílias LGBT e Políticas Públicas”, Comunicação apresentada no Seminário Políticas Públicas e Novas Parentalidades, Observatório das Famílias e Políticas de Família (OFAP), ICS-IUL.

Almeida, Ana Nunes de, (2003), “Família, Conjugalidades e Procriação: Valores e Papéis” in Vala, Jorge, Cabral, Manuel Vilaverde e Ramos, Alice (Org.) (2003), *Atitudes Sociais dos Portugueses 5, Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 50-87.

Almeida, João Ferreira de, (1990), *Portugal nos próximos 20 anos. Valores e Representações Sociais*, Lisboa Fundação C. Gulbenkian.

Almeida, João Ferreira de, (1995), “Evoluções recentes e valores na Sociedade” in Ferreira, Eduardo de Sousa e Helena Rato, (Coord.), *Portugal Hoje*, INA/Instituto Nacional de Administração, 54-70.

Almeida, João Ferreira de, Ávila, Patrícia, Casanova, José Luís, Costa, António Firmino, Machado, Fernando Luís, Martins, Susana da Cruz e Mauritti, Rosário, (2003), *Diversidade na Universidade: Um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.

Almeida, Miguel Vale de, (2004), “Cidadania Sexual Direitos Humanos, Homofobia e Orientação Sexual” - A Comuna 5, 50-55 - Disponível em <http://miguelvaledalmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/cidadania-sexual.pdf> (Consultado a 05-05-2017).

Almeida, Miguel Vale de, (2006), “Homoparentalidade: uma perspectiva antropológica” in Eduarda Ferreira (Org.), *Atas do Encontro sobre Homoparentalidade*, 3 de julho de 2004, Lisboa, IPSA, 25-30 - Disponível em <http://familias.ilga-portugal.pt/homoparentalidade-uma-perspectiva-antropologica> (Consultado a 4-03-2017).

Almeida, Miguel Vale de, (2009), *A Chave do Armário: Homossexualidade, Casamento, Família*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Miguel Vale de, (2010), “O contexto LGBT em Portugal”, in Nogueira, Conceição e Oliveira, João Manuel (Orgs.) (2010), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 45-90.

Ariès, Philippe, (1973), *L'enfant et La Vie Familiale Sous l'Ancien Regime*, Paris: Seuil.

Atkinson, Robert, (1998), “The Life Story Interview”, Sage University Papers Series on Qualitative Research Methods, Thousand Oaks, CA: Sage, Vol. 44.

Barbalet, Jack, (1989), *A Cidadania*, Lisboa, Estampa.

Barreto, António, (1995), “Portugal na Periferia do Centro: Mudança Social, 1960 a 1995”, *Análise Social*, Vol. 134, N.º 5, 841-855.

Bauman, Zygmunt, (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich e Beck-Gernsheim, Elisabeth (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.

Beck, Ulrich, (2011) (2ª.Ed.) *Sociedade do Risco: Rumo a Uma Outra Modernidade*, São Paulo Editora, 34 Ltda.

Boudon, Raymond e Bourricaud, François, (2007) (2ª.Ed.) *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática.

Cardenal, Eugenia, (2016), “Biography and Story in Sociological Analysis. The Contribution of the BNIM (Biographic - Narrative Interpretative Method) School”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 155:55-72.

Costa, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

Costa, Pedro Alexandre (2012), “Homoparentalidade: que famílias, que experiências?” In I. Leal, F. Pimenta, M. Marques (Eds), *Intervenção em Psicologia Clínica e da Saúde: Modelos e Práticas*, Placebo, 115-128. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/256802952\\_Homoparentalidade\\_Que\\_familias\\_qu\\_e\\_experiencias](https://www.researchgate.net/publication/256802952_Homoparentalidade_Que_familias_qu_e_experiencias) (Consultado a 5-04-2017).

Cunha, Vanessa, (2005), “As Funções dos Filhos na Família”, in Wall, Karin (Org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais / Instituto de Ciências Sociais, 465-497.

Cunha, Vanessa, Vilar, Duarte, Wall, Karin, Lavinha, João, Pereira, Paulo (2016) (Orgs.), *A(s) Problemática(s) da Natalidade em Portugal: Uma Questão Social, Económica e Política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/ICS.

Faulks, Keith, (2000), *Citizenship*, London: Routledge.

Ferreira, Eduarda, (2006), “Homoparentalidade - que realidade (s)?”, in Actas do Encontro sobre Homoparentalidade, Lisboa, ISPA, 61-66. Disponível em [http://www.academia.edu/1529463/Actas\\_do\\_Encontro\\_sobre\\_Homoparentalidade](http://www.academia.edu/1529463/Actas_do_Encontro_sobre_Homoparentalidade) (Consultado a 6-06-2017).

Flick, Uwe, (2005), “Métodos Qualitativos na Investigação Científica”, Monitor, Projetos e Edições, 77-159.

Gato, Jorge (2013), “De que falamos quando falamos de preconceito contra a homoparentalidade: Atitudes face à competência parental e ao desenvolvimento psicossocial das crianças”, in *Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito. Atas da Conferência*, Lisboa: ILGA Portugal & CRIA, 59-85.

Gato, Jorge e Fontaine, Anne Marie (2011), “Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais”, *ex æquo*, 23, 83-96.

Ghai, Yash, (2003), “Globalização, Multiculturalismo e Direito”, in Santos, Boaventura de Sousa (2003) (Org.), *Reconhecer para Libertar. Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 557-614.

Giddens, Anthony, (1995), *As Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Goffman, Erving, (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.

Goulding, Christina, (2002), *Grounded Theory: A Practical Guide for Management, Business and Market Researchers*, London, Sage.

Internacional, Amnistia, (2015), “LGBTQI Glossary” - Disponível em: [https://www.amnestyusa.org/pdfs/AIUSA\\_Pride2015Glossary.pdf](https://www.amnestyusa.org/pdfs/AIUSA_Pride2015Glossary.pdf) (Consultado a 30-07-2017).

Isin, Engin e Nyers, Peter, (Eds.) (2014), *Routledge Handbook of Global Citizenship Studies*, London, Routledge - Disponível em: [http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136237966\\_sample\\_629323.pdf](http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136237966_sample_629323.pdf). (Consultado a 19 de março de 2017).

Joppke, Christian, (2002), “Multicultural Citizenship”, in Engin, Isin e Turner, Bryan (2002), *Handbook of Citizenship Studies*, London, Sage, 245-258 - Disponível em: <https://politicaedireitoshumanos.files.wordpress.com/2011/09/christian-joppke-multicultural-citizenship.pdf>. (Consultado a 4 de março de 2017).

Kellerhals, Jean, Pierre - Yves, Troutot e Lazega, Emmanuel, (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, Presses Universitaires de France.

Lalanda, Piedade, (2005), “Transições Familiares e Identidade das mulheres”, in Wall, Karin(Org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais. 363-391.

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade, (2007), *Metodologia Científica*, São Paulo, Atlas.

Decreto-Lei nº 58/2017 de 25 de julho de 2016, disponível em [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=903&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=903&tabela=leis)  
[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=903&tabela=leis&so\\_miolo=](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=903&tabela=leis&so_miolo=) (consultado em 30-08-2017).

Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino da, (1998), “Processos de uma modernidade inacabada: mudanças estruturais e mobilidade social” in José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (Orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 1-16

Maia, Rui, (2002), *Dicionário de Sociologia*, Porto, Porto Editora.

Marinho, Sofia, (2011), “Paternidades de Hoje. Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada”, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, ICS-UL - Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760\\_td\\_Sofia\\_Marinho.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760_td_Sofia_Marinho.pdf) (Consultado em 12-05-2017).

Marshall, Gordon (1998), *Dictionary of Sociology*, New York, Oxford University Press.

Moz, Margarida, (2006), “Diferenças de género e famílias homoparentais” in *Actas do III Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia* - Disponível em <http://www.ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/MozMargarida.pdf> (Consultado a 5-02-2017).

Nata, Gil (2011), *Diferença Cultural e Democracia: Identidade, Cidadania e Tolerância na Relação entre Maioria e Minorias*, Lisboa, Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Oliveira, Clara, (2011), “Representações dos Decisores de Adopção sobre a Parentalidade Biológica e a Parentalidade Socioafectiva”, CIES-Working Paper, N°102 - Disponível em [http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP102\\_Oliveira.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/CIES-WP102_Oliveira.pdf) (Consultado em 15-09-2017).

Oliveira, João Manuel de, (2010), “Orientação sexual e identidade de género na psicologia: notas para uma psicologia lésbica, gay, bissexual, trans e *queer*”, in Nogueira, Conceição e Oliveira, João (Orgs.) (2010), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 19-42.

Ordem dos Psicólogos (2013), *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*, Lisboa.

Pais, José Machado, (2012), *Sexualidades e Afectos Juvenis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Parsons, Talcott, (1970), “A Estrutura Social da Família”, in Anshen, Ruth (Coord.) (1970), *Família: sua função e destino*, Lisboa, Meridiano, 265-300.

Patterson, Charlotte, (2000). Family Relationships of Lesbians and Gay Men. *Journal of Marriage and The Family*, 62: 1052-1069

Patterson, Charlotte, (2013). Orientação Sexual e Parentalidade Adotiva: uma Atualização da Investigação. In *Famílias no plural: alargar o conceito, largar o preconceito. Atas da Conferência*, Lisboa: ILGA Portugal & CRIA, 11-19.

Rosa, Rodrigo, (2013), *Casamento e desigualdade: uma análise da diferenciação social do casal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), “Onze Teses por Ocasão de Mais Uma Descoberta de Portugal” in Santos, Boaventura de Sousa Santos (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa e Nunes, João Arriscado, (2003), “Introdução: Para Ampliar o Cânone do Reconhecimento, da Diferença e da Igualdade”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Reconhecer para Libertar: Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 25-67.

Santos, Filomena, (2008), “Sem Cerimónia nem Papéis - um estudo sobre as uniões de facto em Portugal”, Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior - Disponível em <http://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/654> (Consultado em 26-08-2017).

Santos, Filomena, (2011), “Perfis de Coabitação em Portugal”, *Fórum Sociológico*, 21, 117-126 Disponível em: <http://sociologico.revues.org/414> (Consultado em 30-04-2017).

Santos, Filomena, (2012), “O Papel da Sexualidade nos Percursos de Formação dos Casais Coabitantes: Género, Mudanças Geracionais e Contextos Sociais”, *Actas do VII Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia - Disponível em [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/ finais/PAP0567ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP0567ed.pdf) (Consultado em 02-01-2017).

Santos, Filomena, (2014), “Pesquisa Qualitativa: o debate em torno de algumas questões metodológicas”, *Revista Angolana de Sociologia*, 14, 11-24 - Disponível em: <http://ras.revues.org/1058>; DOI: 10.4000/ras.1058 (Consultado em 02-01-2018).

Santos, Filomena, (2016), “A formação dos casais coabitantes: entre a tradição e a modernidade”, In Augusto, Nuno Miguel (Coord.), *A Sociedade em Debate*, Vila Nova de Famalicão, Húmus.

Santos, Filomena (2017), “Ter duas mães é demais? Questionando o Género e as famílias homoparentais a partir de um estudo de caso” in *Actas da VI Conferência Internacional Igualdade Parental Séc. XXI Direitos das crianças e Coparentalidade: práticas e representações*, 21 e 22 de Março 2017, Santa Maria da Feira: Associação para a Igualdade Parental, 161-166. Disponível em <file:///D:/CONFERÊNCIA%20VI%20IGUALDADE%20PARENTAL/Livro%20de%20Atas%20da%20VI%20Conferência%20Internacional%20I%20P%20-%202017.pdf>

Santos, Filomena e Dias, Rita, (2016), “Famílias e Mudança em Portugal: uma Perspectiva Sociológica” In Vidigal, Maria José, Santos, Filomena, Ribeiro, João Paulo, Sequeira, José Pedro e Dias, Rita (2016), *Contributos para a História da Psiquiatria e Saúde Mental em Portugal*, Lisboa, Trilhos Editora. 215-261.

Scheirup, Carl-Ulrik, (2004), “Whither the Social Dimension? - Citizenship, Multiculturalism and the Enigma of Social Exclusion”, in Milan Mesic (ed.), *Perspectives of Multiculturalism - Western and Transitional Countries*, Zagreb, FF Press e Croatian Commission for UNESCO, 17-53 - Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001375/137520e.pdf> (Consultado em 20-03-17).

Turner, Bryan, (1997), “Citizenship Studies: A General Theory”, in *Citizenship Studies*, vol. 1, nº 1, 5-18 - Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13621029708420644> (Consultado a 23-02-2017).

UNICEF, (1989), *A Convenção Sobre os Direitos da Criança* - Disponível em [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). (Consultado em 10-05-2017).

Vidich, Arthur e Lyman, Stanford, (1994), “Qualitative Methods: Their History in Sociology and Anthropology”, in Denzin, Norman e Lincoln, Yvonna (1994) (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, California, SAGE, 23-60.

Wall, Karin, (2005) (Org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais.

Wall, Karin, Aboim, Sofia e Cunha, Vanessa, (2010), (Coord.). *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*, Lisboa, CITE.

Wall, Karin, Aboim, Sofia e Marinho, Sofia, (2010), “Perfis de Paternidade no Portugal Contemporâneo” In Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Coord.) *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: CITE, 313-332.

Wall, K. e Delgado, A. (Eds.) (2014), *Famílias nos Censos 2011: Diversidade e Mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística (INE) / Imprensa de Ciências Sociais (ICS).

# Anexos

# Anexo I

Guião de Entrevista

## Anexo I - Guião de Entrevista

Identificação da investigadora, do contexto e objetivos da investigação; Esclarecimento de que os dados recolhidos serviriam apenas para efeitos de investigação científica; Garantia de confidencialidade e anonimato dos entrevistados.

### 1. Caracterização sociodemográfica do (a) entrevistado (a) e do cônjuge.

- Idade  
Entrevistado:  
Cônjuge:
- Estado Civil
- Habilitações literárias  
Entrevistado:  
Cônjuge:
- Profissão (situação na profissão e condição perante o trabalho).
- Religião (frequência de prática quando praticante).
- Ideologia política (tem algum partido político? É ativista?).

### 2. Percurso

- 2.1 Gostaria que falasse um pouco da sua infância e juventude (com quem vivia, de quem era mais próximo, valores que lhe transmitiram, acontecimentos marcantes...).
- 2.2 E a adolescência, como foi? Como foi a relação com os seus pais? Como era a relação com a escola e com os amigos?
- 2.3 Teve alguma experiência ao nível do cuidado de crianças (irmãos mais novos, sobrinhos...)?
- 2.4 Gostaria que me falasse um pouco sobre os seus pais. Qual era a profissão dos pais (mãe e pai)? E a escolaridade?
- 2.5 Quando “descobriu” a sua orientação sexual? Pode falar-me um pouco sobre isso? Como foi a reação da família e dos amigos? A quem contou?
- 2.6 Gostaria que me falasse um pouco do seu percurso profissional...
- 2.7 Atualmente sente-se realizado(a) profissionalmente? Porquê?
- 2.8 Quais são as esferas da vida que mais gosta e satisfação lhe dão?

### 3. Transição para a conjugalidade/Percurso Conjugal

- 3.1 Gostaria que me falasse um pouco sobre a história em casal (como se conheceram? foram morar juntos? Casaram?). Como e quando decidiram ir viver juntos? Como foi a reação da família, amigos?
- 3.2 Poderia descrever-me o(a) seu(ua) cônjuge? (profissão, habilitações literárias, hobbies, personalidade, “pensam da mesma forma”? (valores)...)

- 3.3 “Pensando no início da sua vida em casal, acha que foi fácil adaptar-se à vida a dois? Ou sentiu alguma dificuldade em mudar de vida, de hábitos? Porquê?”
- 3.4 “Quem acha que impôs mais maneiras de fazer as coisas ao outro? Você ou o(a) seu(ua) companheiro(a)? Poderia dar-me alguns exemplos?”
- 3.5 Como é o vosso dia-a-dia? (Gostaria que me descrevesse como são habitualmente os seus dias, desde que acorda até que se deita...).
- 3.6 O que costuma fazer durante a semana (horários habituais para sair/chegar a casa; com quem janta habitualmente? / momentos do dia passados em casal/com os filhos/em família).
- 3.7 Quais são os momentos que reserva para si mesmo(a)? Que sente que são seus?
- 3.8 Quais os melhores e os piores momentos do seu dia?
- 3.9 Quais os horários do(a) seu(ua) cônjuge e em que diferem dos seus horários?
- 3.10 Há quanto tempo mantém esse dia-a-dia?
- 3.11 Considera que tem tempo para si mesmo(a) e para o seu(ua) cônjuge?
- 3.12 Como dividem as tarefas domésticas e os espaços de lazer? Sempre foi assim?
- 3.13 Quem, em sua casa, faz sempre ou muitas vezes as seguintes tarefas domésticas: a) ir às compras; b) tratar das refeições; c) lavar a loiça; d) tratar da roupa; e) limpar a casa; f) reparações; g) tarefas administrativas; h) cuidar dos outros quando estão doentes.
- 3.14 Que estratégias utilizam quando surge algum conflito?

#### **4. O Projeto Parental**

- 4.1 Pensa ter filhos? Porquê?
- 4.2 Sentiu que a sua orientação sexual pudesse ser de alguma forma um entrave à realização do projeto parental? Porquê?
- 4.3 Que fatores considera que foram fundamentais na decisão de ter filhos?
- 4.4 Educar meninos é diferente de educar meninas?
- 4.5 “O que deve ser a educação de um filho: valores, qualidades, regras a transmitir?”
- 4.6 Considera que a educação deveria ser igual para todos ou adequada à personalidade de cada um?
- 4.7 Considera que a educação que pretende dar aos seus filhos é muito diferente da educação que recebeu?

#### **5. Representações Sociais/Ideais Sobre o Género, as Crianças e a Família**

- 5.1 O que é para si uma família?

- 5.2 Considera que para existir uma família é necessário ter filhos?
- 5.3 Na sua opinião ser mãe é a mesma coisa que ser pai?
- 5.4 Considera que os pais /mães solteiras devem contar com algum tipo de apoio nos cuidados às crianças? Porquê?
- 5.5 Em ordem de preferência, quem acha que deve adotar uma criança/adolescente? (homem homossexual solteiro, mulher homossexual solteira, casal homossexual, mulher heterossexual solteira, homem heterossexual solteiro, casal heterossexual).
- 5.6 Considera que uma família homoparental é diferente de uma família heteroparental? Podia dar-me exemplos?
- 5.7 O que significa para si ser uma boa mãe/um bom pai?
- 5.8 O que considera que o(s) seu(s) filho(s) necessita(m) para um desenvolvimento saudável e feliz?
- 5.9 Na sua opinião, um homem e uma mulher têm as mesmas qualidades e competências para cuidar e educar uma criança (pequena)?
- 5.10 Na sua opinião, uma criança criada por um casal de duas mulheres é de alguma forma prejudicada por falta de uma figura masculina? Porquê?
- 5.11 Na sua opinião, uma criança criada por um casal de dois homens é de alguma forma prejudicada por falta de uma figura feminina? Porquê?
6. Sente que realizou todos os seus projetos de vida? Teve de abdicar de algo? Que projetos deixou para trás?